D097

Projeto acadêmico
orgânico

1993

Universidade de Brasília

Projeto Acadêmico Orgânico dos Cursos Noturnos de Licenciatura

Decanato de Ensino de Graduação

Universidade de Brasília - UnB

Reitor: *Profº João Cláudio Todorov*

Decanato de Ensino de Graduação - DEG

Decano: *Profº Francisco Rogério Fontenele Aragão*

Reprodução: Diretoria de Acesso ao Ensino Superior

Editoração Eletrônica: *Coordenação:* Glória Janda Parente Timbó
Execução: Rosineide Rodrigues da Costa Cardoso
Carlos Alberto Leonardo de Lima
Paulo Roberto de Lima

Digitação: Maria da Conceição Alves Pires

C9977n Os cursos noturnos de licenciatura: um projeto acadêmico orgânico para a Universidade de Brasília/organizado por Aloylson Gregório de Toledo Pinto. - Brasília: Universidade de Brasília. Decanato de Ensino de Graduação, 1993.
103p. ---: il

1. Cursos noturnos - Licenciatura - Universidade de Brasília I. Pinto, Aloylson Gregório de Toledo II. Título

CDU 378.22

Brasília
Novembro/1993

OS CURSOS NOTURNOS DE LICENCIATURA:

UM PROJETO ACADÊMICO ORGÂNICO PARA A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

Prof. ALOYLSON GREGÓRIO DE TOLEDO PINTO (Organizador)

Profª CÉLIA MARIA GOMES DE SOUZA

Prof. CONRADO SILVA DE MARCO

Profª ELISA DE SOUZA MARTÍNEZ

Profª HELENA R. SANCHEZ BARCELLOS

Profª HÉLENE BARROS

Prof. JORGE MENDES DE OLIVEIRA CASTRO NETO

Prof. JOSÉ NATAL BARBOSA

Prof. MARCO ANTÔNIO AMATO

Profª MARIA TEREZINHA JESUS GASPAR

Prof. PAULO SÉRGIO B. DE ALMEIDA SALLES

Prof. ROBERTO RIBEIRO DA SILVA

Prof. RICARDO GAUCHE

Profª SANDRA FRANCESCA CONTE DE ALMEIDA

Prof. WILDSON LUIZ PEREIRA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GABINETE DO REITOR

RESOLUÇÃO DA REITORIA Nº 060/93

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I. Tornar sem efeito a Resolução Nº 019/93, de 02/02/93.

II. Constituir Comissão composta pelos Professores ALOYLSON GREGÓRIO DE T. PINHO (CADE), MARCO ANTONIO AMATO (FIS), HÉLENE BARROS (FED), MARIA TEREZINHA JESUS GASPAR (MAT), ROBERTO RIBEIRO DA SILVA (QUI), PAULO SÉRGIO B. ALMEIDA SALLES (GEM), ELISA DE SOUZA MARTÍNEZ (VIS), SANDRA FRANCESCA CONTE DE ALMEIDA (PED) e JOSÉ NATAL BARBOSA (LIV), para, sob a presidência do primeiro, e no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir desta data, proceder à elaboração do Projeto Acadêmico Orgânico dos Cursos Noturnos de Licenciatura da Universidade de Brasília.

Brasília, 14 de abril de 1993.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Reitor

c.c.: GRE/VRT/DEG/CADE/FIS/FED/MAT/QUI/GEM/VIS/PED/LIV/SCA

Antes aprontar conhecimento próprio que apropriar-se de conhecimento pronto.

ÍNDICE

TÍTULO **PÁGINA**

1. A Licenciatura Noturna Enquanto Problema
e Projeto Geral da Universidade de Brasília 9

2. O Projeto, Curso a Curso:

2.1 Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura 29

2.2 Licenciatura em Matemática 39

2.3 Licenciatura em Educação Artística 45

2.4 Licenciatura em Ciências Biológicas: uma proposta para o curso noturno 59

2.5 Subsídios para a Estruturação da Licenciatura em Química:
(Curso Noturno) da Concepção à Realidade. 81

2.6 Licenciatura em Física 89

A LICENCIATURA NOTURNA ENQUANTO PROBLEMA E PROJETO GERAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Prof. Aloylson Gregório de Toledo Pinto (Relator)

HISTÓRICO

O clamor pelo ensino noturno na UnB acompanhou, possivelmente, a criação desta Universidade. E cresceu com o aumento da população do DF. Mas foi apenas com o advento da "Nova República" que ecoou, para valer, no interior da instituição, já então suportado pelo Artigo 208, inciso VI da Constituição de 1988, que obriga o Estado à "oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando". Ainda assim, o turno da noite inaugura-se, timidamente, pelos cursos de Administração e Esquema I (licenciatura para a área profissionalizante do ensino médio), no semestre letivo 01/88, aos quais se acrescenta o de Arquivologia, a partir do 01/91.(1)

As licenciaturas noturnas começaram no período 01/93, depois de trabalhosas negociações com o governo do DF, em prol de uma infra-estrutura aceitável para transporte ao campus, sua iluminação e segurança; e com o MEC e o Congresso, para obtenção de licença e garantias à contratação de pessoal docente e técnico-administrativo.

Enquanto as tratativas desenrolavam-se, a anuência das unidades universitárias ao novo turno permanecia, compreensivelmente, cautelosa - à espera de que as condições mínimas fossem efetivamente providas ou, pelo menos, asseguradas. Isto só se obteve no final de 1992, com a intervenção do Ministro da Educação e do Desporto Murílio de Avellar Hingel, que procedeu à remessa e aprovação legislativa do projeto do executivo, contemplando o provimento de recursos humanos e materiais requeridos à implantação ou ao desenvolvimento do turno da noite. A decisão do CONSUNI, de oferta das licenciaturas noturnas foi tomada na reunião nº 200, de 16/10/1992, após o empenho pessoal do Reitor Antônio Ibanez Ruiz e do Decano de Ensino de Graduação, Professor Antônio Carlos Pedroza, em confiança à disposição ministerial (2).

Entretanto, ainda no decorrer do período 02/92, reuniam-se com o DEG os dirigentes, ou seus representantes, do IE (MAT, FIS, QUI), do IB, do IL (LIV), do IDA e da FE - para discutir a possibilidade de oferta noturna de sete das licenciaturas que lhes correspondem, a saber: em Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, Educação Artística (com Habilitações em Artes Cênicas, Artes Plásticas e Música) e Pedagogia - Magistério para Início de Escolarização.

O primeiro dos problemas acadêmicos que tais reuniões evidenciaram foi a similitude das grades curriculares apresentadas para os cursos noturnos, em relação aos currículos dos cursos diurnos.

Essa similitude pressupunha que a identidade dos turnos preservaria a qualidade dos cursos noturnos.

Que a qualidade dos cursos noturnos deva equiparar-se ou, até, exceder a dos cursos diurnos é um postulado endossado por toda a universidade. Mas a sugestão de que tal qualidade resulta de uma reprodução é um equívoco.

Começa pelo fato de que as licenciaturas diurnas estão apendiculares aos bacharelados. E se há que replicar os cursos diurnos, não se poderia restringir os cursos noturnos às licenciaturas.

Ora, se estes são nem mais, nem menos que licenciaturas, hão de configurar-se enquanto tal, portanto diferentemente dos diurnos. Podem e devem assumir a identidade própria das licenciaturas e dar à preparação profissional do professor a ênfase que lhe é requerida, distinta daquela do bacharelado.

A qualidade das licenciaturas diurnas é discutível, entre outras razões, porque a dualidade bacharelado/licenciatura reduziu-as à condição de um apêndice que pode ser cumprido, sem estorvar os bacharelados, pela opção por algumas disciplinas psico-pedagógicas, alocadas e sem qualquer articulação, no IP/PED e na FE, e por um incipiente estágio sob supervisão, às mais das vezes negligenciada pelas unidades que o oferecem.

Acrescente-se, ainda, que os recursos negociados para os cursos noturnos de licenciatura, e que se somam aos recursos pré-existentes, abrem possibilidades, para estes cursos, que não estão disponíveis para os demais, imediatamente. A não ser que tais recursos sejam diluidos, em desacordo com a intenção de sua conquista.

O mais importante, porém, quando se afirma a identidade das licenciaturas noturnas é a consideração do alunado e das suas condições. Uma instituição educacional que não toma conhecimento dos caracteres e condições dos seus estudantes começa por negar a sua própria identidade e trair sua missão. Não há como sustentar a indiferenciação do corpo discente dos dois turnos.(3) E o reconhecimento das diferenças, para ser conseqüente, não pode deixar de admitir distinções que vão do ritmo dos cursos à sua duração; da reconstrução das grades curriculares à metodologia dos relacionamentos intersubjetivos. Não se trata, todavia, de minimizar os componentes curriculares e sim de compatibilizá-los às condições dos estudantes, atribuindo-lhes eficácia e propriedade.

Se se quer, como se acredita, resguardar a qualidade dos cursos noturnos, sua diferenciação dos curriculos diurnos é, precisamente, uma condição necessária. A igualdade que se requer à qualidade dos cursos noturnos é a da disponibilidade de recursos humanos motivados para assessorar os estudantes e a de recursos infra-estruturais.

Proceder a diferenciação dos currículos das licenciaturas demanda o reexame da proporção recíproca dos estudos voltados para o conhecimento (superior) dos objetos de ensino (as matérias dos currículos do ensino fundamental e médio) e daqueles que se destinam ao conhecimento dos sujeitos da educação e dos processos intersubjetivos pelos quais estes se desenvolvem. Mais do que dimensionamento, a questão envolve o imbricamento mesmo de sujeito e objeto, no processo formativo que se opera em todos os graus de ensino. Um dos equívocos mais conseqüentes de nossa tradição escolar (a universitária inclusive) consiste em haver dissociado, radicalmente, ensino e aprendizagem, conhecimento do sujeito e do objeto, conteúdos didáticos e processos educativos. Ao ponto que não menos de três vertentes (a psicológica, a pedagógica e a que corresponde a cada uma das diversas especificações do currículo de 1° e 2° graus) contribuam para cada licenciatura, por meio de numerosos departamentos cujos professores não articulam seus planos, suas ações e avaliações.

Uma questão, sem dúvida, provocante, até porque transcende o âmbito estrito de um departamento ou curso e evidencia a necessidade de um foro universitário, de uma concepção orgânica, desde cada licenciatura e para o seu conjunto.

Outro tema recorrente às reuniões dos representantes de unidades com o DEG é o da atualização do domínio das linguagens vernácula e matemática, pelos estudantes da Universidade. Sem aquela atualização, as possibilidades de aprender ficam severamente cerceadas e os esforços para ensinar são baldados, pois os alunos lêem, interpretam ou escrevem deficientemente as mensagens que recebem ou emitem. A comunicação é truncada na própria mediação linguística, dificultando o processo didático, como um todo, a aprendizagem em particular.

Quanto à língua vernácula, há décadas o problema foi detectado e algumas medidas, pouco eficazes, têm sido tomadas. Entre elas a oferta de Língua Portuguesa no 1° Ciclo, que foi sucedida pela atual oferta de Leitura e Produção de Textos, cujos resultados são discutíveis. O que não se discute, porém, é a necessidade de manter essa oferta e a oportunidade de, sob novas formas, dar-lhe eficácia. A Matemática, por sua vez, se é mais que uma linguagem, em nenhum momento deixa de sê-lo, para as ciências. E, no entanto, não se admite ofertá-la, na Universidade, para suprir os estudantes daquele domínio, dando-lhes suporte para superar deficiências da experiência escolar

anterior, como é usual quanto à Língua Portuguesa. Antes que reconhecer a condição efetiva do aluno e apoiar sua atualização, escolhe-se manter um alto grau de reprovações e repetências, como se estas fossem indicadores de qualidade e não de ineficiência ou de insensibilidade ao êrro. Suprimir deficiências da escolaridade precedente não é função da Universidade, alega-se. Todavia, é inteiramente absurdo pretender ensinar um programa que os estudantes não conseguem aprender, com os esquemas de assimilação de que dispõem - dos quais as linguagens são parte essencial.

O reverso daquela escolha porém, é a responsabilidade distribuida a todos os professores, de evidenciar aos próprios alunos, mesmo não sendo professores de Língua Portuguesa ou de Matemática a falta que lhes faz o domínio dessas linguagens e a necessidade dele para ultrapassar dificuldades intelectivas, obter rendimento acadêmico satisfatório e maximizar a possibilidade de comunicação e de auto-expressão. Um dos equívocos da oferta de Língua Portuguesa, no primeiro ciclo ou ciclo básico, foi o seu caráter compulsório para todos. Mas um erro maior tem sido a negligência com que os acadêmicos deixam passar, incólume, até mesmo o analfabetismo funcional de alguns estudantes. Não há maneira de preservar os padrões acadêmicos de uma instituição cujos professores descuidam das linguagnes que seus alunos forçosamente utilizam. E se, até o momento, o descuido se explicava pela ausência de serviços que pudessem suportar o ônus da atualização dos estudantes, propõe-se que, o mais breve possível, tal excusa seja suprimida e o zelo possa substituir a desesperança de docentes e discentes.

A questão das linguagens é apenas um caso das contradições com que a Universidade trata o tema da articulação entre o terceiro grau e a escolaridade anterior. Um caso dramático. Talvez o de maior repercussão. E um sintoma expressivo de que alguns segmentos do magistério universitário preferem negar-se à educação, para afirmar-se como pesquisadores. Como se não houvesse que integrar as funções de ensino e pesquisa ou se pudesse sacrificar uma à outra, numa universidade. Sem contar que a extensão também se cumpre à margem dos cursos de graduação.

A questão dos concursos à contratação de professores para as licenciaturas noturnas revelou-se, também, uma fonte de discordâncias. Parece evidente que tais concursos deveriam privilegiar professores licenciados ou pós-graduados em ensino da sua área de conhecimentos. A disposição de fazê-lo segundo essa orientação não é, porém, unânime. Chega a ser, por vezes, inversa. Entrementes, os dirigentes que alegam não dispor de quadros qualificados para implementar as respostas às questões preliminares, até agora indicadas - são os mesmos que tentam utilizar as vagas destinadas às licenciaturas, para reforçar o plantel de especialistas dos cursos de bacharelado e de pós-graduação.

Ao longo do período 02/92, todas essas questões arrastaram-se inconclusivas, sobretudo quando se cuidava para que fossem conseqüentes à concepção e organização acadêmico-administrativa das licenciaturas noturnas. Se, eventualmente, a abordagem de um daqueles temas parecia haver-se esgotado e estava em vias de conclusão, algum dos participantes arguía que poderia até estar convencido mas não estava autorizado a aceitar mudanças na proposta de curso noturno da sua unidade de origem. Assim, repetidas vezes, voltou-se à estaca zero das discussões em processo. Até que se concluiu pela inviabilidade de formular um projeto, nas condições descritas.

Este, aliás, é um grave problema desta Universidade, embora não só dela, que fazemos questão de registrar: a dificuldade de tomar decisões quanto às questões que transcendem o âmbito de cada unidade administrativa, seja pelo corporativismo das comunidades docentes, seja pelo isolamento dos professores na perspectiva excludente de sua(s) disciplina(s) e projetos de pesquisa individual. Em qualquer hipótese, os sintomas são a indisposição para os intercâmbios que ameacem as rotinas e a resistência a modificar posições tomadas em âmbito restrito.

A opção consequente foi a criação de uma comissão por resolução do MRT, para elaborar o projeto acadêmico orgânico dos cursos noturnos de licenciatura, assim composta, conforme indicação das unidades respectivas:

1. **Prof. ALOYLSON GREGÓRIO DE TOLEDO PINTO,**
   Presidente - Centro de Acompanhamento e Desenvolvimento Educacional - CADE/DEG
2. **Profª ELISA DE SOUZA MARTÍNEZ,**
   Departamento de Artes Visuais -VIS
3. **Profª HÉLENE BARROS -**
   Faculdade de Educação - FE
4. **Prof. JOSÉ NATAL BARBOSA -**
   Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula - LIV
5. **Prof. MARCO ANTÔNIO AMATO -**
   Departamento de Física - FIS
6. **Profª MARIA TEREZINHA JESUS GASPAR -**
   Departamento de Matemática - MAT
7. **Prof. PAULO SERGIO B. DE ALMEIDA SALLES -**
   Departamento de Genética e Morfologia - GEM
8. **Prof. ROBERTO RIBEIRO DA SILVA -**
   Departamento de Química - QUI
9. **Profª SANDRA FRANCESCA CONTE DE ALMEIDA -**
   Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED

Os Professores João Cláudio Todorov e Jorge Mendes de Oliveira Castro Neto, do Departamento de Processos Psicológicos Básicos (PPB), voluntariaram-se à Comissão e dela participaram, como convidados, o segundo até a conclusão dos trabalhos. Na mesma situação, dois novos professores selecionados para o Departamento de Química - Ricardo Gauche e Wildson Luiz Pereira dos Santos - passaram a colaborar com a Comissão, desde meados do período 01/93.

Esta comissão iniciou seus trabalhos imediatamente à sua criação, 30 dias antes do início do período letivo 01/93. As licenciaturas noturnas começaram, neste período, sem um projeto previamente elaborado. Não por descuido, mas porque não se obteve consenso da discussão das mudanças necessárias.

O TRABALHO DA COMISSÃO

Reunindo-se três vezes por semana, em sessões de duas horas por vez, a Comissão realizou 30 reuniões, ao longo de sua vigência que foi prorrogada por 200 dias, em quatro ocasiões diferentes. Com o início do período letivo 01/93, a disponibilidade de seus membros e a dificuldade de compatibilizar horários forçaram a redução do rítmo dos encontros, para uma reunião semanal.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS LICENCIATURAS

Tanto no plano local da UnB, como em termos nacionais, as licenciaturas estão imprensadas por um mercado de trabalho depreciativo do professor do ensino fundamental e médio e pela concepção acadêmica, estratificada, do que seja ciência. O que, aliás, não molesta apenas as licenciaturas, mas afeta as Ciências Sociais como um todo.

A primeira constatação é demasiado óbvia para merecer alguma explanação. Como é, igualmente, evidente a sua projeção na conduta e nos valores dos estudantes e professores universitários, apesar de que seja legítimo esperar, de ambos, uma atitude crítica àquelas projeções. Aliás, uma Universidade, mais do que ser reflexo do meio ao qual pertence, deve obrigar-se ao conhecimento capaz de transcender suas misérias e dispor-se ao movimento pela valorização do magistério e modificação das condições de trabalho dos professores.

Já as implicações hegemônicas do paradigma científico originário dos estudos da natureza têm passado desapercebidas.

A exclusão da subjetividade tem sido a ênfase histórica de um conhecimento que pretende fazer-se independente do sujeito que conhece; e que sobrevaloriza o método experimental e a replicação experimental dos resultados obtidos. A tal ponto que se objeta à cientificidade dos procedimentos e instrumentos que se afastam deste modelo. Modelo que, é importante registrar, tem se revelado um sucesso. Mas não tanto que tenha o direito de desqualificar os paradigmas qualitativos em emergência das ciências sociais.

Mesmo sem discutir a eficiência dos métodos experimentais e a eficácia dos seus resultados para o conhecimento psicológico e socio-cultural, seria incorreto dizer que sua utilização supõe um controle rigoroso das condições experimentais, dificilmente acessível às situações reais da experiência? A experimentação não requisitaria, preferencialmente, o ambiente controlado do laboratório, a redução metódica da investigação ao detalhe investigado e nem privilegiaria a abstração e a quantificação?

Os caracteres e cuidados que atribuem rigor à pesquisa experimental têm sido, usualmente, transferidos ao ensino. Em especial no ensino superior. Seja porque o pesquisador tenda a generalizá-los, na medida do possível, seja porque lhe falte a contrapartida da formação psicopedagógica, uma vez que esta não é condição de acesso ao magistério superior, nem costuma ser ofertada sistematicamente como um treinamento em serviço, na universidade. Aquela formação, por sua vez, dissociada dos conteúdos e da pesquisa do ensino, tem se revelado pouco convincente.

No entanto, o processo didático, inversamente à investigação dos objetos da natureza, cuida precisamente de desenvolver os sujeitos da educação, tendo as informações já disponíveis e os correspondentes processos metódicos de pesquisa como recursos privilegiados. Qualquer que seja o grau em que se ensine, o objetivo do ensino é desenvolver as qualificações psicológicas, portanto os modos de sentir, pensar e fazer do estudante. E as ciências, entre outras matérias, como as artes e as tecnologias, são um meio para esse propósito, mesmo na Universidade.

Assim, a relação intersubjetiva é o constituinte essencial do ensino cujo sentido é a aprendizagem ou o processo de desenvolvimento pessoal - portanto subjetivo - que lhe corresponde, como a outra face sem a qual não há moeda.

Nesse processo, as condições evolutivas e diferenciais dos sujeitos não podem deixar de ser avaliadas e trabalhadas. E, com elas, os seus motivos pré-existentes, os esquemas de assimilação (entre os quais o domínio das linguagens recorrentes) de que dispõe, suas condições de vida e de trabalho e seus modos de relacionar-se com pessoas e coisas. Opera-se, enfim, com os significados ou com as qualidades que os sujeitos atribuem aos objetos e não apenas com estes ou com as quantificações que lhes dizem respeito.

Nas licenciaturas, em particular as que correspondem às ciências da natureza, o lugar do método experimental e das quantificações que lhe correspondem está, desde há muito assegurado. Trata-se agora de fazê-lo acompanhar-se da pesquisa qualitativa do ensino. Pois, em uma licenciatura, o processo educativo é necessariamente objeto de estudo, de pesquisa e de extensão, intrínsecos à formação profissional do docente. E as relações entre estudantes e professores universitários configuram uma metalinguagem que confirma ou contradita, com eficácia insuspeitada, a consistência

desses cursos. Já disse alguém, com muita propriedade, que os estudantes aprendem menos do que lhes falamos que do que lhes fazemos.

Decerto o fazer didático não se pauta exclusivamento pelas contribuições científicas que acolhe mas, no estado atual da arte, também pela pedagogia costumeira, histórica e culturalmente determinada, de que é parte integrante. Deste contexto, que compreende igualmente a atmosfera política do poder, nenhuma forma de saber e prática alguma são totalmente isentas ou escapam imunes à projeção de seus interesses.

A aprendizagem da pesquisa e da extensão do conhecimento dos sujeitos, de suas relações pedagógicas e dos objetos que servem ao seu desenvolvimento pessoal, em cada licenciatura, decididamente extrapola os limites do campo que lhe dá especificidade e interseciona com as ciências sociais, as artes e as tecnologias. Nenhuma, de todas as licenciaturas, cabe no escopo metódico reduzido de uma ciência ao seu objeto.

A impessoalidade com que boa parte dos professores universitários ensina e que, freqüentemente, se recusa à pessoalidade dos alunos - o desenvolvimento da identidade posto à margem - para que prevaleça a objetividade imanente "à ciência", não teria nada a ver com a rejeição "científica" da subjetividade? Por que, ao menos no meio acadêmico, quando se quer desmoralizar uma proposição, dela se diz que é subjetiva? Não haveria uma posição mais equilibrada para aproximar, entre si, as ciências sociais e as da natureza, que o antagonismo, assaz **demodé**, entre os adeptos da subjetividade e os partidários da objetividade? Os cursos de licenciatura constituem uma boa ocasião de conjugar esforços para tentar responder à bela indagação, há tanto tempo feita por Merleau-Ponty: "Que mundo é este que estou todo nele e está todo em mim?"

A redução científica tem sido uma condição das ciências, mas não é preciso que o seja também da educação, em todos os graus e em todos os momentos. A atomização do conhecimento não tem, necessariamente, de reproduzir-se na atomização dos currículos destinados a crianças e adolescentes, nem sequer há que ser a característica exclusiva dos currículos das licenciaturas. Pois é pouco provável que estudantes afeitos apenas ao conhecimento atomizado em disciplinas estanques, deste modo se aprestem para lidar com situações que não se delimitam segundo esses cortes epistêmicos e demandam abordagens compósitas. As licenciaturas estão condenadas à interdisciplinaridade, se é para serem o que deveriam ser: cursos que preparam pessoas para assessorar o desenvolvimento pessoal, social e cultural de outras pessoas, mediante o conhecimento. Conhecimento este que transcende, em muito, a experimentação, para desdobrar-se à sistematização das experiências que vivem os sujeitos cuja educação se pretende promover.

Ensinar é uma tarefa bem mais exigente do que apresentar aos alunos informações abstratas, na ordem lógica em que foram compendiadas e sem relações com a experiência de viver que os empolga. Antes que substituir a experiência, o conhecimento serve à ordenação desta. E é nesta função que os objetivos do ensino articulam-se aos motivos dos estudantes, para maximizar os resultados da educação.

Em uma licenciatura, aprender a conhecer os estudantes e vivenciar as relações intersubjetivas pelas quais estes podem se desenvolver é tão crucial quanto dominar a matéria de estudo e os seus processos de investigação. Não padece duvida que não há bom ensino sem proficiência do professor quanto ao seu conteúdo. Mas essa proficiência, necessária, não é suficiente, se não se acompanha das qualificações requeridas às inter-relações pessoais a partir das quais identidade e sociabilidade de professores e alunos são reciprocamente lapidadas. A integração dessas competências aliás, é o sentido de qualquer lcenciatura e o desafio que ao projeto acadêmico orgânico das licenciaturas noturnas cabe propor.

A qualidade da educação brasileira, na esfera da administração pública ou privada, tem decaído ostensivamente, de um modo geral. Embora o quadro de variáveis que convergem para este fato seja muito amplo, é interessante nele destacar a tendência nacional de transferir a formação de

professores às instituições particulares de ensino superior. Isto se confirma pela tendência decrescente da participação das universidades públicas na formação de professores, em relação ao crescimento continuado do número de professores licenciados por instituições privadas. O mais grave, no fato, é que são bem conhecidas a precariedade das instalações, a incipiência das condições de ensino e o limiar das exigências de qualificação do professorado da maioria delas.

Não haverá indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão enquanto: o conhecimento permanecer enclausurado em disciplinas estanques, tomadas como produto antes que como processo, o professor e os alunos se obrigarem exclusivamente ao ensino presencial e não houver continuidade entre os períodos letivos. Três condições que os estabelecimentos isolados de ensino superior dificilmente pretendem modificar e as universidades públicas ainda estão por substituir.

A contribuição relativa da UnB, para o quadro de licenciados do sistema público do Distrito Federal, é bem denotada pelos dados que se seguem:[4]

Número de licenciados pela UnB, por ano, de 1966 a 1991

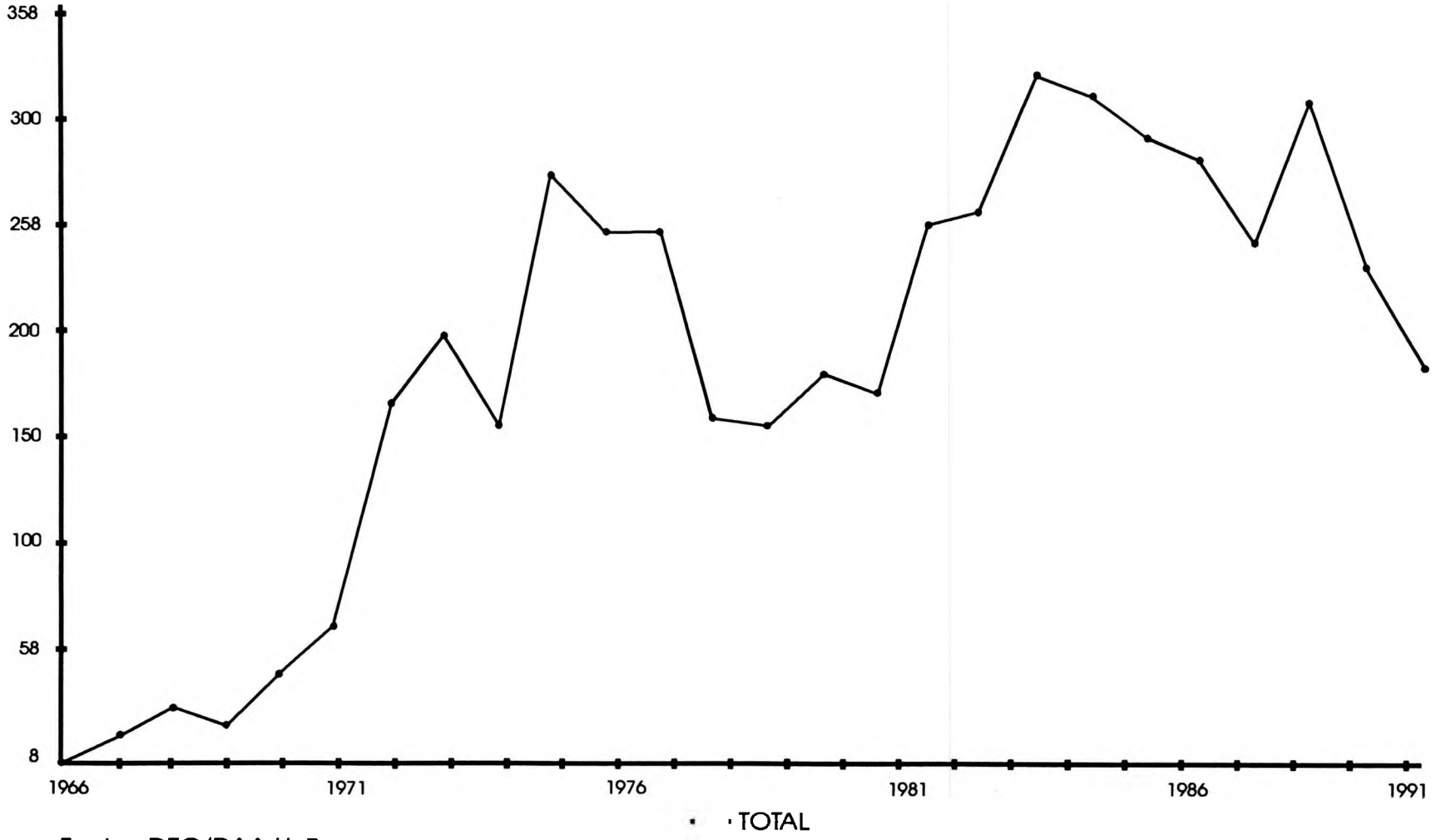
1966	001	1979	155
1967	011	1980	179
1968	023	1981	169
1969	015	1982	249
1970	040	1983	254
1971	061	1984	319
1972	079	1985	309
1973	165	1986	298
1974	197	1987	278
1975	153	1988	239
1976	273	1989	307
1977	245	1990	228
1978	158	1991	189
TOTAL:			4.706

Fonte: DEG/DAA-UnB

	LICENCIADOS UnB	PROFESSORES FEDF
MATEMÁTICA	195	1224
QUÍMICA	48	108
FÍSICA	79	493
BIOLOGIA	123	353
HISTÓRIA	320	922
GEOGRAFIA	78	1073
LETRAS	1153	1875
ED.ARTÍSTICA	382	689
PSICOLOGIA	176	392
PEDAGOGIA	1298	---
MÚSICA	197	146
ED.FÍSICA	421	---
FILOSOFIA	20	70

Fonte: DEG/DAA-UnB e FEDF (1992)

Número de Licenciados pela UnB, por ano, de 1966 a 1991.



Fonte: DEG/DAA-UnB

A vontade política da UnB, de mudar tais tendências e configuração, consolida-se por este projeto.

UMA QUESTÃO PRELIMINAR: A ARTICULAÇÃO À EXPERIÊNCIA ESCOLAR ANTERIOR DO ESTUDANTE

Pela ordem, o primeiro problema que uma licenciatura tem que considerar é o da articulação do ensino superior ao grau que o antecede.

Os exames vestibulares fazem parte deste problema que, por certo, não é local, mas nacional. Enquanto a oferta de vagas for menor que a procura, não há como descartá-los. Mas é preciso repensá-los, seja porque operam uma seleção discutível, pois boa parte dos universitários, se não a maioria, revela dentre outras, deficiências graves nas linguagens vernácula e matemática; seja porque, na sua forma atual, corrompem a escolaridade precedente, reduzindo-a a um treinamento para passar nos exames; seja ainda porque prejudicam, acintosamente, os egressos dos cursos profissionalizantes, praticamente remetendo a população ao ensino secundário que, por sua vez, a conduz exclusivamente ao ensino superior, onde não há vagas suficientes... (5)

Em 1986, a então COPEVE, hoje DAE, promoveu um grande seminário, aberto a todos os sistemas educativos do DF, para discutir o vestibular. Algumas propostas de mudanças, entre as quais a da COPEVE, concorreram no evento.(6) Debalde. A forma destes exames permanece estruturalmente inalterada, em que pesem alguns aperfeiçoamentos tópicos.

Os exames vestibulares são um problema da Universidade, por suas conseqüências sobre a condição dos alunos que terminam o 2º grau e pela seleção dos que ingressam na Universidade. Não é uma responsabilidade exclusiva da DAE, que o executa para a instituição. Se há um conjunto de unidades que deveria apresentar-se para apoiar e modificar tal função, este conjunto é o das unidades acadêmicas que ofertam cursos de licenciatura e que tem a obrigação de tomar aqueles exames como objeto de estudo, pesquisa e extensão, em articulação com a DAE.

O problema da articulação não se resume, porém, à qualidade dos exames vestibulares. A condição dos calouros para o fluxo dos estudos universitários recoloca a questão na intimidade de cada curso. E no que diz respeito às linguagens, a dificuldade é generalizada, como já vimos.

É posição unânime desta Comissão que não se pode fundar o curso de graduação sobre a base fictícia do que os alunos deveriam saber, poder e querer, mas não sabem, nem podem e, logo, não querem. Principalmente quando a ausência de base já está na utilização deficiente das linguagens que veiculam os objetos de estudo eminentemente abstrato, indispensável ao nível universitário.

Qualquer expectativa que se possa ter quanto à possibilidade de conduta intelectiva autônoma dos estudantes e ao uso de procedimentos que lhes reservem um papel ativo, com ou sem a presença do professor - passa pela competência do estudante para decodificar as informações que se lhes forem acessíveis e pela decorrente confiança de poder aprender também por processos auto-sustentados.

Isto nos leva a mais um modo de considerar o problema da articulação entre os níveis de ensino: a introdução dos calouros aos estudos propriamente universitários.

Não é fácil para os calouros, a passagem de um sistema escolar que determina, à sua revelia, prévia e institucionalmente, o seu currículo por inteiro, para uma instituição educativa mais complexa, porém mal articulada, que demanda reconhecimento e familiarização e dele solicita que faça opções, tome decisões e, de algum modo, participe dos processos didáticos, ativa e criticamente; que já não se satisfaz com a reprodução da informação veiculada, mas requer que ela seja pensada ou pesquisada e aplicada a situações diferentes daquela em que é ensinada e aprendida. Se não for assim, não é de universidade que estamos falando. E se assim for, trata-se de um salto abissal que supõe alguma paciência, muito encorajamento e suporte - para ser ensaiado com algum êxito.

A universidade tem oscilado entre recepões de boas vindas - mais festa que apresentação, de chofre, das aparências superficiais deste novo mundo, que ela é, para o estudante recém-ingressado - nas quais o volume de informação excede a exiguidade do momento; (de resto, embora importante, a simpatia do gesto hospitaleiro, inelutavelmente formal, nessas ocasiões de muita gente, entre si, desconhecida); ou a absorção trivial na programação específica de cada disciplina da lista de ofertas do período inaugural.

Nenhuma dessas alternativas satisfaz, enquanto introdução aos estudos universitários. A primeira não tem consistência, ainda que possa merecer sua oportunidade. A segunda revela pouco cuidado com uma passagem tão delicada do ponto de vista psicossocial e peca pela exclusão de uma intenção abrangente da configuração universitária.

Uma forma, ao mesmo tempo, próxima (pessoal), abrangente e duradoura de receber o calouro e dispensar-lher os cuidados diferenciados que deveria merecer, é a orientação acadêmica. Esta, admite sem artificilismos, a apresentação da instituição ao estudante e o acompanhamento da integração deste aos processos universitários, individualmente ou em grupos pequenos, de estudantes do mesmo curso.

O DEG/CADE/SOU já tem um projeto de restabelecimento da orientação acadêmica [7] cuja discussão foi iniciada, no período 01/93, com os Coordenadores de Curso e se encaminha para a proposição de um ante-projeto de resolução aos colegiados competentes. Esta Comissão apoia integralmente a intenção deste projeto que vem ao encontro de tais cuidados e significa, também, um antídoto aos efeitos deletérios da atomização curricular.

A orientação acadêmica individualizada ao estudante de graduação, supondo-se que seja restabelecida, não esgota a iniciação do estudante nos afazeres acadêmicos do seu curso, na perpectiva que lhe é peculiar.

Em cada curso das licenciaturas em foco, é possível identificar pelo menos uma disciplina, sempre presente na lista de ofertas do primeiro semestre, que constitui o limiar de acesso à formação que se inicia. Essa disciplina, mais do que qualquer outra, deveria efetivar o reconhecimento preliminar das condições do estudante, da base de que dispõe para acompanhar aquele curso, dos apoios que precisaria, inclusive os que adviriam de outras unidades, e dos encaminhamentos requeridos para cada caso.

O programa dessa disciplina pode ser redimensionado segundo aquele reconhecimento; enxugado em seu conteúdo e alongado em sua duração - para oportunizar a recuperação paralela do nível que lhe é adequado, estimulando um movimento pendular da solicitação atual à sua base; sua abordagem metódica relativamente individualizada, para que os mais aptos não sejam prejudicados e todos possam avançar segundo suas possibilidades.

Não é fora de propósito assumir, experimentalmente, para essas disciplinas, quando se revelem dificuldades severas à maioria dos estudantes, para acompanhá-las numa duração única, a possibilidade do conceito EA (em andamento), de modo que, num prazo relativamente elástico, seu curso possa cumprir-se com aproveitamento.

Quando o professor percebe a experiência anterior dos egressos do segundo grau como o fundamento da aprendizagem de grau universitário, procura reconhecê-la e tomá-la como ponto de partida. De fato, a intenção universitária de articular-se com o grau precedente outra coisa não é que a recepção do estudante como a extensão viva do meio imediato à universidade que, reciprocamente, a êle se estende em convívio, ensino e pesquisa.

A idéia central é aumentar o nível de qualidade do estudo, mas fazê-lo com mais eficiência e menos trauma que o que se consegue com a aprovação indiscriminada ou com a reprovação maciça.

Reconhecendo que estas proposições são mais fáceis de dizer que de fazer, indicamos algumas medidas que lhes são correlatas: a adesão convicta dos professores que ministram a disciplina: à elaboração, testagem e utilização dos instrumentos de reconhecimento, bem como às alterações metodológicas e à preparação de materiais didáticos complementares; o recurso sistemático à contribuição de monitores; o treinamento dos monitores; o tempo necessário à implementação dessas medidas.

O que for possível, deve ser feito, para que a experiência inicial de um estudante universitário não seja negligente ou massacrante e não se prolongue a crença de que o massacre é intrinsecamente educativo, pois faria estudar. Esta pode até ser uma didática eficiente. Mas eficiente para quê? O prazer de aprendizagens bem sucedidas não seria mais eficaz que o medo de ser reprovado ou a vergonha de obter menções mínimas?

Já disse Skinner que os professores tendem a ensinar como foram ensinados. Portanto, se o problema não se resolve na universidade, é pouco provável que a solução seja encaminhada pelos que são dela licenciados. É evidente que se engendra um círculo vicioso cujas implicações acadêmicas, pedagógicas e sociais são severas e extensas.

UM PROJETO ACADÊMICO ORGÂNICO PARA OS CURSOS NOTURNOS DE LICENCIATURA NA UnB

Não é fácil propô-lo factível, sabendo que o termo acadêmico aponta à articulação das funções universitárias, efetivamente dissociadas; e o orgânico supõe transcender as fronteiras indeléveis que isolam ou distanciam, entre si, as unidades administrativas e os agentes que nelas operam a concepção histórico-cultural de universidade, ora vigente.

Todavia, tratando-se de um conjunto de licenciaturas, faz-se mais evidente a referência unificadora da instituição universitária: sua finalidade educacional.

Com efeito, todas as licenciaturas, em que pesem suas especificidades, se identificam na preparação do professor para relacionar-se com os estudantes de uma faixa etária delimitada, tendo o conhecimento (processos e informações) como referência para o desenvolvimento pessoal.

Do que se segue que os respectivos conteúdos, por sua especificidade distinguem as Licenciaturas, entre si, irrecorrivelmente, enquanto a referência ao processo educativo implica a convergência desses meios para produzir qualificações psicológicas e sociais equivalentes, em termos de auto-realização pessoal, qualificação para o trabalho e autonomia política. Dizendo de modo mais concreto, os professores utilizam meios diversos para chegar a objetivos comuns, individualmente diferenciados.

Esse movimento, nem sempre equilibrado, de sentidos opostos mas complementares, em operação no âmbito de cada licenciatura e no conjunto por elas formado, sugere à Comissão estabelecer um princípio norteador e desdobrar suas implicações. Tais referências expressam a crítica e o sentimento das licenciaturas diurnas em curso na instituição e, simultaneamente, indicam o sentido de atualização que orienta o projeto aos seus propósitos.

A saber:

Princípio: indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; do conteúdo específico a cada licenciatura e a formação psicopedagógica correspondente; de conhecimento acadêmico e experiência (profissionalizante) dos processos e sistemas da escolaridade fundamental ou média.

Implicações:

a) convívio continuado (ao longo do curso), de estudantes e professores, com situações existenciais da escolaridade precedente (resgate da experiência);

b) tomada da experiência didática quotidiana como objeto de conhecimento e o conhecimento abstrato, já codificado, como referência à sistematização dessa experiência;

c) exercício da interdisciplinaridade, mediante a articulação de professores e estudantes, pela identificação de objetivos, temas recorrentes (estruturais) e situações comuns a todas as licenciaturas;

d) coordenação (horizontal) das disciplinas ofertadas no semestre e (vertical) das ofertas pertinentes a semestres contíguos;

e) redução dos cortes epistêmicos que atomizam os currículos e obstaculizam a indissociabilidade postulada;

f) ênfase na profissionalização do licenciando, significando isto: centração dos seus estudos no conhecimento dos programas, materiais didáticos, circunstâncias, necessidades, características, processos interativos e possibilidades da população escolarizada (alunos, professores e administradores) nos sistemas de ensino fundamental ou médio, noturnos ou diurnos, em termos reais e abstratos;

g) confiança na autonomia intelectiva do estudante (participação ativa) e do professor, com a conseqüente ênfase na assessoria à atividade do primeiro, pelo segundo;

h) processo didático não exclusivamente preletivo ou presencial.

Contemplando as referências acima, é fundamental considerar que a implantação dessas licenciaturas configura um oportunidade especial para o exercício de inovações didático-administrativas: um laboratório educacional com poucos alunos e sem o complicador de currículos já estabelecidos e em pleno andamento.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

Nem por isso haveria de ser fácil a efetivação daquele princípio e de suas implicações. A tradição didático-administrativa que nos permitiu formulá-los como desiderato é a mesma cuja facticidade impõe óbices à sua realização imediata e total.

Não foi sem dificuldades próprias que a comissão construiu os seus pontos de consenso e, ainda assim, está longe de constituir uma unanimidade estável em relação aos desdobramentos executivos do projeto.

Estima-se que um processo equivalente possa ocorrer nas comunidades acadêmicas envolvidas, até que o projeto seja assimilado à sua implantação ou obtenha quer a adesão, quer a contribuição reajustadora dos demais professores, em especial dos concursados à sua execução.

Com essas considerações, a Comissão achou por bem delimitar, nos currículos das licenciaturas noturnas, o espaço mais propício às inovações. E convencionou nomeá-lo a Formação Profissional Docente (FPD), aceitando uma designação originária do Professor Roberto Ribeiro da Silva, já difundida no Departamento de Física.

Neste espaço, que abrange sessenta (60) créditos, aproximadamente, cerca de um terço da duração média dos cursos respectivos, serão concentrados os esforços de mudança e de integração universitária ora propostos. Tal espaço portanto, deveria dedicar-se, preliminarmente, à reapropriação universitária dos conteúdos pertinentes aos graus anteriores, de sua função psicossocial (motivacional, evolutiva e diferencial) e dos métodos (ou relações) pelos quais os sujeitos (alunos e professores) do processo educativo se desenvolvem reciprocamente, mediante aprendizagem. Esta, interpretada como

processo de pesquisa e extensão, admite o ensino como os momentos em que se sistematiza a experiência, isto é, em que a consulta às fontes do conhecimento acumulado e sua reflexão socializada preparam a ação interveniente; ou nos quais os mesmos agentes abstraem, criticam e sistematizam os resultados desta ação. Esse é o ensino que aproxima o conhecimento à produção do conhecimento, maximizando essa dupla possibilidade e fazendo-a relativamente simultânea. É assim que o que se faz na escola média ou superior pode apreender as estruturas cognitivas do fazer científico e artístico, menos como estruturas de significado estabelecidas que como estruturas à significação, precisamente o que fazem os artistas e cientistas, enquanto vivem e trabalham. Pois não se entende como, nem por que as pessoas haveriam de aprender pelo avesso do modo como existem. Daí se poder afirmar que os estudantes aprendem mais daquilo que vivenciam, que do que ouvem ou lêem.

Trata-se de um espaço curricular caracterizado pela intenção de chegar à interdisciplinaridade a partir da convergência recíproca das três vertentes (a psicológica, a pedagógica e a que distingue cada licenciatura) que contribuem à formação do professor. Nele, o endereçamento ao ensino, de todas as disciplinas que o compõem, constitui a sua unidade, na diversidade das contribuições específicas que para o ensino concorrem. Essa direção fornece uma identidade comum aos estudos correspondentes, quaisquer que sejam os campos de conhecimento a que pertençam, permitindo a superação das dissociações entre o conhecimento do sujeito e do objeto-meio à educação ou entre este e os processos metódicos pelos quais interagem os sujeitos da experiência didática [8].

Essa intenção se traduz, concretamente, de vários modos.

Em primeiro lugar, cada uma das licenciaturas em foco incorpora à FPD um conjunto de disciplinas próprias que abordam os conteúdos didáticos simultaneamente às questões do seu uso psico-pedagógico. Em contraste com a tradição majoritária de deixar estas questões exclusivamente para o Instituto de Psicologia - IP/Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED e para a Faculdade de Educação - FE. Significa isto uma adesão e um reconhecimento à co-responsabilidade dos Institutos quanto à formação docente propriamente dita, de natureza profissional.

No sentido inverso mas complementar, as disciplinas psicológicas em oferta pelo IP (PED e PPB) - "Desenvolvimento Psicológico e Ensino" e "Aprendizagem no Ensino", desde os seus títulos assumem o sentido preparatório da competência do professor para dar suporte ao desenvolvimento pessoal dos estudantes, mediante a área de conhecimento que lhe é específica. Estas duas disciplinas, com 04(quatro) créditos cada, substituem a usual disciplina "Fundamentos do Desenvolvimento e Aprendizagem" cuja abordagem, excessivamente genérica, perdia o interesse do licenciando ou a eficácia instrumentalizadora da ação docente.

Das disciplinas a serem ofertadas pela FE, com 04(quatro) créditos respectivos, a "Organização da Educação Brasileira" mantém inalterado o seu sentido de compreender a estrutura e a dinâmica do sistema educacional, em ambas as perspectivas, macro e microssistêmica, mas explorando esta última à tematização de aspectos organizacionais pertinentes a áreas de conhecimento definidas; e à "Didática", sobretudo, torna-se indispensável aproximar-se dos conteúdos e linguagens que fazem a mediação da relação professor/aluno, sem referência aos quais essa relação carece de espacialidade e de temporalidade. Nela, há que buscar, conforme a composição das turmas, a abordagem que lhe for mais adequada.

Sejam os estudos psicológicos ou pedagógicos, é preciso referi-los ao conteúdo das licenciaturas porque é sobre o seu aprendizado que as relações intersubjetivas se cumprem, no propósito do desenvolvimento pessoal. Não é outra a razão pela qual cada licenciatura assume, por enquanto nas disciplinas que aloca à FPD, a remissão do conteúdo ao seu ensino e à sua aprendizagem.

Essas disposições convergentes, é bom que se diga, não podem ser extremadas, ao ponto que o professor de cada uma das vertentes que contribuem em uma licenciatura se reconheça sem condições para realizá-las. Mas é fundamental admitir que, havendo uma turma composta de alunos de Línguas

e Artes, por exemplo, uma psicologia e uma didática voltadas às linguagens ser-lhe-iam mais apropriadas e instigantes. Este endereçamento, por sua vez, não é menos acessível ao Psicólogo ou ao Pedagogo do que o é ao especialista debruçar-se sobre o ensino e a aprendizagem da matéria que seus alunos estudam, tendo como referência última o ensino fundamental ou médio.

Cada professor permanece na base segura de sua formação específica. Não é necessário alienar a própria especialidade para macaquear a competência alheia, até porque esta está disponível em cada vertente. O que se requer, apenas, de professores universitários - cuja devoção é o estudo - é que se disponham a atentar para a interseção da sua vertente às demais vertentes que compõem a qualificação de um professor, de modo que possam comunicar-se melhor e melhor colaborar entre si e com os estudantes, na abrangência convencionada.

É desde já evidente que o escopo usual de composição aleatória das turmas deve ceder lugar ao agrupamento dos estudantes segundo a afinidade dos seus cursos, sem o qual nenhum endereçamento é possível. A partir deste, os professores das disciplinas componentes da FPD podem identificar, entre os colegas das demais vertentes, seus interlocutores preferenciais e iniciar uma efetiva cooperação, traduzida em planejamento, execução e avaliação compartilhados, total ou parcialmente.

Essas aproximações do trabalho interdisciplinar culminam com a criação das disciplinas Psicologia e Prática de Ensino 1 e 2 e Educação e Prática de Ensino 1 e 2, cada uma com dois créditos e horário livre, que se superpõem como co-requisitos dos estágios supervisionados [02(dois) por licenciatura, com seis 06(seis) créditos cada um], para possibilitar o convivio de seus professores à orientação dos estudantes na experiência do quotidiano escolar dos sistemas de ensino fundamental e médio.*

A parceria nos estágios dificilmente seria bem sucedida, se não fosse, de antemão, preparada na oferta de disciplinas psico-pedagógicas direcionadas ao ensino de conteúdos delimitados e na oferta de disciplinas destinadas à abordagem do ensino dos conteúdos curriculares dos graus anteriores. Aquela parceria, por sua vez, sugere o esforço de articulação que a precede. Instala-se, assim, um círculo virtuoso à integração progressiva das três vertentes.

Os professores e estudantes de cada uma e todas as disciplinas que constituem a FPD são os agentes, por excelência, dessa intenção integrativa. Esta descartada, as disciplinas persistirão dissociadas, como de hábito...

Sobressaem, no contexto da FPD, o direcionamento dos estudos psicopedagógicos aos conteúdos das licenciaturas, ainda que delimitados por áreas de afinidades, e a oferta de disciplinas que fazem por convergir os conteúdos específicos ao seu ensino. Neste contexto, é possível prescindir da contribuição da "Psicologia da Educação", enquanto disciplina acadêmica, para tomá-la como um dos temas recorrentes da atividade interdisciplinar que pervade o contexto por inteiro. Daí sua exclusão, enquanto oferta individualizada.

Nem por isso a formação psicopedagógica se reduz dos vinte e quatro créditos tradicionais. Mas, ao contrário, se acrescenta de todas as disciplinas destinadas ao ensino, em cada licenciatura, para alcançar o total aproximado de 60 (sessenta) créditos voltados à educação. Entre estes, contam-se os créditos referentes à elaboração de um "Projeto de Curso" [que contabiliza 08(oito) créditos nas diferentes opções da Licenciatura em Educação Artística ou 02(dois) nas Licenciaturas em Língua Portuguesa e em Química**], necessariamente sobre o respectivo ensino.

---

* A Licenciatura em Educação Artistica optou por prescindir dessa articulação estrutural, para manter três estágios supervisionados, de 04(quatro) créditos. Contudo, não exclui que tais estágios possam receber a colaboração de psicólogos e pedagogos.

** As demais Licenciaturas optaram por manter tais projetos embutidos nas disciplinas da FPD, evitando destacá-los das mesmas, para individualizá-los.

Até aqui, cuidávamos da composição obrigatória da FPD. Em algumas Licenciaturas estas disciplinas excedem o escopo de sessenta créditos. Em outras, ficam-lhe aquém. Mas em todas se apresenta um rol de disciplinas optativas que, conforme o caso, preenchem aquele espaço ou concorrem, na duração global do curso, pela opção dos estudantes, segundo estes prefiram reforçar a FPD ou ir mais fundo na especificidade dos conteúdos correspondentes. Dependendo daquelas opções, a participação das unidades que oferecem disciplinas voltadas ou úteis à formação do professor pode crescer, enquanto a FPD ganha em densidade e diversificação.

A consulta ao fluxograma de cada licenciatura e ao elenco das suas disciplinas optativas permite visualisar melhor a composição curricular e as possibilidades a serem ofertadas. Entre as optativas comuns a todas as licenciaturas destacam-se: "Português Instrumental", uma língua estrangeira moderna e "Introdução à Micro-Informática".

Faz parte da política da FPD distribuir os seus créditos-disciplinas o quanto possível ao longo dos cursos, de modo que os estudos correspondentes mantenham constante a intencionalidade educativa e, concomitantemente, possam referir-se aos demais componentes curriculares. Estes, embora ultrapassem a delimitação da FPD, dela também participam como o fundo contra o qual a figura se destaca.

O currículo de cada licenciatura completa-se com as demais disciplinas que habitualmente conformam os estudos do bacharelado e preparam a continuidade indefinida dos estudos pós-graduados. Estas disciplinas perfazem o que se poderia considerar a interseção entre o bacharelado e a licenciatura. Não se destinam necessariamente à preparação do professor. Mas constituem, no seu conjunto, o conhecimento que permite ao estudante universitário transcender os limites do que é ensinado a crianças e adolescentes, identificar-se como alguém que conhece o seu campo de operação e reflexão e, enquanto professor, aproximar-se da simplicidade, inclusive mediante uma pós-graduação no ensino do seu campo, revertendo-a, a seguir, à orientação da aprendizagem, em qualquer grau; ou, enquanto especialista, remeter-se à pesquisa e à extensão daquele campo.

Para este conjunto de disciplinas não se sugere articulação premeditada à FPD. Dos resultados psicossociais advindouros da realização do presente projeto é que se poderia estimar a indução de alguma mudança, por enquanto imprevisível.

O que não se pode deixar de fazer, nesta altura, é instar às respectivas Congregações de Carreira a admissão desse espaço curricular de 60(sessenta) créditos aproximados, como o mínimo à formação profissional de docentes de qualidade. Afinal, trata-se de projetar currículos de licenciaturas, que não estão onerados, como na tradição do diurno, pelo bacharelado concomitante. Por isso mesmo hão de convir que o endereçamento natural desses estudantes haveria de ser a pós-graduação no ensino de seu campo, para o qual nenhum ajustamento seria requerido. E se assim não for, os estudos adicionais seriam o ônus incontestável de quem mude de opção, seja do bacharelado à licenciatura ou vice-versa.

O importante, quando se cogita da articulação entre a graduação e a pós-graduação, é que a seleção para esta última não se faça precisamente sobre os estudos que distinguem o bacharelado da licenciatura. Primeiro, porque a área de interseção destes cursos permanece muito expressiva como referência comum à continuidade possível e desejável. Segundo, porque tomar a diferença como critério, se exclui o licenciado da pós-graduação no seu campo de conhecimento, também excluiria o bacharel da pós-graduação no ensino deste campo. Afinal, porque estes cerceamentos são indesejáveis na situação atual, como continuarão a sê-lo, quando a pós-graduação em ensino estiver estruturada.

Que as licenciaturas mantenham uma interseção significativa com os estudos do bacharelado continua a ser conveniente, quer como economia de meios, quer como requisito de excelência. A novidade que a FPD instala é o reconhecimento às licenciaturas - da sua identidade enquanto projeto de formação profissional. E com a identidade, a dignidade possível... Em contrapartida, o ensino das disciplinas do bacharelado pode beneficiar-se da proficiência e da proximidade dos estudos, pesquisas

e práticas da FPD para exemplar seus processos didáticos de aprendizagem e avaliação. À integridade da proposta nenhuma parte do currículo das licenciaturas permaneceria incólume, a amplitude da mudança dependendo, sobretudo, da disposição dos professores da UnB e de suas relações de reciprocidade.

Nada impede que sobre a consecução deste projeto, uma intenção mais ousada possa realizar-se: a experiência de fazer cumprir a FPD com a presença dos licenciandos às situações reais da escolaridade corrente no sistema educacional de nível fundamental ou médio, desde o início do curso.

Se observarmos a contribuição das diversas vertentes à composição das disciplinas obrigatórias da FPD, vamos notar que a Psicologia entra com 12(doze) créditos; a Pedagogia com outro tanto; e o conhecimento do ensino específico a cada licenciatura, incluindo os estágios supervisionados, aporta, no mínimo, vinte créditos. No total aproximado, quarenta e quatro créditos, pelo menos, distribuidos ao longo dos cursos.

Tomando deste conjunto, 02(dois) créditos por semestre, para posicionar o aluno presente às situações reais da escolaridade no campo da sua licenciatura, e graduando sua participação e responsabilidade no sentido crescente, conforme a dinâmica do seu curso universitário, dispenderíamos apenas 12(doze) créditos, nos três primeiros anos, para manter o estudante em contato vivo com o quotidiano escolar correspondente à sua área de atuação.

Não parece demais, mesmo para quem acredita que se pode ensinar uma arte (de bases científicas) apenas com leitura e interlocução sobre seus fundamentos e prática, esta última deslocada para o final do curso.

A presença do estudante às lides efetivas do ensino, por sua vez, vincularia o seu curso à experiência corrente de escolarização, solicitando praticidade às teorizações acadêmicas, reclamando condições de aplicabilidade às teorias vigentes e incitando professores e alunos à reflexão encarnada - tão desejada quanto, ambiguamente, evitada no quadro histórico das licenciaturas.

Algo assim foi longamente cogitado, durante a elaboração deste projeto. Mas foi descartado, como proposição imediata, entre outras razões, pela falta de tradição com o trabalho interdisciplinar, das três vertentes que convergem (nominalmente) à FPD. Se conseguirmos realizar as proposições ainda modestas do projeto, o primeiro passo, contudo fundamental, terá sido dado naquele sentido.

É também um óbice severo às disposições mais ousadas, a ausência de laços efetivos, mais do que formais, entre a Universidade e os sistemas escolares de ensino fundamental e médio. A colocação racional e planejada dos estudantes das licenciaturas, naqueles sistemas, não pode ficar ao improviso, se se quiser maximizar suas possibilidades formativas.

O SUPERVISOR ASSOCIADO*

Ainda no escopo dos estágios supervisionados dispostos no final do curso, mas e principalmente quando aqueles se disponham ao longo dele, é notório que a supervisão realizada, com exclusividade, pelos professores da UnB, de modo geral está longe de ser satisfatória. Sua freqüência é rala. Sua intermitência prejudica a continuidade. Os responsáveis queixam-se da ausência de transporte oficial e dos custos relativos aos deslocamentos para os locais de estágio. Não há tempo suficiente para as excursões requeridas pelo número de estagiários. A recepção e permanência destes últimos, nos sistemas educacionais, padecem de severas inadequações. O que leva alguns professores

---

* Designação sugerida pelo Professor João Cláudio Todorov, analógica ao Pesquisador Associado que, havendo ou não pertencido à Universidade, mantém com a UnB vínculos de cooperação.

a minimizar o contato dos estagiários com as situações reais da escolaridade e, por vezes, a substituir este contato por simulacros que se cumprem no interior da universidade.

É evidente que novas soluções são necessárias e que passam pela renovação dos laços da Universidade com os sistemas de ensino fundamental e médio. Laços tais que alcancem a intercomplementaridade das licenciaturas aos sistemas educacionais correspondentes e vice-versa.

O Supervisor Associado, um professor - de preferência licenciado - em exercício na rede escolar de ensino fundamental ou médio, prioritariamente do setor público, seria a chave de um padrão atual de relações interinstitucionais, para atuar como um preceptor **ad hoc** dos estagiários das Licenciaturas, em articulação com os supervisores da Universidade.

Não se trata, é óbvio, de demitir a Universidade da supervisão dos seus estagiários, mas de admitir que esta não pode transcender sua precariedade sem aquela articulação que, pela relevância possível, faz-se necessária, se bem conduzida.

Dessa condução pode-se antecipar:

a) promoção de acordos ou convênios com as instituições, para articular os sistemas educacionais e, inclusive, para atribuir incentivos aos supervisores associados;

b) cadastramento dos professores licenciados em exercício nos sistemas, segundo sua formação;

c) identificação desses professores e contato para possível seleção como supervisores associados;

d) realização do processo de seleção e credenciamento dos supervisores associados (de responsabilidade de cada licenciatura);

e) coordenação de encontros periódicos e de outras formas diretas de informação recíproca e manutenção de uma orientação convergente dos professores da UnB e dos supervisores associados;

f) inauguração de uma mala direta entre os supervisores das diferentes instituições envolvidas, para intercâmbio à distância e atualização permanente do conhecimento didático-científico, no interesse do ensino.

A COORDENAÇÃO DOS CURSOS NOTURNOS DE LICENCIATURA

Como se pode perceber da condução esboçada, esta é apenas uma das múltiplas articulações que o Projeto requer. Consideradas em conjunto, não passariam de fantasias se não se acompanhassem de uma coordenação com autoridade e infra-estrutura para fazer vigir as linhas de convergência e divergência acordadas, como sejam horários e locais para planejamento didático conjunto dos professores pertinentes às três vertentes apontadas; ocasiões para reencontros sistemáticos à avaliação e correção do processo didático; organização da lista de ofertas, de modo a compatibilizar horários de disciplinas intercomplementares - para eventuais reuniões ao exercício da interdisciplinaridade por alunos e professores; programação de eventos comuns a diferentes licenciaturas ou a uma parte delas; estabelecimento de linhas de pesquisa e proposição de atividades extensionistas; relativa homogeneização das turmas, agrupando os alunos conforme afinidades entre diferentes licenciaturas; encontros de coordenadores de curso e de professores orientadores etc.; para não falar do proselitismo à divulgação e implantação deste projeto.

Assim, a Comissão recomenda, com veemência, que se instale, junto ao DEG, uma coordenação executiva que desempenhe, às expensas da autoridade do Decano, um processo de animação continuada dos cursos noturnos de licenciatura à implantação e amadurecimento deste projeto. Cometimento este que uma Congregação de Carreira de Curso de Graduação, como órgão deliberativo que é, jamais realizou ou seria para realizar.

A Comissão acredita que se manteve nos limites de sua função projetiva. O trabalho que ora apresenta não se completa senão por sua execução e os detalhamentos ou as alterações que esta reclame passam à responsabilidade das comunidades acadêmicas que oferecem os respectivos cursos ou disciplinas.

REFERÊNCIAS:

(1) **CEPE/UnB**, Comissão Especial do - UnB à Noite: Democratização do Acesso à Educação e Qualidade do Ensino. UnB, 1987 (mímeo.)

(2) **Cf. GDF/MEC/UnB** - Convênio de Cooperação firmado em 21 de janeiro de 1992.
UnB - Resolução do Conselho Universitário nº 036/92, de 30 de outubro de 1992.
BRASIL - Lei nº 8.618 de 04 de janeiro de 1993, publicada no D.O. nº 2, de 5 de janeiro de 1993.

(3) **Cf. RUA**, Maria das Graças (Coord.) - Perfil do Aluno das Licenciaturas Noturnas da UnB. Relatório parcial de pesquisa em andamento. DEG/UnB, 1993 (mímeo).
PEDROZA, Antônio Carlos - Perfil do Aluno Noturno na UnB. Anais do Seminário Nacional Sobre Ensino Noturno (101:105), UFPA, 1993.

(4) Estes dados, tabelas e gráfico foram ordenados pelo Professor Antônio Carlos Pedroza, Decano de Ensino de Graduação na UnB, e gentilmente cedidos à Comissão.

(5) **PINTO,** Aloylson - O Vestibular na UnB: contraproposta à COPEVE. Educação e Seleção, nº 18 (119:127). Fundação Carlos Chagas, 1988.

(6) **COPEVE/UnB** - Novo Sistema de Acesso à Universidade de Brasília: o vestibular em etapas múltiplas, 1986 (mímeo).

(7) **TUNES**, Elizabeth e **CUNHA**, Aparecida M. - A Orientação Acadêmica Individualizada ao Universitário. UnB/DEG-CADE/SOU,1993 (mímeo).

(8) **Cf. PINTO**, Aloylson - A Experiência Didática. Tese de Doutoramento em Psicologia Educacional, UNICAMP/Faculdade de Educação. Aprovada, com "distinção e louvor", em agosto de 1992. Sem editor.

O PROJETO, CURSO A CURSO*

LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVA LITERATURA**

Prof. José Natal Barbosa (RELATOR)

INTRODUÇÃO

Em 1988 o Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula realizou estudos, objetivando a reestruturação da grade curricular de suas licenciaturas e a adequação das disciplinas sob sua responsabilidade a um Novo Currículo, implantado a partir do primeiro semestre de 1989.

O Currículo Novo constava de 182 créditos, distribuídos entre Créditos obrigatórios - 132, créditos optativos de Fluxo - 38 e Módulo Livre - 12, tanto para a habilitação 04120 - Licenciatura em Língua Portuguesa e respectiva Literatura, quanto para a 04111 - Bacharelado em Língua Portuguesa e respectiva Literatura.

Esta estrutura geral do Curso de Letras, do Diurno, norteou a proposta que organiza o Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura para o turno Noturno, com as devidas e necessárias adaptações e adequações, levando-se em conta também os pressupostos e a nova concepção de um Curso de Licenciatura voltado à prática didático-pedagógica com o envolvimento ativo dos discentes e docentes e com a adoção de mecanismos que elevem a excelência do processo educativo e de formação dos futuros professores.

2. PRESSUPOSTOS BÁSICOS

O Instituto de Letras da UnB, no exercício de sua função precípua, tem como uma das metas prioritárias, mas não exclusiva, a formação de professores para o ensino fundamental e médio, capazes de uma atuação profissional crítica, coerente, eficaz e transformadora da realidade. Esta função, vigente até então para o curso diurno, é transferida para quaisquer outras funções que o IL venha a desempenhar no curso noturno.

A consecução desta meta requer, entre outros compromissos:

a) centralização da formação do professor na realidade sócio-econômica e cultural do país, de modo que o processo acadêmico a ser desenvolvido venha a contribuir para que o docente atenda às necessidades requeridas pelo contexto educacional no qual se insira;

b) formação de professores capazes de repensar o universo de ensino da língua portuguesa e de sua literatura, tendo como alvo principal o ensino público brasileiro;

c) desenvolvimento de uma política educacional que leve em conta a prática da linguagem em suas diversas variedades, sem perder de vista a língua padrão, sua correção e adequação à ascensão sociolingüística do aluno;

---

* Embora o curso de Pedagogia seja ofertado à noite, pela Faculdade de Educação, na opção Magistério para Início de Escolarização, sob a responsabilidade predominante do Departamento de Métodos e Técnicas (MTC), não consta deste Projeto. Não consta porque os esforços da Comissão para uma interlocução com aquele Departamento foram debalde. Tratando-se de um projeto que, por definição, sugere um futuro, não seria adequado acrescentar-lhe um curso cujas formas usuais apenas remanescem.

** Este trabalho teve a participação do Colegiado do LIV

d) efetiva integração do futuro docente à teoria e à prática da aprendizagem e do ensino da língua nacional capaz de assegurar a aquisição do saber e a competência para ensinar;

e) integração das funções da Universidade de ensino, pesquisa e extensão que pressupõem o envolvimento do professor, em processo de formação, com a produção do conhecimento, cujo objetivo maior é propiciar melhores condições de vida à comunidade.

Em síntese, a Licenciatura, à noite, deve proporcionar ao aluno sólida fundamentação teórica e competente instrumentação teórica, metodológica, didática e lingüística para que o licenciando, por meio de formação geral e específica, possa exercer a profissão competentemente.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1. Diretrizes

A definição de um currículo específico para o Curso de Licenciatura em Português e Respectiva Literatura levou em consideração as características próprias que norteiam a implantação do Curso Noturno, a partir de uma vontade política de inovação e desafio, tornada explícita pelas decisões tomadas em todos os níveis na Universidade.

A novidade do empreendimento, o seu significado para a instituição universitária, para a comunidade a ser beneficiada e para o Instituto de Letras, responsável pela sua implementação, tornaram necessários estudos, anàlises e decisões por parte dos Departamentos envolvidos.

O LIV realizou um Seminário interno sobre o assunto, do qual surgiu uma primeira proposta de fluxo, aprovada pelo Colegiado.

A proposta do LIV foi apresentada e debatida na Comissão do Noturno, criada pela Resolução nº 19/93, da Reitoria, de 8 de fevereiro de 1993 e dela constam as seguintes diretrizes:

3.1.1. A Licenciatura em Português e Respectiva Literatura do Curso Noturno deve ter características específicas e diferenciadoras, capazes de distingui-la do Bacharelado e da Licenciatura diurna.

3.1.2. Esta especificidade será buscada e alcançada pela definição de conteúdos próprios das disciplinas e pela concepção da Licenciatura Noturna voltada para o ensino e para a prática didático-pedagógica, no sentido em que o discente, ao mesmo tempo em que obtém conteúdos das disciplinas cursadas, é levado à prática de ensino e ao vivenciamento de experiências da realidade escolar anterior.

3.1.3. A questão da linguagem é considerada como de fundamental importância, enquanto se concebem as licenciaturas Noturnas não apenas como uma oportunidade de o aluno adquirir conteúdos necessários e específicos, como futuro profissional do ensino, mas também de alcançar o nível desejado de conhecimentos do vernáculo como instrumento de comunicação eficaz.

Assim, o LIV se propõe criar e ofertar duas disciplinas: Português Instrumental 1 e 2, optativas para todos os cursos que as requeiram em seus currículos, sem pré-requisitos, inclusive entre si, as quais serão ministradas em laboratório capaz de apoiar individualmente os estudantes que precisem de atenção especial quanto à Língua Pátria. O projeto e os equipamentos deste laboratório já estão disponíveis, faltando apenas a definição de local de instalação e, posteriormente, a contratação de professores que auxiliarão a equipe atual de professores que se voluntariaram no esforço de implantação do serviço.

Enquanto não seja possível a concretização das medidas necessárias à implementação destas disciplinas, o LIV continuará oferecendo aos demais cursos Leitura e Produção de Textos.

3.1.4. Embora a Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura do Curso Noturno mantenha semelhanças com a diurna, deve-se considerar específica e própria a natureza daquela, em especial pelas suas peculiaridades e exigências relativas às características do alunado, aos objetivos de formação profissional docente e até mesmo os aspectos de duração, número de créditos, carga horária e outros.

Desta forma, houve a necessidade de adequação de algumas disciplinas ao real perfil do futuro docente de Língua Portuguesa e Literatura, com ênfase a disciplinas didático-pedagógicas e de laboratório de prática de ensino, sem detrimento do conteúdo geral, também imprescindível ao futuro professor.

3.1.5. É conveniente ressaltar que se considerou como fundamental a adoção de novas metodologias e práticas docentes com o intuito de reverter as expectativas de um Curso Noturno deficitário pelas próprias condições de seu funcionamento. Sua excelência será a medida do desafio que se impôs a instituição universitária enquanto o desejou e tomou as decisões políticas e administrativas para sua implementação.

3.1.6. Finalmente, evidencia-se também fundamental a necessidade de interação entre todas as Licenciaturas na busca de caminhos e práticas comuns, na experimentação de objetivos gerais e na concepção e realização de atividades interdisciplinares que, antecipadamente, dêem aos discentes a vivência da escola onde trabalharão, dos óbices que advirão, especialmente quanto à necessidade de uma educação universalista, de visão global, tendo como parâmetro a dimensão do mundo, do país, da comunidade e do indivíduo.

3.2. Elenco de Disciplinas

As disciplinas que constituem o elenco do Curso Noturno sofreram alterações de denominação, número de créditos e definição de ementas, visando a sua adequação à licenciatura específica.

No conjunto de disciplinas estão incluídas as de formação psicopedagógica, de responsabildade do Instituto de Psicologia e da Faculdade de Educação, além de Prática Desportiva e outros, que compõem o total de disciplinas obrigatórias e optativas.

O curso terá 134 créditos em disciplinas obrigatórias, 36 em disciplinas optativas e 08 do módulo livre, não constando o nome das optativas no fluxograma geral para maior flexibilidade de opções e de definição para cada período.

EPB 1 e 2 foram retiradas por força da Lei 8.663, de 14 de junho de 1993, que revogou a obrigatoriedade de oferta daquelas disciplinas.

3.2.1. Fluxo de Curso

1° Período

Modalidade	Resp.	Nome	Créditos
OBR	LIV	Introdução à Lingüística	04
OBR	LIV	Leitura e Produção Textos	04
OBR	TEL	Introdução a T. Literária	04
OBR	LET	Língua Estrangeira I	04
OPT	----	----	04

		TOTAL	**20**

2° Período

Modalidade	Resp.	Nome	Créditos
OBR	LIV	Fonética e Fonologia	02
OBR	LIV	Latim I	04
OBR	LET	Língua Estrangeira II	04
OBR	PED	Desenvolv. Psic. e Ensino	04
OPT	----	----	04

		TOTAL	**18**

3° Período

Modalidade	Resp	Nome	Créditos
OBR	LIV	Fonética Fon. Português	02
OBR	LIV	Morfologia	02
OBR	LIV	Latim II	04
OBR	PPB	Aprendizagem no Ensino	04
OPT	----	----	04
OPT	----	----	04

		TOTAL	**20**

4º Período

Modalidade	Resp.	Nome	Créditos
OBR	LIV	Morfossintaxe do Português	02
OBR	PED	Organ.da Educação Brasileira	04
OBR	FE	Didática I	04
OBR	LIV	Sintaxe	02
OPT	----	----	04
OPT	----	----	04

		TOTAL	**20**

5º Período

Modalidade	Resp.	Nome	Créditos
OBR	LIV	Sintaxe do Português	04
OBR	TEL	Literatura Brasileira Barroco/Arcadismo	04
OBR	TEL	Literatura Portuguesa Renascimento/Romantismo	04
OBR	LIV	Laboratório Ensino Fund. Médio - Redação	06

		TOTAL	**18**

6º Período

Modalidade	Resp.	Nome	Crédito
OBR	LIV	História da L. Portuguesa	04
OBR	LIV	Laboratório Ensino Fund. Médio - Gramática	06
OBR	TEL	Literatura Brasileira Romantismo	04
OBR	TEL	Literatura Portuguesa Realismo/Modernismo	04

		TOTAL	**18**

7º Período

Modalidade	Resp.	Nome	Créditos
OBR	LIV	Projeto de Curso	02
OBR	LIV	Sociolingüística do Port. Brasil	04
OBR	TEL	Literatura Brasileira Realismo	04
OPT	----	----	04
OPT	----	----	04

		TOTAL	**18**

8º Período

Modalidade	Resp.	Nome	Créditos
OBR	LIV	Estágio Supervisionado Lg. Port./Literatura I	06
OBR	PED	Psic. e Prat. de Ens. I	02
OBR	MTC	Educ. e Prát. de Ens. I	02
OBR	TEL	Literatura Brasileira Modernismo	04
OBR	EDF	Prática Desportiva l	02
OPT	----	----	04

		TOTAL	**20**

9º Período

Modalidade	Resp.	Nome	Créditos
OBR	LIV	Estágio Supervisionado Lg. Port./Literatura II	06
OBR	PED	Psic. e Prát. de Ens. II	02
OBR	MTC	Educ. e Prát. de Ens. II	02
OBR	LIV	Laboratório Ens.Fund. e Médio- Literatura.	06
OBR	EDF	Prática Desportiva 2	02

		TOTAL	**18**

TOTAL DE CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS 170

3.2.2 EQUIVALÊNCIA ENTRE O CURRÍCULO MÍNIMO E O CURRÍCULO PLENO

1. Identificação

	Período	
	Início	Fim
Curso de Letras -00779		
	01/93	.../..

Habilitação

Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura

Curso Noturno - Opção: 04146

Matérias do Currículo Mínimo CM	**Disciplinas do Currículo Pleno** CP
01.Língua Portuguesa	1.1 Leitura e Produção de Textos 1.2 Fonética e Fonologia do Português 1.3 Morfossintaxe do Português 1.4 Sintaxe do Português 1.5 História da Língua Portuguesa 1.6 Prática de Textos
02.Lingüística	2.1 Introdução à Lingüística 2.2 Fonética e Fonologia 2.3 Morfologia 2.4 Sintaxe
03.Cultura Brasileira	3.1 Sociolingüística do Português do Brasil
04. Língua Latina	4.1 Latim 1 4.2 Latim 2
05. Teoria da Literatura	5.1 Introdução à Teoria Literária
06. Literatura Brasileira	- Deverão ser cumpridos 4(quatro) níveis de Literatura Brasileira
07. Literatura Portuguesa	- Deverão ser cumpridos 2(dois) níveis de Literatura Portuguesa

08. Língua Estrangeira	8.1 Língua Instrumental Inglês ou Francês 1 8.2 Língua Instrumental Inglês ou Francês 2
09. Prática Desportiva	9.1 PD1 9.2 PD2
10. Formação Psicopedagógica:	10. Disciplinas da Formação Profissional Docente:
- Psicologia da Educação	10.1 Desenvolv.Psicológico e Ensino
-Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1° e 2° graus	10.2 Aprendizagem no Ensino
	10.3 Organização da Educação Brasileira
- Didática	10.4 Didática 1
- Prática de Ensino	10.5 Laboratório de Ensino Fundamental e Médio. Redação
	10.6 Laboratório de Ensino Fundamental e Médio Gramática
	10.7 Laboratório de Ensino Fundamental e Médio Literatura
	10.8 Projeto de Curso
	10.9 Estágio Supervisionado de Lg Port./Literatura 1
	10.10 Estágio Supervisionado de Lg. Port./Literatura 2
	10.11 Psicologia e Prática de Ensino 1
	10.12 Psicologia e Prática de Ensino 2
	10.13 Educação e Prática de Ensino 1
	10.14 Educação e Prática de Ensino 2

3.2.3. CADEIA DE PRÉ-REQUISITOS

Pré-requisitos	Disciplinas dependentes
1. Introdução à Lingüística	1. Fonética e Fonologia
	2. Fonética e Fonologia do Português
	3. Morfologia
	4. Morfossintaxe do Português
	5. Sintaxe
2. Morfossintaxe do Português	1. Sintaxe do Português
3. Leitura e Produção de Textos	1. Laboratório de Ensino Fundamental e Médio/Redação
4. Latim 1	1. Latim 2
5. Língua Estrangeira I	1. Língua Estrangeira 2
6. Latim 2 e Sintaxe do Português	1. História da Língua Portuguesa
7. Sintaxe do Português	1. Sociolingüística do Português no Brasil
8. Sintaxe Sintaxe do Português	1. Laboratório de ensino Fundamental e Médio-Gramática
9. Laboratório de ensino Fundamental e Médio-Redação e Laboratório de ensino Fundamental e Médio-Gramática Didática 1	1. Estágio Supervisionado de Lg. Port./Literatura 1
10. Estágio Supervisionado de Lg./Port/Literatura 1	1. Estágio Supervisionado de Lg./Port./Literatura 2

11. Para o aluno matricular-se na disciplina Projeto de Curso deverá já ter integralizados 30 (trinta) créditos de disciplinas obrigatórias.

Mínimo de Créditos por Período:	**12**
Máximo de Créditos por Período:	**26**
Disciplinas Obrigatórias:	**134**
Disciplinas Optativas:	**36**
Módulo Livre:	**8**

TOTAL DE CRÉDITOS PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURRÍCULO: 178

DISCIPLINAS OPTATIVAS

1. Introdução à Análise do Discurso
2. Introdução à Semântica
3. Estilística da Língua Portuguesa
4. Estudos das Gramáticas do Português Contemporâneo
5. Sintaxe do Português Contemporâneo
6. Tópicos Atuais em Lingüística
7. Lexicologia e Lexicografia
8. Tópicos Atuais em Literatura
9. Crítica Literária
10. Português Instrumental 1
11. Português Instrumental 2
12. Introdução à Microinformática
13. Introdução à Educação
14. Fundamentos da Educ. para o deficiente mental
15. Introdução ao Planejamento Educacional
16. Evolução da Educação no Brasil
17. Tópicos Especiais em Psicologia do Desenvolvimento
18. Tópicos Especiais em Psicologia da Aprendizagem

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção pela implantação da Licenciatura de Língua Portuguesa e Respectiva Literatura no LIV foi precedida de prolongados estudos sobre sua necessidade e oportunidade. Dos debates participou a maioria dos professores do LIV, cujo colegiado aprovou pioneiramente a primeira proposta de curso de Letras para o noturno, na Universidade de Brasília, com as alterações necessárias em relação ao diurno.

A proposta do LIV foi levada à Comissão do Noturno, onde recebeu críticas e contribuições de todos os seus integrantes e foi adequada às diretrizes advindas das discussões ali havidas.

A abertura de vestibular e o início das atividades no 1/93 trouxeram algumas dificuldades operacionais e de infra-estrutura, mormente quanto à contratação de professores e funcionários.

Os novos alunos ressentiram-se da falta de um currículo definido e da precariedade inicial de funcionamento e de informações, óbices superados ao longo do semestre.

Atualmente, o LIV já conta com dois professores com carga horária noturna e um funcionário que atende os alunos da noite.

O Instituto de Letras, que procede a estudos para redimensionar sua estrutura administrativo-acadêmica, prevê a criação de uma Coordenação Pedagógica do noturno, diretamente ligada à Direção, com o objetivo de alcançar melhor eficácia e eficiência na administração do curso.

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Profª Maria Terezinha Jesus Gaspar

INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Matemática, da UnB, sofreu uma reformulação em 1984/85, visando uma melhor formação profissional dos seus alunos.

Com a proposta enviada aos Departamentos pelo Decanato de Ensino de Graduação da Universidade de Brasília, de implantação de cursos noturnos de Licenciatura em Matemática, Física, Química e Biologia, o Departamento de Matemática resolveu implementar o curso de Licenciatura em Matemática (noturno).

Ao se iniciar os trabalhos para a estruturação deste curso, foi decidido, em reunião de Colegiado, que as Licenciaturas em Matemática diurna e noturna não teriam currículos diferentes. Esta decisão abriu a oportunidade para uma re-avaliação e análise do currículo da Licenciatura diurna em vigor. Após esta análise, chegou-se à conclusão que algumas modificações deveriam ser feitas como, por exemplo, a obrigatoriedade da disciplina Análise 1 e a substituição das disciplinas Estágio em Laboratório, Estágio em Pesquisa Biliográfica, e Estágio de Redação por uma única disciplina que passou a ser chamada Estágio em Laboratório. A união destas disciplinas, numa só, era uma solicitação tanto de alguns professores do Departamento quanto dos alunos.

A constituição de uma Comissão para Elaboração do Projeto Acadêmico Orgânico das Licenciaturas Noturnas, formada por professores correspondentes aos novos cursos, além daqueles da Psicologia e da Educação, resultou num projeto orgânico para as licenciaturas noturnas do qual esta proposta faz parte.

PROPOSTA INTEGRADA COM AS DEMAIS LICENCIATURAS NOTURNAS
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (NOTURNA)
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE CONTEÚDO

DISCIPLINAS	Nº DE CRÉDITOS
Cálculo 1	6
Cálculo 2	6
Cálculo 3	6
Introdução À Álgebra Linear	4
Álgebra 1	6
Análise 1	6
Equações Diferenciais	4
Cálculo Numérico	4
Teoria Dos Números	6
Variável Complexa	6
Introdução À Ciência Da Computação	4
Física 1	6
Física 1 Experimental	2
Física 2	6
Física 2 Experimental	2
Probabilidade E Estatística	6
Prática Desportiva 1	2
Prática Desportiva 2	2
TOTAL DE CRÉDITOS:	**84**

O trabalho da Comissão concentrou-se na Formação Profissional Docente, chegando-se ao consenso de que seria reservado um espaço de 60 créditos (cerca de um terço do total de créditos do curso) para esta formação.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

DISCIPLINAS	Nº DE CRÉDITOS
Álgebra para o Ensino	6
Geometria 1	6
Geometria 2	6
Estágio em Laboratório	6
Estágio Supervisionado	6
Desenvolvimento Psicológico e Ensino	4
Aprendizagem no Ensino	4
Organização da Educação Brasileira	4
Didática	4
Psicologia e Prática de Ensino 1	2
Psicologia e Prática de Ensino 2	2
Educação e Prática de Ensino 1	2
Educação e Prática de Ensino 2	2
TOTAL DE CRÉDITOS:	**54**

Observação: Saem do currículo da Licenciatura em Matemática as disciplinas Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem (06 créditos), Psicologia da Educação (06 créditos), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1o. e 2o. Graus (06 créditos); e Didática passa a contabilizar 04(quatro) créditos.

FLUXO DAS DISCIPLINAS

Primeiro Semestre:
- Cálculo 1
- Introdução à Ciência da Computação
- Prática Desportiva 1
- Optativa
- Optativa

Segundo Semestre:
- Desenvolvimento Psicológico e Ensino
- Cálculo 2
- Introdução à Àlgebra Linear
- Probabilidade e Estatística
- Prática Desportiva 2
- Optativa

Terceiro Semestre:
- Aprendizagem e Ensino
- Cálculo 3
- Equações Diferenciais
- Optativa

Quarto Semestre:
- Organização da Educação Brasileira
- Geometria 1
- Álgebra 1
- Física 1
- Física 1 Experimental

Quinto Semestre: Didática
Geometria 2
Cálculo Numérico
Teoria dos Números
Optativa

Sexto Semestre: Álgebra para o Ensino
Análise 1
Física 2
Física 2 Experimental
Optativa

Sétimo Semestre: Estágio em Laboratório de Ensino
Psicologia e prática de Ensino 1
Educação e Prática de Ensino 1
Variável Complexa
Oitavo Semestre: Estágio Supervisionado
Psicologia e Prática de Ensino 2
Educação e Prática de Ensino 2

DISCIPLINAS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DISCIPLINAS	Nº DE CRÉDITOS
Psicologia da Infância	6
Psicologia da Adolescência	6
Desenvolvimento Cognitivo	4
Psicologia da Criatividade	4
Tópicos Especiais em Psicologia do Desenvolvimento	4
Processos Cognitivos	4
Tópicos Especiais em Psicologia da Aprendizagem	4
Introdução à Educação	4
Evolução da Educação no Brasil	4
Introdução a Educação Especial	4
Princípios de Avaliação Psicopedagógica	4
Antropologia e Educação	4
Fundamentos Sociais da Educação 1	4
Fundamentos Sociais da Educação 2	4
Fundamentos Políticos da Educação	4
Tecnologia Educacional	4
Computadores na Educação	4
Elementos da Linguagem Cinematográfica para a Educação	4
Análise e Produção de Software p/o Ensino	4
Inconsciente e Educação	4
Introdução ao Planejamento Educacional	4
Fundamentos de Administração da Educação	4
Oficina Básica de Artes Cênicas 1	6
Oficina Básica de Artes Plásticas 1	6
Oficina Básica de Desenho	6
Fundamentos da Linguagem	4
Corpo e Movimento 1 , 2	4
Dinâmica da Voz 1 , 2	4
História da Arte 1, 2	4
Elementos de Linguagem, Arte e Cultura	6
Estudo da Gramática Port. Contemporânea	4

DISCIPLINAS	Nº DE CRÉDITOS
Sintaxe do Português Contemporâneo	4
Leitura e Produção de Textos	4
Português Instrumental 1	4
Português Instrumental 2	4
História da Matemática	4
Metodologia de Ensino do 1º Grau 1,2 - Matemática	6
Introdução à Microinformática	4

Sugerimos que o aluno curse pelo menos 6 créditos em disciplinas optativas de formação profissional, completando os 60 créditos propostos pela comissão.

Total de Créditos em Disciplinas Obrigatórias: 138

Total de Créditos em Disciplinas Optativas: 24

Total de Créditos em Disciplinas do Módulo Livre: 14

Total de Créditos do Curso: 176

O DOMÍNIO DA LINGUAGEM MATEMÁTICA

O domínio da linguagem Matemática pelos estudantes desta Universidade deixa muito a desejar. Isto pode ser comprovado facilmente com a análise do desempenho do aluno na prova de Matemática do vestibular e os altos índices de reprovação em Cálculo 1 e Matemática 1.

Com a implementação do curso noturno, a constatação de um alunado com características específicas que o difere do diurno e a criação da Comissão para Elaboração do Projeto Orgânico para as Licenciaturas Noturnas o problema foi discutido pela comissão e rediscutido por alguns professores do Departamento de Matemática da UnB.

Como resultado destas discussões foi possível constatar que:

- O problema do alto índice de reprovação em Cálculo não é apenas da UnB, nem das Universidades Brasileiras.

- O problema vem sendo discutido por várias Universidades e algumas tentativas de solução vêm sendo experimentadas, como por exemplo, testes para verificar se o aluno tem condições ou não de acompanhar um primeiro curso de Cálculo, criação de disciplinas como "Recuperação de Matemática", Pré-Cálculo, ..., etc.

- A disciplina Cálculo 1 é obrigatória para vários cursos desta Universidade e pré-requisito de uma série de outras disciplinas, fazendo parte do elenco de disciplinas que o aluno deve cursar no primeiro semestre de sua vida universitária.

- Qualquer tentativa de adiar a matrícula do aluno em Cálculo 1 ou Matemática 1, por um ou dois semestre, esbarraria numa forte resistência dos departamentos para os quais o Departamento de Matemática presta serviços.

- Apesar dos demais departamentos da UnB estarem conscientes da dificuldade dos alunos no domínio da linguagem Matemática, quando da solicitação de um programa de

Matemática a ser cumprido por seus alunos durante um único semestre, reinvidicam programas bem pretensiosos quanto ao domínio do Cálculo Diferencial e Integral.

- Alguns professores do Departamento de Matemática da UnB defendem a posição de que não é papel do departamento recuperar os alunos no domínio da Matemática que deveria ser aprendida durante o 1o. e 2o. graus.

- Os níveis de domínio da linguagem matemática por parte dos alunos são muito variados, o que impossibilita o atendimento generalizado e a fixação de um mesmo espaço de tempo para atender às necessidades específicas de cada aluno.

- Qualquer tentativa de resolver o problema seria na direção de um trabalho individualizado e contínuo, fugindo dos padrões de cursos semestrais e indo na direção de trabalhos que não cessariam com o final do período letivo e demandariam a implementação do crédito em andamento.

Quanto ao Departamento de Matemática da UnB, duas tentativas distintas foram feitas, no 1o. semestre de 1993, por iniciativa pessoal de alguns professores do departamento no sentido de buscar possíveis soluções para o problema.

- Aplicação de teste em todas as turmas de Cálculo 1 e Matemática 1.

- Preparação de listas de exercícios e distribuição das mesmas nas turmas de Matemática 1 e Cálculo 1, revisando os tópicos da Matemática que são pré-requisitos do Cálculo.

- Tentativa de atendimento individualizado aos alunos dos cursos noturnos por uma equipe de professores e monitores.

O trabalho iniciado no semestre passado levou à criação, em caráter experimental, de um curso "Laboratório de Matemática" que vem atendendo a cerca de 120 alunos. Este trabalho vem sendo realizado com a ajuda de 06 monitores.

Espera-se que qualquer tentativa de resolver o problema da deficiência em Matemática não se restrinja apenas aos alunos que precisam fazer Matemática 1 ou Cálculo 1 mas que venha a atender a todos os alunos desta Universidade.

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA*

Profª Elisa de Souza Martínez (Presidente)
Profª Helena R. Sanchez Barcellos
Prof. Conrado Silva de Marco

I - INTRODUÇÃO

As artes estão intimamente ligadas à formação integral do indivíduo. Presentes como necessidade natural, elas colaboram para o crescimento, em igualdade de condições, dos níveis cognitivo (pois implicam em ampliar e aprofundar o conhecimento), afetivo (pois estabelecem relações afetivas com a experiência, reformulando alguns mecanismos , estruturando e preparando para outros) e perceptivo (pois trabalham através de atividades concretas, que envolvem a percepção em todas as suas possibilidades).

Todo indivíduo precisa participar de experiências com os signos verbais (palavras) e não verbais (linhas, cores, formas, espaços, luzes, sons, ritmos, movimentos corporais, odores) para que eles se traduzam em conceitos significativos. Através destas experiências - diálogos com a realidade - e por meio de suas percepções o indivíduo capta a realidade circundante, seu mundo natural e suas dimensões sócio-culturais. As informações percebidas/imaginadas são analisadas interiormente, o que leva ao desenvolvimento da capacidade crítica. Em seguida, na seqüência do processo criativo, o indivíduo se expressa através dos signos verbais e não verbais criando respostas a esta realidade, a qual poderá até mesmo transformar.

Cabe ao professor de arte a função de estimular e encorajar tais comportamentos.

Diante da necessidade de formação de recursos humanos foi desenvolvido o projeto do curso em turno noturno de Licenciatura em Educação Artística, tendo em mente o perfil acima descrito acrescido da experiência de implantaçào e de avaliaçào dos currículos e das metodologias dos trabalhos didático-pedagógicos desenvolvidos na Universidade de Brasília desde 1974.

Justifica-se esta licenciatura pelo consenso sobre a necessidade de preparar professores engajados e com uma compreensão global do trabalho educacional, uma vez que é notória a extrema carência de profissionais com experiência dupla, tanto em arte quanto em educação.O perfil desejado do profissional em Educação Artística que atuará no ensino fundamental e médio tem, entre outras características:

- o conhecimento das ferramentas básicas para seu trabalho eficiente: ênfase no conhecimento das linguagens artísticas;

- a descoberta e o desenvolvimento de elementos técnicos que possibilitem flexibilidade operacional para melhor enfrentar as variadas situações que encontrará na sua vida profissional: ênfase nas disciplinas técnicas e expressivas.

- a consciência da importância de sua função como arte-educador no desenvolvimento da personalidade do aluno e sua interrelação com o contexto sócio-cultural: ênfase nas disciplinas integrativas e na reflexão teórico-crítica.

---

* Comissão nomeada pelo Ato nº 003/93, da Direção do Instituto de Artes - IdA.

Os conteúdos programáticos devem partir de material que tenha significado para o aluno, de modo que este tente relacionar o processo formativo dentro da universidade com a atividade profissional e o domínio técnico em sua área específica. A vivência nas diferentes atividades, de matérias e disciplinas de nossos currículos, dentro de uma metodologia dinâmica, abrangente e renovada, possibilitará que se adequem às necessidades desse mesmo aluno e sejam enriquecedoras dos três departamentos que constituem o Instituto de Artes: Artes Cênicas, Artes Visuais e Música.

O ensino linear deve ser evitado e redes de conteúdo devem ser estabelecidas interligando as disciplinas, de modo que o aluno possa interagir de maneira global.

Os motivos acima expostos reforçam a nossa certeza de que o curso em turno noturno se justifica como forma de alcançar maior ressonância das atividades acadêmicas e propiciar a identificação da população com as propostas da Universidade de Brasília.

II - OBJETIVOS

O curso noturno de Licenciatura em Educação Artística, do Instituto de Artes, é oferecido em três habilitações que correspondem às áreas específicas de seus três departamentos: Artes Cênicas, Artes Plásticas e Música. Historicamente, o mesmo curso no turno diurno antecede a criação do Instituto de Artes e é para este o germe da interdisciplinaridade entre as três áreas de atividade artística. Desta maneira, os seguintes objetivos permearam a criação desta proposta:

a) manter, expandir e criar novas disciplinas práticas e teóricas de natureza interdisciplinar:

- Oficina Básica de Artes Cênicas
- Oficina Básica de Artes Plásticas
- Oficina Básica de Música
- Fundamentos de Linguagem
- Elementos de Linguagem, Arte e Cultura
- Folclore Brasileiro I
- História do Ensino das Artes
- Seminário Interdisciplinar
- Metodologia de Pesquisa em Arte;

b) criar condições para que os licenciandos do curso noturno tenham uma visão completa e sequenciada das matérias obrigatórias do currículo mínimo através de abordagens adequadas e abrangentes no elenco de disciplinas obrigatórias;

c) enfatizar a importância da identificação, estruturação e manipulação das linguagens artísticas e ,mais especificamente, do conhecimento da área de domínio específico - habilitação - do licenciando no âmbito acadêmico;

d) criar disciplinas que auxiliem o licenciando a identificar-se com os processos e métodos específicos de elaboração de conhecimento em sua área de estudo e que possam levá-lo a melhor contextualizar suas possibilidades de atuação profissional;

e) redefinir conteúdos para algumas disciplinas que situam-se historicamente nos projetos de cursos de graduação para formação do bacharel em artes, atendendo às exigências da formação profissional docente;

f) distribuir ao longo do curso as disciplinas de formação profissional docente e prática de ensino para que estas não estejam concentradas exclusivamente nos últimos semestres do curso, quando o licenciando já deve possuir uma visão crítica do mercado de trabalho que irá conquistar.

III - JUSTIFICATIVA

Durante as discussões para elaboração deste projeto, duas questões centrais foram levantadas tendo sido ambas provocadas pela possibilidade de elaborar um fluxograma que atenda de maneira plena e flexível às necessidades reais e mutáveis do mercado de trabalho.

A primeira define as especificidades da formação profissional docente na área de artes. Em face da Lei No. 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Parecer No. 1.284/73, aprovado em 9 de agosto de 1973, fixa os mínimos de conteúdo e duração para uma Licenciatura em Educação Artística - na habilitação geral e nas habilitações específicas. Segundo a "Proposta de Implantação do Curso de Licenciatura em Educação Artística" (Universidade de Brasilia,1973/74), o mesmo parecer criou um mercado de trabalho "totalmente aberto" no qual o licenciado poderia atuar em duas direções " o magistério de Educação Artística no 1o. e 2o. graus, como recomenda o artigo 7o. acima citado (Lei No. 5.692 de 11-08-71), e o magistério de disciplinas específicas de cursos profissionalizantes a nível de 2o. grau."

Na Universidade de Brasília, dada a obsolescência da Licenciatura em Desenho e Plástica e feita a sua substituição pela "habilitação geral" em Educação Artística e "habilitações específicas" relacionadas com as grandes divisões da Arte (na UnB: Artes Cênicas, Artes Plásticas e Música), pretendia-se formar recursos humanos para atuar segundo o seguinte quadro:

"a) Habilitação em Desenho: Todos os cursos profissionalizantes (técnicos da área econômica primária e secundária) têm em seus currículos Desenho, sob várias modalidades: Desenho Mecânico, Elétrico, de Estruturas, Hidráulico, Topográfico, Arquitetônico, etc. Alguns cursos da área terciária exigem ainda Desenho de Interiores, Arquitetônico, de Móveis,etc;

b) Habilitação em Artes Plásticas: Vários cursos da área econômica terciária exigem disciplinas como: Desenho de Publicidade, Técnicas de Gravuras, História da Arte, Expressão em Superfície, Fundamento da Linguagem Visual, Expressão em Volume, Noções de Cinema, Cerâmica e outros;

c) Habilitação em Artes Cênicas: Recentemente foi aprovado um curso para formação de técnicos e auxiliares técnicos em Cenografia, Sonoplastia, Iluminação e Caracterização de Figuras;

d) Habilitação em Música: Cursos para técnicos em Canto, Instrumentos, Sonoplastia, Regência e Composição."

Encontramos na proposta curricular de 1973/74 uma série de disciplinas introdutórias às diversas técnicas e formas de expressão, que sobrevaloriza a polivalência em detrimento do desenvolvimento pelo licenciando de uma metodologia própria, de acordo com o contexto histórico e cultural no qual irá atuar. E, ao analisar o documento "Perfil do Aluno das Licenciaturas Noturnas da UnB"(1993), constatamos o baixo nível de expectativas profissionais possivelmente resultante da falta de modelos aceitáveis na vida escolar prévia (níveis fundamental e médio) do estudante, em que pesem as aulas de Educação Artística, há alguns anos obrigatórias em todo o território nacional.

Apesar da Redação Final do Projeto de Lei No.1.258-C, de 1988, "que fixa diretrizes e bases da educação nacional" prever no seu Art.33 que "o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, para desenvolver a criatividade, a percepção e a sensibilidade estética, respeitadas as especificidades de cada linguagem artística, pela habilitação em cada uma das áreas, sem prejuízo da integração das artes com as demais disciplinas" e, no ítem I do Art.48, que o ensino médio "destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes", a mesma Redação prevê no ítem V do Art.29 que "poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares". Pela nossa avaliação, a "integração" proposta no Art.33 é, desta maneira, prejudicada e também reforçada a concepção de que o conhecimento das artes é adquirido em experiências extra-escolares.

No parecer No. 292/62, aprovado em 14 de novembro de 1962, está previsto que "(o)s currículos mínimos dos cursos de licenciatura compreendem as matérias fixadas para o bacharelado convenientemente ajustadas em sua amplitude, e os estudos profissionais que habilitem ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino médio". Com a implantação em 1989 dos bacharelados em Artes Cênicas (habilitação: Interpretação) , Artes Plásticas (habilitações: Desenho, Escultura, Gravura, Pintura e Teoria, História e Crítica de Arte) e Desenho Industrial (com duas habilitações: Programação Visual e Projeto do Produto), e a redefinição da Licenciatura em Música como uma habilitação da Licenciatura em Educação Artística, esta reestruturada a partir do segundo semestre de 1988, surgiu a possibilidade de melhor definir a formação do licenciando que, anteriormente, não encontrava oportunidades de obter uma formação completa e específica, na Universidade de Brasília, para exercer outras atividades profissionais no campo das artes.

As matérias pedagógicas previstas na Resolução No.9, de 10 de outubro de 1969, tem sido desdobradas em disciplinas que na sua abordagem geral- porque ofertadas de maneira indiferenciada a todas as licenciaturas da universidade - não proporcionam ao licenciando em Educação Artística a elaboração prática e a reflexão teórico-crítica aplicável a essa área de formação universitária de curta história.

Confundem-se os objetivos da formação do profissional, que deveria ter uma visão global da educação e da articulação entre as diversas áreas de conhecimento, bem como de sua contribuição para a formação de indivíduos, com os do especialista responsável por transmitir um corpo de informações teórico-técnicas de iniciação profissional ao futuro artista. Assim temos não só nas interfaces entre os cursos de bacharelado e licenciatura, como na carência de cursos de graduação que preparem profissionais para atividades mais específicas (administração cultural, educação para o patrimônio artístico e cultural, educação em museus) no campo das artes, algumas das causas para a indefinição do perfil do licenciando, mas também na perspectiva que o mercado profissional apresenta de colocar o licenciado numa posição periférica e alienada da área científico-tecnológica, entre a educação escolarizada formal e as ações educativas produzidas fora do sistema de ensino.

Adotamos, por ora, os objetivos mais abrangentes e que encontram maior ressonância nas discussões sobre a formação do licenciando em Educação Artística, melhor definidos por Louis Porcher (em "Educação Artística - luxo ou necessidade?". São Paulo: Summus, 1982.):

> "- Como todos os outros setores da educação primária, as atividades artísticas visam à formação intelectual do aluno. É preciso manter com nitidez a idéia de que a apropriação do espaço, por exemplo (e seria possível citar muitos outros exemplos pertinentes) encontra um dos seus caminhos necessários no desenho (retomando de propósito um dos compartimentos da atual divisão disciplinar). Convém, portanto, que o pedagogo elucide as diversas funções intelectuais da atividade artística.

- A livre auto-expressão constitui, como se sabe, um dos objetivos essenciais de formação da personalidade. O conjunto das disciplinas artísticas torna-se, deste modo, um espaço exemplar no qual se constrói o progressivo domínio dos meios dessa expressão. É ali, talvez, que deveria ser feito o trabalho de renovação mais considerável, na medida em que se acham em jogo, nesse plano, os falsos conceitos reguladores da prática pedagógica antiga: para citar apenas um exemplo, a noção de espontaneidade na qual se apóia um certo tipo de ensino artístico baseia-se numa concepção equivocada da relação do homem com o mundo. Não existe espontaneidade natural nem liberdade imediatamente criativa. É preciso dar à criança os instrumentos necessários para a sua auto-expressão. Determinadas limitações devem ser introduzidas, porque constituem os recusos indispensáveis de uma liberdade real (e não apenas formal)."

"- Finalmente, o ensino artístico visa dar às crianças os meios de se tornarem sensíveis à obra de arte. Em outras palavras, trata-se de tornar cada aluno apto a receber a mensagem das obras de arte. O problema de uma democratização da cultura coloca-se com extrema precisão neste terreno: a escola deve assegurar a igualdade de oportunidades , ou seja, fornecer a cada criança os meios de acesso à arte existente. Não é mais necessário demonstrar, hoje em dia, que as crianças dos ambientes sócio-culturais desfavorecidos se acham prejudicadas no acesso à cultura estética porque as condições para esse acesso não lhes são oferecidas dentro das respectivas famílias. O contato com as obras de arte varia de acordo com as classes sociais e, consequentemente, certas crianças levam mais uma vez vantagem no âmbito escolar por razões extra-escolares. A instituição escolar - e isto, bem entendido, a começar pela escola primária - deve contribuir da melhor maneira possível para anular este "handicap" e, portanto, elaborar métodos pedagógicos adequados que lhe permitam preencher esta função. A este respeito, cabe reiterar sem medo de redundância que um trabalho imenso resta para ser feito, em todos os setores da atividade estética, a começar por um trabalho de esclarecimento teórico. Uma mera distribuição de receitas pedagógicas seria, neste campo mais ainda do que em qualquer outro, sinal do conservadorismo educacional e da vontade de mistificar."

Desta forma, acreditamos também que "as categorias atuantes no discurso estético não são em absoluto naturais (ou seja, inatas), mas constituem produtos de origem cultural. O imediato é, na verdade, mediado, a sensibilidade é construída; o talento pode ser formado, a inspiração adquirida, a emoção preparada, o dom não passa de uma maneira de dominar provisoriamente um processo que não é misterioso mas que não sabemos ainda explicar; a sociedade camufla o seu trabalho debaixo das fumaças de uma natureza espertamente deformada."

A partir dos limites impostos pelo perfil do licenciando em curso noturno e pelas condições de estudo diferentes do curso diurno onde existem oportunidades de convivência com as demais áreas da universidade e da vida acadêmica, chegamos à segunda questão. Como proporcionar ao licenciando uma formação com ferramentas para a sua atividade como docente e também para o seu desenvolvimento através de uma das linguagens artísticas, de maneira orientada e contextualizando-o histórica e culturalmente? Ou, de que maneira este profissional pode ser formado para ser um agente de identificação e valorização dos bens culturais? Para que possa melhor estruturar suas estratégias de ensino, o licenciando necessita das experiências prática e crítica em sua área específica. Necessita, ainda, compreender os processos sociais e históricos nos quais a produção de bens culturais está inserida e desta forma observará que:

"(o) que poderia ser mais desafiador do que estudar formas de utensílios para comer, artigos de mobiliário, ferramentas de mecânica, utensílios domésticos, caixas postais, hidrantes, postes, semáforos, portais, sinais de trânsito, e bombas de gasolina? Somente submetendo

estes objetos à escrutinação crítica é que podemos criar a possibilidade de melhorar sua aparência ou, pelo menos, de vê-los como fonte de interesse visual". (em FELDMAN, Edmund. "Becoming Human Through Art". New Jersey: Prentice-Hall, 1973.)

Sem a devida orientação de suas atividades artísticas e acadêmicas, o licenciando será produto de um ensino fragmentado em sub-áreas de conhecimento técnico das artes. Assim ao mesmo tempo que mantém suas características específicas, a licenciatura em si não prescinde do conteúdo do bacharelado tendo, entretanto, objetivos próprios.

Este é o maior desafio da licenciatura noturna: voltar-se para a formação específica do licenciando e proporcionar-lhe suficiente exposição aos processos específicos das linguagens artísticas sem duplicar a oferta de disciplinas do bacharelado diurno.

Com esta finalidade, algumas ementas e programas das disciplinas foram revistos e sua contribuição dentro dos limites impostos ao turno noturno (limite de créditos total do curso, limite de créditos por semestre, pré-requisitos, etc.)avaliada. Algumas disciplinas foram mais condensadas, outras expandidas e algumas tiveram suas ementas reescritas. Foram mantidos 72 créditos interdisciplinares entre as três habilitações oferecidas (Artes Cênicas, Artes Plásticas e Música) e os créditos de formação profissional docente foram distribuídos de maneira mais equitativa ao longo do curso.

É de se levar em conta não só o valor que os próprios licenciandos atribuem à sua formação profissional e seu consequente nível de auto-estima, mas também considerar as respostas à Avaliação Institucional (Universidade de Brasilia,1992) como parâmetro de uma nova formação acadêmica para os licenciandos. Ao analisar as respostas do corpo discente , na primeira questão da citada avaliação, referentes à revisão curricular, verificamos que, ao mesmo tempo em que a abordagem teórica de "questões/necessidades sociais pertinentes ao campo de atuação profissional" teve uma avaliação positiva, a abordagem da "demanda do mercado de trabalho dos usuários" e dos "estudos de desempenho profissional" tiveram uma avaliação negativa. Entre os dois extremos da escala de valores atribuída aos parâmetros apresentados pela questão, encontram-se com avaliação mediana os "estudos exploratórios de novas tendências profissionais".

Na terceira questão, onde é avaliada a "adequação do currículo ao perfil profissional visado", o papel das atividades de "pesquisa e iniciação científica", "extensão" e de "monitoria" é avaliado com adequação curricular média ou parcial.

Outras avaliações do corpo discente que parecem preocupantes são aquelas atribuídas às questões 16 e 17. Mais especificamente, os seguintes parâmetros obtiveram avaliação negativa:

- para a questão "nível de preparo dos concluintes": "participar de pesquisas";

- para a questão "qualidade de curso": "competência dos concluintes para buscar soluções dos problemas nacionais", "interação entre ensino e pesquisa" e "adequação do currículo às necessidades futuras".

Com este projeto busca-se não só desenvolver mais o programa de integração ensino/pesquisa/extensão no Instituto de Artes, mas estabelecer referências acadêmicas para o perfil profissional do licenciando de modo que as especificidades práticas e teóricas de sua área de atuação sejam amplamente experimentadas, analisadas e aplicadas na prática de ensino fundamental e médio.

IV - FLUXOS DE CURSO (divisão por semestres)

HABILITAÇÃO EM ARTES CÊNICAS

1 - Oficina Básica de Artes Cênicas 6
Oficina Básica de Artes Plásticas 6
Oficina Básica de Música 4
Fundamentos de Linguagem 4
TOTAL: 20

2 - Elementos de Linguagem, Arte e Cultura 6
Corpo e Movimento I 4
Dinâmica da Voz I 4
História do Teatro I 4
Prática Desportiva I 2
TOTAL: 20

3 - Desenvolvimento Psicológico e Ensino 4
Corpo e Movimento II 4
Dinâmica da Voz II 4
História do Teatro II 4
Fundamentos da Educação Artística 4
TOTAL: 20

4 - Aprendizagem no Ensino 4
Introdução à Interpretação 6
Fundamentos de Linguagem Cênica 4
Desenho I 6
TOTAL: 20

5 - Didática 4
Técnicas de Interpretação I 4
Técnicas de Suporte Cênico I 4
Teatro Brasileiro 4
TOTAL: 16

6 - Organização da Educação Brasileira 4
Técnicas de Interpretação II 4
Técnicas de Suporte Cênico II 4
Folclore Brasileiro I 4
TOTAL: 16

7 - História do Ensino das Artes 4
Metodologia de Encenação e Direção I 6
Estágio Supervisionado em Artes Cênicas I 4
Prática Desportiva II 2
TOTAL: 16

8 - Seminário Interdisciplinar 4
Estágio Supervisionado em Artes Cênicas II 4
Metodologia de Pesquisa em Arte 4
Metodologia de Encenação e Direção II 4
TOTAL: 16

9 - Estágio Supervisionado em Artes Cênicas III 4
Projeto de Diplomação em Artes Cênicas 8
TOTAL: 12

Total de créditos do curso 184
Total de créditos obrigatórios 156
Total de créditos optativos 16
Total de créditos de módulo livre 12

HABILITAÇÃO EM ARTES PLÁSTICAS

1 - Oficina Básica de Artes Cênicas 6
Oficina Básica de Artes Plásticas 6
Oficina Básica de Música 4
Fundamentos de Linguagem 4
TOTAL: 20

2 - Desenho I 6
Elementos de Linguagem, Arte e Cultura 6
Fundamentos da Linguagem Visual 4
Análise e Exercício de Materiais Expressivos 4
TOTAL: 20

3 - Desenvolvimento Psicológico e Ensino 4
História da Arte I 4
Desenho II 4
Fundamentos de Educação Artística 4
TOTAL: 16

4 - Aprendizagem no Ensino 4
História da Arte II 4
Desenho III 6
Prática Desportiva I 2
TOTAL: 16

5 - Didática 4
Folclore Brasileiro I 4
Seminário em Artes Plásticas 6
Utilização de Multimeios no Ensino 6
TOTAL: 20

6 - Organização da Educação Brasileira 4
Folclore Brasileiro II 4
História da Arte III 4
Atelier I 6
Prática Desportiva II 2
TOTAL: 20

7 - História do Ensino das Artes 4
Estágio Supervisionado em Artes Plásticas I 4
Atelier II 6
TOTAL: 14

8 - Metodologia de Pesquisa em Arte 4
Seminário Interdisciplinar 4
Atelier III - Anteprojeto de Diplomação 6
Estágio Supervisionado em Artes Plásticas II 4
TOTAL: 18

9 - Estágio Supervisionado em Artes Plásticas III 4
Projeto de Diplomação em Artes Plásticas 8
TOTAL: 12

Total de Créditos do Curso: 184
Total de Créditos Obrigatórios: 158
Total de Créditos Optativos: 16
Total de Créditos de Módulo Livre: 10

HABILITAÇÃO EM MÚSICA

1 - Oficina Básica de Artes Cênicas 6
Oficina Básica de Artes Plásticas. 6
Oficina Básica de Música 4
Fundamentos de Linguagem 4
TOTAL: 20

2 - Elementos de Linguagem, Arte e Cultura 6
Estruturação Musical I 4
Técnica de Expressão Vocal 4
Teclado ou Violão Complementar I 2
TOTAL: 16

3 - Desenvolvimento Psicológico e Ensino 4
Fundamentos da Educação Artística 4
Estruturação Musical II 4
Evolução da Música I 2
Canto Coral I 4
Teclado ou Violão Complementar II 2
TOTAL: 20

4 - Aprendizagem no Ensino 4
Estruturação Musical III 4
Evolução da Música II 2
Canto Coral II 4
Teclado ou Violão Complementar III 2
Prática Desportiva I 2
TOTAL: 18

5 - Didática 4
Folclore Brasileiro I. 4
Estruturação Musical IV 4
Evolução da Música III 2
Técnicas de Iniciação Musical I 4
Teclado ou Violão Complementar IV 2
TOTAL: 20

6 - Organização da Educação Brasileira 4
Estruturação Musical V 4
Evolução da Música IV 2
Técnicas de Iniciação Musical II 4
Teclado ou Violão Complementar V 2
TOTAL: 16

7 - História do Ensino de Arte 4
Análise Musical 4
Instrumentação e Orquestração I 4
Teclado ou Violão Complementar VI 2
Estágio Supervisionado em Música I 4
Prática Desportiva II 2
TOTAL: 20

8 - Metodologia de Pesquisa em Arte 4
Prática de Arranjos 4
Seminário Interdisciplinar 4
Estágio Supervisionado em Música II 4
TOTAL: 16

9 - Estágio Supervisionado em Música III 4

Projeto de Diplomação em Música 8

TOTAL: 12

Total de Créditos do Curso: 184

Total de Créditos Obrigatórios: 158

Total de Créditos Optativos: 16

Total de Créditos de Módulo Livre: 10

DISCIPLINAS OPTATIVAS:

Em princípio, todas as demais disciplinas ofertadas pelo Instituto de Artes em turno diurno ou noturno serão optativas para integralizar o número total de créditos para a conclusão do curso excluindo-se, naturalmente, aquelas que são equivalentes às oferecidas no turno noturno com carga horária e pré-requisitos diferentes.

Serão também optativas, para cada habilitação, as disciplinas que o são para a sua correspondente em turno diurno, desde que não tenham conteúdo equivalente a uma de suas disciplinas obrigatórias.

DELIMITAÇÃO DA LICENCIATURA, NO TEMPO:

número Máximo de Créditos por Semestre 24

número Mínimo de Créditos por Semestre 14

número Máximo de Semestres: 12

V - FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE DALICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

1 - DISCIPLINAS COMUNS OFERTADAS PELO INSTITUTO DE ARTES:

DISCIPLINA	Nº DE CRÉDITOS
- Oficina Básica de Artes Cênicas	6
- Oficina Básica de Artes Plásticas	6
- Oficina Básica de Música	4
- Fundamentos de Educação Artística	4
- Fundamentos de Linguagem	4
- História do Ensino das Artes	4
- Metodologia de Pesquisa em Arte	2
- Seminário Interdisciplinar	4

- Estágio Supervisionado I (*) 4
- Estágio Supervisionado II (*) 4
- Estágio Supervisionado III (*) 4
- Projeto de Diplomação (*) 8

Total: 54

(*) estas disciplinas são ofertadas em turmas separadas para cada uma das habilitações: Artes Cênicas, Artes Plásticas e Música

Além destas, cada habilitação oferece disciplinas cujo enfoque privilegia a reflexão de sua proposta metodológica e conteúdo com vistas à sua aplicação no ensino das artes.

a) Artes Cênicas:

Disciplina . . . . . No. de créditos

- Dinâmica da Voz I 4
- Dinâmica da Voz II 4
- Corpo e Movimento I 4
- Corpo e Movimento II 4
- História do Teatro I 4
- História do Teatro II 4
- Fundamentos de Linguagem Cênica 4

Total: 28

b) Artes Plásticas:

Disciplina . . . . . No. de créditos

- Folclore Brasileiro II 4
- História da Arte I. 4
- História da Arte II 4
- História da Arte III. 4
- Fundamentos da Linguagem Visual 4
- Análise e Exercício de Materiais Expressivos. 4
- Utilização de Multimeios no Ensino 6

Total: 30

c) Música:

Disciplina	No. de créditos
- Evolução da Música I	2
- Evolução da Música II	2
- Evolução da Música III	2
- Evolução da Música IV	2
- Canto Coral I	4
- Canto Coral II	4
Total:.	**16**

2 - NÚCLEO PSICOPEDAGÓGICO:

Como sugestão para a elaboração de programas futuros em colaboração, esta comissão do Instituto de Artes destaca a importância das áreas abaixo nos seguintes aspectos específicos na formação dos nossos licenciandos:

- PSICOLOGIA

Análise dos aspectos do desenvolvimento individual da infância à adolescência, os fatores psicológicos e biológicos que influenciam a personalidade e os processos de aprendizagem. A função que a motivação desempenha na aprendizagem e sua relação com o processo de maturação. O papel que o ensino de arte e a experiência artística desempenham no campo cognitivo e como modo de comunicar e consolidar a identidade individual. Os processos psicodinâmicos e o ensino da arte: investigação dos processos psíquicos ativados pelo trabalho criativo, processos que impedem, distorcem e favorecem a comunicação simbólica através da arte.

- DIDÁTICA

Aspectos metodológicos para o ensino de arte nos níveis fundamental e médio. Elaboração de modelos de ensino e planejamento de atividades de área e de disciplina, observando os processos e metodologias do ensino das artes na Educação. Objetivos educacionais, objetivos de ensino, situações-problema e avaliação em arte. Âmbito dos conteúdos para o ensino fundamental e medio nas diversas formas de arte. Diferenças entre interdisciplinaridade e polivalência. Elaboração de planos de curso, unidade e aula.

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: UMA PROPOSTA PARA O CURSO NOTURNO.

Prof. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles

I - INTRODUÇÃO

Como formar professores para os cursos de 1° e 2° graus? Ao analisarmos a história das Licenciaturas no Brasil, verificamos a recorrência de dois graves problemas:

a) a dificuldade de formular e cumprir um currículo capaz de combinar o "conteúdo" e a "formação psicopedagógica", ao longo do todo o curso;

b) a proliferação de escolas sem corpo docente e instalações adequadas, que cumprem os currículos mínimos oficiais e formam professores de modo precário.

Esses problemas afetaram de modo particularmente grave a formação de professores de Física, Química, Biologia e Ciências. O desenvolvimento científico e tecnológico verificado nos últimos anos aumentou a necessidade de currículos com conteúdos mais especializados, e observa-se no mundo todo atualmente grande movimento em torno do Ensino de Ciências, para conciliar os múltiplos aspectos da educação científica e sanar deficiências históricas.

Por outro lado, a maioria das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não tinha, e suas sucedâneas continuam a não ter, condições de oferecer cursos de alto nível, que exigem atualização constante dos conhecimentos específicos e grande carga de atividades experimentais, em laboratórios, com equipamentos caros.

A formação de professores para o 1° grau tem sido outro problema sério. Depois do fracasso do esquema imposto na década de 70, com a Licenciatura Curta em Ciências para o 1° grau (120 créditos) e Licenciatura Plena em Biologia, Física, Química ou Matemática (180 créditos), cabe à Licenciatura em Ciências Biológicas (LCB) a responsabilidade de formar os professores de Ciências Físicas e Biológicas, enquanto Área de Estudos do ensino fundamental. Entretanto, de modo geral as LCB preparam professores de Biologia para o 2° grau e deixam de lado a formação polivalente mas, em vários aspectos, especializada, que deveria receber o professor do 1° grau.

Quanto à formação "psicopedagógica" nos cursos de Licenciatura, pode-se dizer que pouco se modificou nos últimos 60 anos. Até a década de 1960, restringia-se ao quarto e último ano de curso, depois de um Bacharelado quase completo (esquema 3+1). Entretanto, em todos os currículos posteriores percebe-se a preocupação em conseguir a simultaneidade entre "conteúdo" e "psicopedagógicas" durante a formação do professor do ensino médio, embora as disciplinas e a quantidade de créditos praticamente não se tenham alterado nessa parte do currículo.

Na Universidade de Brasília, a LCB tem procurado garantir a formação de professores de alta qualidade, pela convivência do licenciando com pesquisadores e trabalhos nas áreas básicas. A preocupação em manter esse alto nível fez com que, nos dois currículos que tivemos nos últimos 10 anos, a Licenciatura praticamente fosse constituída das disciplinas do Bacharelado acrescidas das "psicopedagógicas", oferecidas fora do Instituto.

Porém, se a opção por considerar o licenciado como um bacharel que dá aulas no 1° e 2° graus garantiria a qualidade, a alta evasão dos alunos antes da formatura nos leva a questionar o acerto da mesma. É o que faremos neste trabalho, em que discutiremos os currículos da LCB, a evasão dos alunos do diurno, o perfil dos alunos do noturno, as propostas curriculares para o novo curso noturno

e, finalmente, apresentaremos uma nova proposta, integrada às propostas curriculares das demais Licenciaturas noturnas recém-criadas.

Esta proposta foi o resultado do trabalho da Comissão para Elaboração do Projeto Acadêmico Orgânico das Licenciaturas Noturnas, da qual participamos por indicação do IB.

II. LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: UMA VISÃO HISTÓRICA

Desde a década de 30, os professores de Biologia eram formados pelos cursos de História Natural. Entretanto, o número de professores para essa área sempre foi muito pequeno, insuficiente para fazer frente às crescentes necessidades do país. Além disso, como as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras praticamente não dispunham de laboratórios e de infra-estrutura, a qualidade do ensino tendia a ser baixa, comprometendo a qualidade dos professores formados.

Em 1962, o Parecer do CFE nº 325/62 fixou a duração e o currículo mínimo da Licenciatura em História Natural. Julgava-se àquela época que, para lecionar Biologia no 2º ciclo e Ciências Físicas e Biológicas ou Iniciação às Ciências no 1º ciclo, era necessário que o professor tivesse conhecimentos de Física e Química. Entretanto, o curso de História Natural continuava a dar maior ênfase às Geociências e, por isso, tornava-se cada vez mais insatisfatório. Em 1964, o CFE emite um parecer concedendo à USP o direito de criar um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, cujo currículo deslocava a ênfase das Geociências para a Física e a Química. A partir dessa nova Licenciatura, verificou-se maior especialização dos professores de Biologia do secundário.

Por outro lado, ainda em 1964 criaram-se as Licenciaturas do 1º ciclo, voltadas para a formação de professores de 1º grau, e, no ano seguinte, o Parecer 81/65 fixava a duração e o currículo mínimo da Licenciatura em Ciências. Nesse Parecer, o relator alertava para a urgência da criação de tal curso e a importância de sua divulgação, dada a carência de professores nessa área.

Na época, o professor de Ciências vinha das Licenciaturas em Física, Química ou História Natural, o que significava terem eles uma formação incompleta, diante das necessidades do 1º grau. "O ensino de Ciências exige professores com formação global e não um puro especialista", pois serão eles os responsáveis pela primeira visão que as crianças terão das Ciências Naturais (Parecer 81/65). Porém, essa Licenciatura não chegou a ser implantada e generalizada como se queria.

Em 1970, o Parecer 107/70 fixou o currículo da Licenciatura em Ciências Biológicas, com duração de 2.500 horas (166 créditos) a serem cursadas em um mínimo de três e máximo de seis anos, apresentado na Tabela 1:

Tabela 1. Disciplinas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, de acordo com o Parecer 107/70:

Tronco comum com os cursos de Bacharelado:
Biologia Geral (que deve incluir Citologia, Genética,Embriologia, Evolução e Ecologia)
Matemática Aplicada
Física e Biofísica
Química e Bioquímica
Elementos de Fisiologia Geral e de Anatomia e Fisiologia Humanas
Matérias específicas da Licenciatura:
Zoologia (que deve incluir Morfologia, Morfogênese, Fisiologia, Sistemática e Ecologia)

Botânica (que deve incluir Morfologia, Fisiologia, Sistemática, Ecologia e Botânica Econômica)
Geologia/Paleontologia

Disciplinas pedagógicas (de acordo com o Parecer 292/69):
Psicologia da Educação (que deve incluir Adolescência eAprendizagem)
Didática
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau
Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado

O Parecer 292/69 dispôs que a formação pedagógica das Licenciaturas deveria corresponder a 1/8 da carga horária mínima obrigatória do curso, e continua válido ainda hoje.

Esse currículo vigorou até que a Resolução 30/74, no espírito da Lei 5692/71, criou a Licenciatura Curta em Ciências e a Licenciatura Plena com habilitação em Física, Química, Biologia ou Matemática. As disciplinas que compunham esses currículos são apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 2. Disciplinas que compõem o currículo das Licenciaturas Curta em Ciências e Plena em Biologia, conforme determinação da Resolução 30/74 do CFE.

Licenciatura Curta:
Matemática
Física
Química
Elementos de Geologia
Biologia Geral

Licenciatura Plena: Parte específica para o curso de Ciências Biológicas:
Biologia Geral
Botânica
Zoologia
Ecologia
Bioquímica
Biofísica
Matérias Pedagógicas

Com a forte rejeição à Licenciatura Curta em Ciências por parte das sociedades científicas e dos professores, e com o fracasso observado onde esse currículo foi implantado, o assunto continuou a ser discutido em diversos foros durante a década de 80, e iniciamos 90 esperando pela votação de uma importante Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, que deverá regulamentar a matéria.

III. OS CURRÍCULOS DA LCB NA UnB NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

A UnB não implantou o esquema da Licenciatura Curta em Ciências e Plena em Biologia, Física, Química e Matemática, e manteve seus cursos independentes. A LCB sempre esteve vinculada ao Bacharelado, mas, pelo menos nos últimos dez anos, foi considerada uma complementação do mesmo. Dentro desta visão, a LCB teve a mesma base de disciplinas obrigatórias do Bacharelado, à qual deveriam ser acrescentadas as disciplinas "psicopedagógicas" (não citadas aqui), como pode-se verificar na Tabela 3:

Tabela 3. Currículos do Bacharelado (B/83 e B/88) e da Licenciatura em Ciências Biológicas (L/83 e L/88), em 1983 e 1988, na Universidade de Brasília.

DISCIPLINA	B/83	L/83	B/88	L/88
Biologia Celular	6	6	6	6
Bioquímica Fundamental	6	6	6	6
Biofísica	4	4	4	4
Biologia Molecular 1	6	6	6	6
Microbiologia Básica	4	4	4	4
Metabolismo Celular	nc	nc	nc	6
Fundamentos de Histologia	8	8	8	8
Embriologia	nc	nc	2	2
Fisiologia Geral	5	5	nc	nc
Fisiologia dos Sistemas 1	nc	nc	6	6
Fisiologia dos Sistemas 2	nc	nc	6	6
Imunologia	nc	nc	4	4
Zoologia Invertebrados	6	6	6	6
Zoologia Vertebrados	6	6	6	6
Morfologia e Taxonomia das Criptógamas	4	4	4	4
Morfologia e Taxonomia das Fanerógamas	6	6	6	6
Anatomia e Fisiologia Vegetal	8	8	nc	nc
Anatomia Vegetal 1	nc	nc	4	4
Anatomia Vegetal 2	nc	nc	4	4
Fisiologia Vegetal	nc	nc	6	6
Genética Básica	4	4	4	4
Evolução	4	4	4	4
Ecologia Geral	6	6	6	6
Estágio Supervisionado 1 do Bacharelado	10	nc	nc	nc
Estágio Supervisionado 2 do Bacharelado	10	nc	nc	nc
Estágio em Biologia do Bacharelado	nc	nc	8	nc
Estágio Supervisionado da Licenciatura	nc	8	nc	8
Química Geral	6	6	6	6
Introdução à Química Orgânica	4	4	4	4
Física para Ciências Biológicas	6	6	6	6
Matemática 1	4 (opt)	4 (opt)	4 (obr)	4 (obr)
Matemática 2	4 (opt)	4 (opt)	4 (obr)	4 (opt)
Bioestatística	4	4	4	4
Métodos em Biologia 1	4	4	4	4
Métodos em Biologia 2	4	4	nc	nc
Prática Desportiva 1 e 2	4	4	4	4
Estudo dos Problemas Brasileiros 1 e 2	2	2	2	2
Totais:	**137**	**125**	**148**	**154**

nc = não consta da proposta; opt = optativa; obr = obrigatória.

Como se pode constatar, os dois currículos da Licenciatura, de 1983 e de 1988, são muito parecidos entre si e mais parecidos ainda aos currículos do Bacharelado nas mesmas datas. As principais modificações introduzidas em 1988 foram as seguintes:

a) entraram Metabolismo Celular, Embriologia, Imunologia e Fisiologia dos Sistemas 1 e 2, estas no lugar de Fisiologia Geral;

b) entraram Anatomia Vegetal 1 e 2 e Fisiologia Vegetal no lugar de Anatomia e Fisiologia Vegetais;

c) Matemática 1 e Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem passam de optativas a obrigatórias e sai Métodos em Biologia 2. Em 1992, a disciplina Cálculo 1 foi colocada como uma opção para Matemática 1.

Como conseqüência dessas alterações, a Licenciatura ganhou um número excessivo de créditos e perdeu ainda mais a atração para os alunos, como veremos a seguir.

Em maio de 1988 foi constituída uma Comissão no IB, presidida pela Profª Dóris dos Santos Faria, para analisar e apresentar uma nova proposta curricular para a Licenciatura em Biologia. Essa Comissão, que chamaremos de C-88, apresentou uma proposta com várias alterações discutidas com os professores do IB e definidas conjuntamente com professores da Faculdade de Educação e de outras Licenciaturas. A formação psicopedagógica seria amplamente reestruturada. Um dos pontos mais significativos do trabalho da C-88 foi a reafirmação de que o Licenciado deveria ser um Bacharel em Ciências Biológicas, com especialização em ensino de 1° e 2° graus, mantendo-se assim a tradição.

A Tabela abaixo enumera as disciplinas que deveriam ser somadas às do Bacharelado para comporem o currículo da Licenciatura, de acordo com a proposta da C-88.

Tabela 4. Disciplinas que, somadas às obrigatórias do Bacharelado, complementam a Licenciatura, de acordo com a proposta da Comissão do IB de 1988 (C-88).

DISCIPLINA	Nº DE CRÉDITOS
Parasitologia	6
Ecologia dos vetores de doenças	4
Biologia Social	4
Programa de Saúde	2
Organização da Educação Brasileira	4
Fundamentos da Educação	6
Ensino de Biologia 1	4
Ensino de Biologia 2	4
Laboratório de Implementação do Ensino	4
Prática de Ensino	2
Estágio de Regência 1	4
Estágio de Regência 2	4
Total	48

Com esse currículo, a Licenciatura teria a duração de cerca de 3750 horas ou mais de 250 créditos. A Professora Terezinha Rosa Cruz, depois de analisar o relatório da C-88 e tecer considerações elogiosas aos aspectos mais gerais das propostas apresentadas, alertou que o tempo

necessário para formar o licenciado era excessivo e que os alunos poderiam até deixar a Licenciatura por falta de tempo.

Por diversos motivos, a proposta da C-88 não foi implantada, como também não se concretizaram as mudanças na formação psicopedagógica em todos os cursos de Licenciatura da Universidade, discutidas na mesma época.

IV. A EVASÃO DOS ALUNOS DA LCB

Várias razões podem levar um aluno a deixar seu curso, para fazer outro curso ou mesmo deixar de estudar. Entretanto, em nossa opinião os desligamentos voluntários e o abandono do curso são fortes indícios de insatisfação com o curso ou com as perspectivas profissionais.

Fizemos uma comparação dos dados da Licenciatura com os do Bacharelado sobre a formatura, o abandono e o desligamento voluntário dos cursos. Os resultados estão na Tabela 5:

Tabela 5. Evasão de alunos matriculados nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade de Brasília, entre os períodos 1/85 e 2/92.

Curso	Formas de saída			
	Todas	Formatura	Desligamento voluntário ou por abandono	Outras
Licenciatura	199	48	98	53
Bacharelado	272	115	111	46
Total do IB	471	163	209	99

Fonte: DAA/DEG/UnB

Nos 16 semestres pesquisados, saíram do IB 471 alunos, dos quais apenas 163 (35%) por formatura. Isso corresponde, em média, a 10 novos biólogos por semestre, 7 bacharéis e 3 licenciados. Entretanto, 209 (44%) alunos se desligaram, voluntariamente ou por abandono, dos cursos de graduação do IB. Os demais pediram transferência, fizeram novo vestibular, mudaram de opção ou foram desligados por vários motivos. Houve ainda 1 falecimento.

No curso de Licenciatura, formaram-se 48 alunos no período. a evasão antes da formatura foi mais alta do que no Bacharelado: se para cada bacharel formado, outro bacharelando deixou o curso, para cada professor de 1° e 2° graus formado, dois outros alunos da Licenciatura deixaram o curso voluntariamente, solicitando seu desligamento ou abandonando o curso. Detalhes da evasão dos alunos da LCB são apresentados em Anexo, ao final deste trabalho.

Além disso, os dados da DAA mostram que cerca de 40% dos alunos matriculados na Licenciatura faziam dupla opção e, portanto, em algum momento se interessaram em ter diplomas de bacharel e de licenciado. Entretanto, uma vez formados no primeiro curso, abre-se o mercado de trabalho ou a pós-graduação, o que certamente desestimula a continuidade dos estudos na Licenciatura. Estamos certos de que a duração do curso foi a principal causa da evasão dos licenciados, como alertou a Profª T. Rosa Cruz em 1988.

A alta evasão antes da formatura nos dois cursos de graduação do IB nos causa grande preocupaçàо. Diante da grande demanda por bacharéis e professores de Biologia e Ciências no DF,

esses dados devem ser motivo de profundas investigações. É preciso aumentar urgentemente o número de diplomados pela UnB.

V. O PERFIL DOS ALUNOS DA LICENCIATURA NOTURNA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Uma pesquisa sobre as principais características dos novos alunos do curso noturno, quanto a aspectos sócio-econômicos, da trajetória escolar e das expectativas do aluno sobre o curso, foi feita pelo DEG no início do período 1/93. Embora os 95 alunos que tenham respondido o questionário (90,5% do total de matriculados) representem uma amostra ainda pequena, acreditamos que os resultados obtidos nessa sondagem constituam uma boa aproximação do perfil dos alunos dos cursos noturnos. Nesta seção abordaremos as respostas dos alunos da LCB e faremos menção, quando necessário, ao conjunto dos alunos dos sete cursos noturnos de Licenciatura.

Como esperado, 87,5% dos alunos da LCB trabalham, dos quais 78% com vínculo empregatício. Entre os que trabalham 93% cumprem jornadas diárias iguais ou superiores a seis horas. Quanto ao local de trabalho, 69% trabalham no Plano Piloto, mas apenas 19% têm condução própria, o que significa terem eles dificuldades para sair muito tarde da Universidade. O esvaziamento da escola por volta das 22 horas é um fenômeno comum nos cursos noturnos, e poderá se repetir na UnB. Entretanto, como 61,5% declararam ter alguma flexibilidade no horário de trabalho, deve-se investigar a possibilidade de oferecer, àqueles que puderem e quiserem, abertura para cursar disciplinas do diurno.

Quase todos os respondentes (94%) consideraram o fato de a Universidade ser pública e não cobrar mensalidades como uma das principais razões para a escolha da UnB. Além disso, 81% escolheram a LCB por ser oferecida à noite. Esses dados confirmam a previsão de que os cursos noturnos atendem a uma demanda específica existente em Brasília. Além disso, 93% foram atraídos pela alta qualidade da UnB e 19% apontaram a nossa LCB como o melhor curso do tipo no país.

Verificou-se também que 31% dos novos alunos já exercem o magistério (36% dos respondentes de todos os cursos) e, para 81%, essa é a sua vocação. Por outro lado, 25% dos nossos novos alunos responderam ter escolhido a LCB para se prepararem para outro curso, o que os leva a esperar uma evasão considerável a curto prazo.

A análise da trajetória escolar dos novos alunos revela que a maioria (74%) passou mais de nove anos estudando em escolas públicas; 81% terminaram o 1° grau e 87,5% o 2° grau em escolas da rede oficial. Além disso, 56% não fizeram o curso regular de 2° grau e, portanto, não tiveram três anos de estudos secundários em Biologia, Física, Química e Matemática.

Diante do exposto, é provável que esses alunos chegaram à Universidade com muitas deficiências, que poderão resultar em reprovações e perda de interesse pelo curso. Seria interessante oferecer a eles oportunidades de reciclagem em atividades paralelas, nos primeiros semestres de vida universitária.

VI. A BUSCA DE UM CURRÍCULO PARA A LICENCIATURA NOTURNA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

As discussões de 1992 sobre o curso noturno produziram três propostas curriculares: a primeira, da Comissão designada pelo IB (C-92) e constituída pelos professores Dóris Faria (ecl), Celina de O. Martin, Pedro J.P. Zanotta e Leniza Garcia (CEL), Ana Lúcia Tostes (BOT) e Paulo Sérgio B. de A. Salles (GEM). A segunda, formulada pela Relatora na CCCG/IB, Profª Linda Caldas, a partir do relatório da C-92, e a versão resultante das discussões ocorridas em reuniões da CCCG/IB no final do ano.

Vamos agora fazer uma comparação mais detalhada entre as três propostas de 92, com relação às disciplinas obrigatórias. Para facilitar a análise, classificaremos as disciplinas em três grupos:

a) Formação Específica do Biólogo (FEB), que inclui as disciplinas também cursadas no Bacharelado e que se destinam a oferecer o conteúdo específico aos graduandos.

b) Formação Profissional Docente (FPD), que inclui as disciplinas psicopedagógicas e outras, voltadas para a formação humanística e metodológica do futuro professor.

c) Formação Complementar da Licenciatura (FCL), que inclui algumas disciplinas comuns ao Bacharelado, outras obrigatórias a todos os alunos da UnB e Geologia Geral, obrigatória para a LCB.

As disciplinas da FEB, da FPD e da FCL nas três propostas de 1992 são apresentadas nas Tabelas 6 a 9.

Tabela 6. Disciplinas e respectivos créditos do grupo FEB nas três propostas apresentadas em 1992

DISCIPLINAS	C-92	RELATORA	CCCG/IB
Biologia Celular	6	6	nc
Citologia	nc	nc	4
Bioquímica e Biofísica	8	nc	8
Bioquímica Fundamental	nc	6	nc
Biofísica	nc	4	nc
Biologia Molecular	nc	6	4
Microbiologia	4	4	4
Histologia	6	6	8
Embriologia	2	2	2
Anatomia Animal e Humana	2	4	4
Fisiologia de Sistemas 1 e 2	12	8	12
Imunologia	2	nc	nc
Zoologia Invertebrados	4	6	6
Zoologia Vertebrados	4	6	6
Morfologia e Taxonomia Vegetal 1 e 2	8	nc	nc
Morfologia Vegetal	nc	6	6
Taxonomia dos Criptógamos	nc	3	3
Taxonomia dos Fanerógamos	nc	3	3
Anatomia Vegetal	4	6	6
Fisiologia Vegetal	6	6	6

Genética	4	4	4
Evolução	4	4	4
Ecologia Geral	6	6	6
Educação Ambiental	2	2	2
Biologia Social	4	nc	nc
Programa de Saúde	nc	4	6
Totais	88	102	106

nc = não consta da proposta

Tabela 7. Disciplinas e respectivos créditos do Grupo FPD nas três propostas de 1992:

DISCIPLINAS	C-92	RELATORA	CCCG/IB
Escola Pública Brasileira	4	4	4
Psicologia 1	4	4	4
Psicologia 2	4	4	4
Didática para Ensino de Ciências	4	4	4
Ensino de Biologia	4	4	4
Estágios	8	8	8
Artes Cênicas e Plásticas *	4	nc	nc
Totais	32	28	28

nc = não consta da proposta;

* = Disciplina optativa recomendada

Tabela 8. Disciplinas e respectivos créditos do grupo FCL nas três propostas de 1992:

DISCIPLINAS	C-92	RELATORA	CCCG/IB
Matemática 1	4	4	4
Física	6	6	6
Química Geral	6	6	6
Química Orgânica	4	4	4
Geologia Geral	6	6	6
Bioestatística	4	4	4
Prática Desportiva	4	4	4
Métodos em Biologia	4	4	4
Metodologia e Filosofia da Ciência	4	nc	nc
Totais	42	38	38

nc = não consta da proposta

Na Tabela 9 mostraremos a composição relativa dos créditos obrigatórios dessas propostas.

Tabela 9. Resumo dos créditos obrigatórios nas três propostas curriculares para a Licenciatura noturna do IB apresentadas em 1992:

Grupo de	Proposta da		
Disciplinas	C-92	Relatora	CCCG/IB
FEB	88 (54%)	102 (62%)	106 (62%)
FPD	32 (20%)	28 (17%)	28 (16%)
FCL	42 (26%)	38 (21%)	38 (22%)
Totais	162	168	170

Pode-se observar que a C-92 procurou diminuir o número de créditos e dar maior ênfase aos aspectos relativos à formação humanística da Licenciatura, pois havia uma grande preocupação em diferenciar este curso do Bacharelado. Entretanto, a proposta da Relatora praticamente retornou ao antigo currículo do diurno, ao retirar as disciplinas de Arte e Filosofia da Ciência e recolocar disciplinas do Bacharelado, especialmente nas áreas da Biologia Celular e da Botânica.

A disciplina Biologia Social, proposta pela Comissão de 1988 e mantida pela C-92, foi retirada, assim como a disciplina Imunologia, cujo conteúdo deveria ser integrado ao de Programa de Saúde.

A CCCG/IB aceitou grande parte das sugestões da Relatora, menos quanto às disciplinas da Biologia Celular, elevou a carga geral das obrigatórias, de Programa de Saúde e de Fisiologia de Sistemas. Devido à exiguidade do tempo, a Congregação não chegou a discutir aspectos operacionais do curso, a política de contratação de docentes, ou o conjunto das disciplinas optativas. Com este currículo de disciplinas obrigatórias, começamos o curso noturno.

VII. A PROPOSTA INTEGRADA COM AS DEMAIS LICENCIATURAS NOTURNAS

Os problemas crônicos das licenciaturas diurnas da UnB, a pequena interação entre os cursos e a dissociação entre a "formação psicopedagógica" e o "conteúdo" deram um caráter de urgência à necessidade de renovação desses cursos. A constituição de um grupo de trabalho e, posteriormente, de uma comissão formada de representantes de todos os novos cursos, além da Psicologia e da Educação, resultou num projeto orgânico para as Licenciaturas noturnas do qual esta proposta faz parte. Esse projeto, que agora é entregue à comunidade acadêmica, mostra consenso sobre os seguintes pontos:

a) As licenciaturas noturnas da UnB devem ser diferentes dos cursos similares oferecidos, de modo geral, nas escolas particulares. Deve-se evitar a reprodução do modelo "colégio de 3º grau", no qual praticamente a única atividade dos alunos é assistir aulas, situação reforçada pelo regime horista de trabalho de seus professores.

A Universidade deve à sociedade mais do que um ensino dissociado da pesquisa e da extensão. Por isso, ao se decidir pela abertura dos cursos noturnos, deixou implícito o compromisso de atuar plenamente, ainda que seja a médio ou longo prazo. Para tanto, os docentes contratados para as Licenciaturas terão dedicação exclusiva, e um dos turnos de sua carga horária será o noturno.

Todavia, isso não é suficiente para diferenciar os nossos cursos. Para ter a presença constante e produtiva dos professores, é preciso garantir-lhes condições de trabalho, por meio da oferta de todos os serviços e da infra-estrutura do campus. E necessário que se crie um ambiente intelectual favorável e estimulante, com o desenvolvimento de pesquisas, não somente, mas também do ensino das ciências biológicas e a realização de numerosos eventos científicos e culturais.

A contratação dos novos professores pela Universidade deve seguir uma política destinada a suprir as necessidades específicas das Licenciaturas. Deve-se valorizar a experiência didática e o conhecimento das escolas de 1º e 2º graus na seleção desses docentes. Da mesma maneira, deve haver o compromisso de trabalhar na interface entre a Universidade e os graus anteriores de ensino. Para a LCB este é um momento decisivo, pois se não forem contratados professores realmente comprometidos com o curso, as deficiências do diurno se perpetuarão e se tornarão insuportavelmente graves no noturno.

b) Em toda a formação do professor deve-se buscar a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A pesquisa estará primariamente relacionada com o ensino das disciplinas específicas e a extensão poderá se concretizar com a presença constante do licenciando nas escolas de primeiro e segundo graus ou em atividades e situações educativas não formais.

Os alunos das Licenciaturas devem ser estimulados a seguir estudos pós-graduados, tanto na área específica como integrados com a Educação, as Metodologias de Ensino, a Tecnologia Educacional. Para os cursos da área de Ciências, as condições são muito favoráveis, pois observa-se neste momento a abertura de novas e a consolidação de outras linhas de pesquisa sobre ensino de Química, Física e Biologia. Prevê-se que a UnB será, dentro de pouco tempo, um importante polo de pesquisas nessas áreas, podendo contar, inclusive, com um Mestrado em Ensino de Ciências.

c) As Licenciaturas têm características próprias, que as diferenciam dos cursos de Bacharelado, e essas diferenças devem estar registradas claramente nos currículos. Por reconhecer que a formaçào do professor é um processo que envolve múltiplos aspectos, mais do que um conhecimento especializado, os novos cursos devem estar fundamentados na perspectiva multidisciplinar, que é a mais adequada aos novos paradigmas de conhecimento científico.

A profissionalização do licenciando é prioritária. Em cada curso deve existir um conjunto abrangente de matérias voltadas para a formação profissional docente, que ocmplementem o "conteúdo". Entre elas estão as "psicopedagógicas" e outras, inclusive disciplinas da área específica, totalizando cerca de 1/3 dos créditos. As propostas para os diversos cursos, nascidas na Comissão e em vários Departamentos, contemplam a possibilidade de formaçào profissional docente parcialmente comum.

d) A mudança curricular e a implantação dos cursos noturnos deverão ser acompanhadas por uma série de mudanças estruturais no ensino de graduação. A Comissão aponta a necessidade de se criar uma unidade acadêmica formada por representantes de todas as Licenciaturas, como um Centro de Formação de Professores ou o equivalente, com algumas atribuições administrativas e certamente com importante papel acadêmico.

Esse Centro deverá ter permanentemente equipes multidisciplinares constituídas de professores da Psicologia, da Educação e das áreas específicas, e a ele caberá a coordenação e a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das licenciaturas noturnas. Com os cursos desarticulados, dificilmente deixaremos de repetir os problemas observados no diurno.

e) Tendo em vista as limitações de horário para o funcionamento dos cursos noturnos, os currículos deverão ter cerca de 180 créditos, que poderiam ser obtidos se os alunos fizessem 20 créditos durante 9 semestres. Entretanto, considerando-se as dificuldades que enfrentam os alunos do noturno, é muito provável que poucos consigam cumprir, sem atrasos ou reprovações, esse número de créditos no tempo previsto.

No caso da LCB, a redução do número de créditos e outras mudanças são necessárias, diante dos resultados negativos do modelo adotado até aqui. A ocasião também é favorável, pois não há imposições circunstanciais que exijam a adoção do currículo antigo e nem mesmo um Bacharelado noturno que dispute precedência com a Licenciatura.

VIII. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE (FPD)

É possível que na concepção da formação profissional do futuro professor estejam as principais idéias do projeto orgânico das Licenciaturas noturnas da UnB produzido pela Comissão.

Em nossa proposta, além das tradicionais Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus e Psicologias, a FPD inclui disciplinas de cada área específica, que podem ter suas ementas adaptadas às necessidades do professor do ensino médio. A integração entre "conteúdo" e formação "psicopedagógica" se dará, portanto, nas próprias disciplinas do curso de Licenciatura.

Como foi mencionado anteriormente, o conjunto de disciplinas "psicopedagógicas", que correspondia a 1/4 do curso nos esquemas 3+1, passou a representar pelo menos 1/8 da carga horária na década de 60, situação que permanece até hoje. Propomos aumentar novamente o número de créditos dessa parte da Licenciatura para cerca de 1/3 do curso, isto é, cerca de 60 créditos, com um elenco diversificado de disciplinas.

Constituída de disciplinas obrigatórias e optativas, a FPC deve incluir as matérias "psicopedagógicas" obrigatórias pela legislação em vigor, mas reformuladas, por serem consideradas insatisfatórias por alunos e professores. Dentro da Psicologia, sugere-se a criação de uma disciplina em que as técnicas de psicodrama possam ser aplicadas à sala de aula. Além delas, deve-se também proporcionar ao licenciando a oportunidade de obter sólida formação humanista, com noções de Ética, Lógica, Filosofia e História da Ciência.

Também é muito importante desenvolver a capacidade de comunicação dos futuros professores, na língua portuguesa e por meio de artes plásticas, expressão corporal, informática. Esse aspecto precisa ser trabalhado com atenção pelo conjunto das Licenciaturas e alguns Departamentos já estão em busca de soluções. A Licenciatura em Letras oferecerá, por exemplo, para alunos de todos os cursos, Português Instrumental, articulado a laboratórios de leitura e redação, enquanto procura-se fazer o mesmo na Matemática e na Informática.

O Estágio Supervisionado deverá ter a duração de dois semestres, para que o licenciando possa participar de todas as atividades escolares, desde o planejamento do ano letivo até a avaliação

final. Essa é uma reivindicação antiga e generalizada dos estudantes das Licenciaturas. Além disso, a supervisão será feita simultaneamente por professores da Psicologia, da Educação e da área específica, pois considera-se que a vivência escolar proporcionada pelo Estágio deve ser analisada de uma maneira mais global do que seria possível no modelo atual, em que apenas um professor, geralmente da área específica, discute com o licenciando os problemas que este encontra.

Para a concretização desse estágio triplamente supervisionado, propõe-se que sejam criadas as disciplinas Estágio supervisionado 1 e 2, com seis créditos cada, Psicologia e Prática de Ensino 1 e 2 e Educaçào e Prática de Ensino 1 e 2, com dois créditos cada uma. A carga horária das mesmas deverá ser sobreposta à do Estágio Supervisionado, de modo que o estagiário tenha quatro horas na escola e mais duas horas semanais com os três supervisores e receba, assim, o equivalente a 10 créditos semestrais.

No caso da LCB, propõe-se um currículo flexível, com várias disciplinas optativas, no Módulo Livre e na FPD. É desejável que alunos da LCB cursem um grande número de disciplinas na Física e na Química, visto que os nossos licenciandos serão os únicos legalmente habilitados a lecionar Ciências Físicas e Biológicas no 1º grau.

IX. A ORDEM DE APRESENTAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Além da lista das disciplinas, há outros aspectos da concepção de um currículo que se refletem na ordem em que as matérias são oferecidas. Nos fluxogramas da LCB/IB examinados neste trabalho (1983, 1988 e nas três propostas de 1992), observamos essencialmente a mesma seqüência: Citologia, Bioquímica, Biofísica no início; Anatomia, Morfologia, Taxonomia e Fisiologia Animal e Vegetal, no bloco intermediário. A Ecologia e a Evolução, bem como a maioria das disciplinas psicopedagógicas, ficam para o final.

Piaget mostrou com clareza que o ser humano passa de estágios de operações mais ou menos concretas para a abstração, durante o desenvolvimento intelectual. Entretanto, o fluxo de disciplinas desses currículos vai na direção contrária. A experiência cotidiana e concreta dos alunos, muito mais relacionada aos aspectos macroscópicos e descritivos dos conhecimentos biológicos, é precedida por cursos em que o raciocínio abstrato e o domínio de outras ciências como a Física, a Química e a Matemática são mais intensamente exigidos.

Essa mesma seqüência é seguida nos cursos de Biologia no ensino de segundo grau. O primeiro ano é dedicado aos estudos da célula, matéria com poucas possibilidades de manipulação de material concreto, e sem que o jovem aluno tenha conhecimentos da Física e da Química. O segundo ano focaliza os seres vivos, e no terceiro ano procura-se situar o estudante nas relações filogenéticas e ecológicas entre os seres vivos. Com isso, no sentido inverso do amadurecimento intelectual, o estudante é colocado primeiro frente a matérias abstratas e pouco acessíveis às suas vivências e, só depois, diante de matérias menos abstratas e mais ligadas ao seu dia a dia.

É importante notar que essa seqüência é repudiada pelos professores do ensino médio, de maneira quase que unânime, porém permanece consagrada nos livros didáticos e na maioria das escolas públicas e particulares. Acreditamos que o rendimento dos alunos aumentará se a ordem for alterada, tanto no segundo grau como na Universidade.

X. UMA NOVA PROPOSTA PARA A LICENCIATURA NOTURNA

A proposta que apresentamos agora tenta garantir sólida formação em Biologia para um professor moderno, que tem a visão multidisciplinar de sua atividade e compromisso com a transformação da realidade em que vive. Diante dos problemas constatados na LCB diurna (curso excessivamente longo, alta evasão de alunos, pouca atenção com a profissionalização do docente), altera significativamente o número total de créditos, a seqüência em que as disciplinas são cursadas e propõe mudanças na formação "psicopedagógica". Reserva cerca de 10% do total de créditos para

disciplinas optativas, para que o aluno participe mais ativamente nas decisões relativas à sua própria formação.

Entretanto, trata-se de um proposta de currículo, e como tal deve ser discutida, modificada, adaptada e, posteriormente, avaliada quanto aos resultados que produziu. Para sua implementação completa seriam necessárias a revisão das ementas das disciplinas atuais e a criação de novas disciplinas, tarefas a serem realizadas futuramente.

Mantivemos a nomenclatura usada até aqui e dividimos as disciplinas em três grupos: Formação Específica do Biólogo (FEB), Formação Complementar da Licenciatura (FCL) e Formação Profissional Docente (FPD).

a) FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO BIÓLOGO

Embora a base biológica seja fundamental e tenha sido considerada satisfatória nos currículos anteriores, propomos a redução dos créditos nessa parte do currículo. As disciplinas de Botânica desta proposta retomam as sugestões da Comissão de 1992 que, na ocasião, ouviu o Departamento de Botânica sobre a conveniência de adotá-las.

A opção de colocar Programa de Saúde no 3° semestre justifica-se pela necessidade de preparar logo o licenciando para tratar dos problemas mais urgentes da comunidade com quem ele terá contato ao longo do curso. De fato, a proposta de FPD, da Comissão, preconiza a interação continuada com as escolas de 1° e 2° graus e com a comunidade, mediante trabalhos em disciplinas, estágios e cursos de extensão. Ter cursado Programa de Saúde, uma disciplinas com caráter eminentemente prático, será de fundamental importância para essa vivência do futuro professor de Ciência e Biologia. Acreditamos que as disciplinas da Fisiologia e da Biologia Celular poderão oferecer os fundamentos teóricos do Programa de Saúde, nas etapas posteriores do curso.

Uma outra preocupação da Comissão de 1993 era caracterizar um conjunto de disciplinas de conteúdo específico mas que poderiam ser trabalhadas na perspectiva do ensino de 1° e 2° graus, que serviriam para introduzir o aluno ao seu curso. Nossa opção recai sobre Ecologia Geral, oferecida no primeiro semestre, uma disciplina-síntese, integradora de todas as áreas do conhecimento biológico e com forte apelo social, dada a gravidade dos problemas ecológicos mundiais.

Complementarmente, a disciplina Educação Ambiental é prevista para o nono período. Desse modo, o aluno poderá organizar os conhecimentos adquiridos e as experiências vividas ao longo de todo o curso para consolidar a postura de educador comprometido com as mudanças que a sociedade reclama, no sentido da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentado.

As disciplinas da FEB estão na Tabela 10:

Tabela 10. Disciplinas e respectivos créditos do grupo FEB apresentadas pela Comissão de 1993.

DISCIPLINAS	CRÉDITOS
Citologia	4
Bioquímica e Biofísica	8
Biologia Molecular	4
Microbiologia	4
Fundamentos de Histologia	8
Embriologia	2
Anatomia Animal e Humana	2
Fisiologia de Sistemas 1 e 2	12
Zoologia Invertebrados	6
Zoologia Vertebrados	6
Morfologia e Taxonomia	
Vegetal 1 e 2	8
Anatomia Vegetal	4
Fisiologia Vegetal	6
Genética	4
Evolução	4
Ecologia Geral	6
Educação Ambiental	2
Programa de Saúde	6
Total	**96**

b) A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

Registra-se a obrigatoriedade, pela primeira vez, de uma disciplina de Metodologia de Ensino de Ciências voltada para o 1º grau. É um avanço tímido, mas importante e que deverá ser seguido por outras medidas com a mesma finalidade.

As tradicionais disciplinas da Educação e da Psicologia previstas na legislação, que tiveram seus créditos reduzidos na proposta desta Comissão de 1993, serão reformuladas.

Os Estágios passam a ser triplamente supervisionados, pela sobreposição dos horários das disciplinas Estágio Supervisionado, Educação e Prática de Ensino e Psicologia e Prática de Ensino. Desse modo, no oitavo e no nono semestres os alunos receberão 10 créditos mas terão carga horária de 6 horas.

São reservadas três disciplinas optativas da FPD na grade horária, no terceiro, no quinto e no oitavo semestres. Por princípio, acreditamos que todas as disciplinas da FPD das demais Licenciaturas e as do Bacharelado em Ciências Biológicas devem ser consideradas optativas para a LCB. Sugere-se que os alunos interessados em atuar no 1º grau procurem cursar Metodologias de Ensino de Química e Física.

As disciplinas da FPD estão na Tabela 11:

Tabela 11. Disciplinas obrigatórias e optativas e respectivos créditos do Grupo FPD na proposta de 1993:

DISCIPLINAS	CRÉDITOS
Organização da Educação Brasileira	4
Didática 1	4
Desenvolvimento Psicológico e Ensino	4
Aprendizagem no Ensino	4
Metodologia do Ensino de Biologia	4
Metodologia do Ensino de Ciências	4
Estágios Supervisionados 1 e 2	12
Psicologia e Prática de Ensino 1 e 2	4
Educação e Prática de Ensino 1 e 2	4
Optativas	12
Total	**56**

c) A FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DA LICENCIATURA

Esse grupo de disciplinas pouco se modificou nos currículos e propostas anteriores. Agora, sugerimos retirar a Disciplina Métodos em Biologia, mais adequada ao Bacharelado, e deixar ao aluno a escolha entre Cálculo 1 ou Matemática 1, de acordo com seus interesses e conhecimentos matemáticos.

Não se menciona aqui a disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros porque acreditamos que, caso seja necessário, é possível estabelecer um sistema de equivalências com outras disciplinas.

Neste grupo também são previstas duas disciplinas optativas, no quarto e no nono semestres, como Módulo Livre. Para que seja realmente livre, deve-se permitir que os alunos do noturno escolham disciplinas nos cursos diurnos.

As disciplinas do grupo FCL estão na Tabela 12:

Tabela 12. Disciplinas obrigatórias e optativas e respectivos créditos do grupo FCL na proposta de 1993.

DISCIPLINAS	CRÉDITOS
Matemática 1 ou Cálculo 1	4
Física	6
Química Geral	6
Introdução à Química Orgânica	4
Geologia Geral	6
Bioestatística	4
Prática Desportiva 1 e 2	4
Módulo Livre	8
Total	42

A Tabela abaixo resume as proporções dos créditos dos três grupos de disciplinas:

Tabela 13. Resumo da distribuição dos créditos em disciplinas obrigatórias e optativas na proposta de 1993:

Grupo de disciplinas	créditos		Totais	Porcentagem
	obrigatórios	optativos		
FEB	96	0	96	40%
FPD	44	12	56	29%
FCL	34	8	42	22%
Sub-totais	174	20	194	100%

XI. FLUXOGRAMA DO CURSO NA NOVA PROPOSTA

O fluxograma que apresentamos aqui procura colocar cerca de 20 créditos por semestre, número considerado ideal por não exigir aulas aos sábados. Esse horário fica reservado para aulas de campo, Prática Desportiva ou para atividades eventuais. As disciplinas obrigatórias de Prática Desportiva poderão ser cursadas em qualquer semestre que o aluno desejar, embora tenham sido colocadas nos dois primeiros semestres do fluxograma.

Os Estágios Supervisionados serão sobrepostos às disciplinas Educação e Prática de Ensino 1 e 2 e Psicologia e Prática de Ensino 1 e 2, de modo que seja possível a tríplice supervisão, conforme explicado anteriormente. Essas disciplinas, embora impliquem aumento do nûmero de créditos, não acarretarão aumento da carga horária nos dois últimos semestres.

Tabela 14. Fluxograma das disciplinas obrigatórias e facultativas da LCB na proposta de 1993.

SEMESTRE	DISCIPLINAS	CRÉDITOS
1º	Zoologia dos Invertebrados	6
	Morf.e Taxon. Vegetal 1	4
	Ecologia Geral	6
	Organiz. da Educ. Brasileira	4
	Prática Desportiva 1	2
2º	Zoologia dos Vertebrados	6
	Morf.e Taxon. Vegetal 2	4
	Geologia Geral	6
	Desenvolvimento Psicológico e Ensino	4
	Prática Desportiva 2	2
3º	Química Geral	6
	Programa de Saúde	6
	Aprendizagem no Ensino	4
	Optativa FPD	4
4º	Introdução à Química Orgânica	4
	Cálculo 1 ou Matemática 1	4
	Anatomia Vegetal	4
	Didática 1	4
	Módulo Livre	4
5º	Física para Ciências Biológicas	6
	Citologia	4
	Bioestatística	4
	Anatomia Animal e Humana	2
	Optativa FPD	4
6º	Bioquímica e Biofísica	8
	Fundamentos de Histologia	8
	Met. do Ens. Ciências	4

7º	Fisiologia Vegetal	6
	Microbiologia	4
	Embriologia	2
	Genética Básica	4
	Met. do Ens. de Biologia	4
8º	Fisiologia dos Sistemas 1	6
	Evolução	4
	Estágio Supervisionado 1	6
	Psicologia e Prática de Ensino 1*	2
	Educação e Prática de Ensino 1*	2
	Optativa FPD	4
9º	Fisiologia dos Sistemas 2	6
	Biologia Molecular	4
	Educação Ambiental	2
	Estágio Supervisionado 2	6
	Psicologia e Prática de Ensino 2*	2
	Educação e Prática de Ensino 2*	2
	Módulo Livre	4

* = horário coincidente com o do Estágio supervisionado

XII. RECOMENDAÇÕES FINAIS

A presente proposta é apenas o início de uma série de mudanças necessárias e urgentes na LCB. Para que esse curso seja realmente renovado, acreditamos que seria importante:

1. Dar à Licenciatura o mesmo status que têm o Bacharelado e a pós-graduação dentro do IB. Devem ser garantidos recursos materiais e humanos para o curso noturno, para que se possa fazer pesquisa e extensão nesse turno;

2. Selecionar os novos professores do noturno rigorosamente dentro do perfil requerido para a Licenciatura, e não usar essas vagas para ampliar ainda mais as áreas básicas;

3. Oferecer a infra-estrutura e segurança no campus, para garantir a presença constante dos professores no período noturno;

4. Extinguir o curso diurno de Licenciatura, para evitar a duplicidade de esforços com os mesmos objetivos dentro do IB. Os alunos do diurno (Bacharelado) que quiserem fazer a Licenciatura terão de cursar as disciplinas da FPD à noite;

5. Facilitar a dupla opção Bacharelado / Licenciatura e as transferências de um curso para outro; estimular os alunos do Bacharelado a cursarem a Licenciatura; permitir que os alunos do noturno cursem disciplinas no diurno e vice-versa, respeitada a disponibilidade de vagas;

6. Contar como créditos optativos as atividades de extensão realizadas pelo aluno durante seu curso;

7. Fazer a revisão das ementas de todas as disciplinas do curso de Licenciatura, tornando-as mais adequadas à formação de professores para o 1º e o 2º graus;

8. Criar novas disciplinas que favoreçam a integração entre o "conteúdo" e a "formação psicopedagógica", especialmente nas áreas de Botânica, Zoologia, Ecologia e Fisiologia, voltadas principalmente para o 1º grau;

9. Criar disciplinas de Artes aplicadas à Educação, para preencher graves lacunas dos currículos atuais relativas à expressão corporal e à impostação da voz do professor, às artes plásticas e à criação de materiais concretos;

10. Criar uma disciplina de Psicodrama na Educação, que dê ao licenciando a percepção do drama psicológico que se desenrola na sala de aula, bem como técnicas para trabalhar aspectos comportamentais dos alunos do 1º e do 2º graus;

11. Fortalecer a multidisciplinaridade na Licenciatura, integrando a LCB aos demais cursos, enfatizando e ampliando o trabalho das equipes de professores da Educação, da Psicologia e das áreas específicas;

12. Criar o Mestrado em Ensino de Ciências, em esforço conjunto com os Departamentos de Física e Química.

AGRADECIMENTOS

Colaboraram com sugestões e discussões na elaboração desta proposta os professores Celina de Oliveira Martin, representante do IB no grupo de trabalho que antecedeu a Comissão, Maria Helena Carneiro e os demais membros da Comissão de professores do IB para formulação do projeto de LCB noturna em 1992: Pedro J.P. Zanotta, Lenize Garcia, Ana Lúcia Tostes de Aquino e Dóris dos Santos Faria. A eles e a todos os que lutam pela Licenciatura, os nossos agradecimentos.

ANEXO: A EVASÃO DOS ALUNOS DA LCB

A Tabela 15 mostra detalhadamente a evasão dos alunos matriculados na LCB, entre o primeiro semestre de 1988 e o segundo de 1992:

Tabela 15. Formas de saída dos alunos matriculados na Licenciatura em Biologia no período 1/85 a 2/92.

Período	Forma de saída								
	FOR	DRE	DNC	DVO	DAB	VHA	MUD	TRF	TOTAL
1/85	4	1	1	7	9	-	-	3	25
2/85	3	-	1	10	6	-	-	1	21
1/86	3	2	-	9	8	2	-	1	25
2/86	-	3	-	3	4	3	-	-	13
1/87	4	3	-	2	5	11	-	1	26
2/87	2	2	-	-	3	4	-	1	12
1/88	3	-	2	1	6	-	-	1	13
2/88	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1/89	-	-	-	-	4	-	-	3	7
2/89	4	-	-	-	2	-	-	-	6
1/90	3	-	2	-	3	-	1	1	10
2/90	14	-	-	-	5	-	1	-	20
1/91	1	-	2	2	4	-	1	-	9
2/91	6	-	-	-	3	-	-	-	9
1/92	1	-	-	2	-	-	-	-	3
2/92	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	48	11	8	36	62	20	3	2	199

FOR = formatura;
DRE = desligamento por rendimentos;
DNC = desligamento por não ter cumprido as condições;
DVO = desligamento voluntário;
DAB = desligamento por abandono;
VHA = vestibular para outra habilitação;
MUD = mudança de curso;
TRF = transferências facultativa e obrigatória.

Fonte: DAA/DEG/UnB.

SUBSÍDIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA LICENCIATURA EM QUÍMICA: (CURSO NOTURNO) DA CONCEPÇÃO À REALIDADE

Prof. Roberto Ribeiro da Silva
Prof. Wildson Luiz Pereira dos Santos
Prof. Ricardo Gauche

PALAVRAS INICIAIS

As reflexões aqui explicitadas, que constituem o conjunto de subsídios que fundamentam a Proposta para o Curso de Licenciatura em Química - Noturno, estão inseridas no Projeto Acadêmico Orgânico para as Licenciaturas Noturnas da UnB. São, portanto, o resultado da contribuição do Departamento de Química (Coordenação do Noturno) à comissão instituída para a elaboração daquele projeto, somada às discutidas e amadurecidas nas reuniões da mesma, o que as consolida como ponto de partida seguro, porque fruto de análises fundamentadas e de vivência na área de formação de professores.

O que se pretende, com toda certeza, não é apresentar "a proposta ideal" e, conseqüentemente, indiscutível, mas, antes, uma proposta que busca a idealidade a partir de idéias e ideais dos que pesquisam e atuam no processo de formação de professores de Química, área reconhecidamente carente de profissionais e mesmo de capacitação de educadores comprometidos com a construção de uma nova realidade na dimensão da educação científica.

Por ser fruto de concepções que convergem para uma concepção maior de licenciatura, e por se consubstanciar em realidade inconteste e necessária, deliberou-se dar-lhe o título que melhor refletisse tal condição.

Espera-se, assim, desencadear o processo de debate e consolidação de uma proposta que consiga representar a eliminação de distorções já detectadas pela pesquisa e pela própria experiência vivida por quem se dedica à formação de professores de Química, e que também possibilite avanços consistentes rumo à formação profissional docente em Química.

DAS ORIGENS, DO CONTEXTO

Dentre as razões que podem ser levantadas para o surgimento do curso noturno de licenciatura em Química na UnB, podemos citar a própria carência de professores da área em nossa região, gerando óbvia problemática administrativa no suprimento da demanda escolar; o espaço institucional para formação de professores no curso diurno de Química, deficitário em termos de infra-estrutura específica, tendo em vista os objetivos mesmos da graduação de bacharéis, distintos da de licenciados; e os problemas, decorrentes, existentes no curso diurno, que, além de ter formado um número desprezível de professores, não tem sequer linhas de pesquisa consolidadas como as existentes nas quatro áreas ditas de conteúdo da própria Química.

A posição do corpo docente do Departamento de Química, sensível ao contexto gerador da proposta institucional de se implantar um curso noturno de licenciatura, exerceu, juntamente com a garantia da contratação de professores por parte do MEC, papel preponderante. Enfim, teve início o irreversível processo de superação da exigência de se consubstanciar um curso voltado especificamente para a formação de professores, utilizando espaço e tempo ociosos de uma universidade pública e, portanto, comprometida com a sociedade que a sustenta e lhe dá razão de existir. Essa sociedade, em sua organização civil, exigiu da universidade o tempo e o espaço para suprir suas necessidades

essenciais, nas quais estão inseridos os cursos de licenciatura, o que obteve resposta da comunidade acadêmica.

Superada a fase preliminar de cunho administrativo-acadêmico, restava elaborar uma proposta compatível com a função a que se destinava, bem como com a superação de deficiências detectadas por inúmeros estudos, que sempre visaram encontrar novos rumos para a licenciatura, dentre os quais destacaríamos os organizados por CANDAU.

Além da participação do Professor Roberto Ribeiro da Silva nas discussões da "Comissão para Elaboração do Projeto Acadêmico Orgânico das Licenciaturas Noturnas", foi deflagrado o processo de concurso e contratação de professores para o curso noturno. Priorizou-se, no primeiro momento, a área de Ensino de Química, cujo campo de pesquisa tem-se acentuado em todo o mundo, tendo em vista a problemática generalizada que se instalou no sistema educacional em todos os níveis da educação científica. A intenção era a de garantir a contratação de profissionais ligados diretamente à questão da formação do professor de Química, cuja função seria justamente a de colaborar decididamente para a implantação do curso noturno com as características desejadas.

Com a contratação dos Professores Wildson Luiz P. dos Santos e Ricardo Gauche, intensificaram-se os trabalhos para a consolidação de uma proposta curricular que vislumbrasse a concretização das metas maiores da formação de professores comprometidos com a qualidade da educação química.

DE CONCEPÇÕES À CONCEPÇÃO

A idéia de se elaborar uma proposta que vise superar distorções passa conseqüentemente pela reflexão da mudança curricular como processo contextualizado, dinâmico, integrado interdisciplinarmente, e, portanto, necessitado de fundamentação conceitual, para referência, análise e planejamento.

MOREIRA & AXT oferecem uma significativa contribuição para se elaborarem propostas curriculares. As concepções e ênfases curriculares identificadas pela pesquisa na área de desenvolvimento de currículos são abordadas de modo a subsidiar trabalhos da natureza do que descreve o presente documento, buscando-se evitar os riscos de se ficar alterando apenas créditos, ementas, cargas horárias, nomes, sem nada mudar de fato.

Essa a preocupação básica da presente proposta: evitar-se a priorização da roupagem, destacando-se a essência. Para tanto, imprescindível definir pressupostos fundamentadores e norteadores capazes de garantir a consolidação de um curso de formação de educadores em Química.

A concepção de um curso de licenciatura é, indiscutivelmente, distinta da referente a um curso de bacharelado. Alguns imaginam, ingenuamente e, com certeza, desconhecendo os resultados da pesquisa na área [vide CANDAU(1987)], que a licenciatura não passa de um apêndice do bacharelado.

Decorre dessa visão limitada que a similitude dos currículos de bacharelado e licenciatura garantiria a "qualidade" na competência técnica do professor. Ledo engano imaginar que a reprodução direta das disciplinas do bacharelado é exigência para se garantir o conhecimento específico em Química. Essa equivocada opinião felizmente já não encontra eco na pesquisa em ensino de Química, e mesmo na questão específica da formação do professor-educador.

Não se discute obviamente a necessidade de se propiciar aos licenciados uma formação densa e profunda em Química. Entretanto, há que se compreender a natureza específica de um curso voltado para a formação de um profissional que, além de dominar tecnicamente o conteúdo, deve ter a competência inerente ao processo educacional, caracterizado por relações complexas que transcendem o conhecimento específico da disciplina envolvida, abarcando aspectos de ordem psicológica, pedagógica, sociológica, filosófica, etc.

A propósito, seria fundamental que os envolvidos na implantação e consolidação das licenciaturas noturnas se detivessem no estudo de alguns princípios gerais resultantes de discussões profundas ocorridas em encontros específicos, os quais foram analisados por CANDAU(1987), e que consolidam, em vários aspectos, os posicionamentos adotados na proposta global do projeto acadêmico orgânico ora explicitado.

Em nos referindo à compatibilização entre a formação técnica específica (conteúdos específicos) e a formação específica do docente dos respectivos conteúdos, cabe ressaltar a imprescindibilidade de se garantir a integração das mesmas, através de disciplinas que constituam parte integrante do currículo (entendido aqui como rol dos créditos envolvidos). No sentido de se garantir tal feito, propôs-se a criação de um componente curricular quantitativamente definido como sendo correspondente a aproximadamente um terço do curso. A concepção desse "espaço curricular" foi proposta pelo Professor Roberto Ribeiro da Silva, e consolidada por todos através da denominação, também por ele sugerida, **"Formação Profissional Docente" (FPD)**. A interdisciplinaridade é priorizada juntamente com a integração dos componentes curriculares, favorecendo-se a consolidação de uma formação ao mesmo tempo sólida do ponto de vista do domínio dos conteúdos específicos, bem como da perspectiva da competência docente dos mesmos.

A **FPD** engloba as disciplinas ditas psicopedagógicas, bem como as referentes à metodologia de ensino específico e à sua prática no contexto escolar. É na **FPD** que reside o local institucional das disciplinas "integradoras", outra proposta do Professor Roberto Ribeiro da Silva, consolidada na comissão, o que possibilitará o encontro semanal, durante duas horas, dos professores de Psicologia, Educação e da área específica (no nosso caso, os professores da área de metodologia e prática de ensino de Química), para discutir e organizar as atividades de supervisão das tarefas de prática de ensino dos alunos ("estágio").

Quando se fala de integração, cumpre destacar ser esta imprescindível não somente entre o Departamento de Química, o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Educação, mas também, e não menos, entre as próprias áreas do conhecimento químico. Nessa perspectiva, propõe-se a consolidação de uma coordenação pedagógica do curso noturno, mediante o planejamento e a avaliação da implantação do mesmo, via reuniões periódicas de todos os professores.

A concepção de integração, apesar de óbvia, não tem-se mostrado concretizada no diurno, tendo em vista a própria compartimentalização das atividades de cada área, isolando-se iniciativas e resultados, o que acaba por favorecer o individualismo acadêmico, tão paradoxal em se tratando de Universidade, e, por conseqüência, de universalização do processo de construção do conhecimento. Inconcebível imaginar a formação de um professor que terá a função de educar por meio do "todo" da Química, a partir de "pedaços" do conhecimento químico, aprendidos de modo estanque e sem consistência epistemológica, porque não integrados segundo um eixo lógico e psicológico denso e coerente.

A integração entre as áreas do conhecimento específico é, portanto, a nosso ver, princípio fundamental na formação do professor.

Desse modo, priorizar-se-á a coordenação de ações do departamento, em um trabalho conjunto dos professores, visando a consolidação dos processos de pesquisa, ensino e extensão sob o ângulo da formação do profissional que terá a função social de educar <u>através</u> da Química.

Certo que essa é uma tarefa fácil de ser inserida no discurso teórico, embora seja também obstaculizada por vários fatores, em geral oriundos da sedimentação de concepções distorcidas que alimentam e são alimentadas por "mitos" correntes no meio acadêmico. Entretanto, sem a destruição de paradigmas de análise, mormente em se tratando do processo educativo, é inviabilizada a construção de outros, novos e inovadores; transformadores, enfim, da realidade nitidamente deficiente da formação que a academia proporciona.

Somente com determinação e compromisso real com a qualidade do ensino sob a responsabilidade da universidade, de seus professores e demais funcionários, será possível subverter a ordem indesejável que se consolidou nas últimas décadas. Essa ordem indesejável é detectada pela pesquisa, mas também percebida pela própria vivência de quem a integra.

Em nos referindo à qualidade do ensino, destacaríamos o trabalho de RIBEIRO, que analisa a dissonância entre o discurso oficial e o dos educadores e pesquisadores.

De nossa parte, consideramos ser precípua e óbvia a necessidade de se garantir não só que o curso noturno se equipare ao diurno nos pontos de qualidade, mas que os exceda e contribua para a própria melhoria da proposta curricular desenvolvida durante o dia, no bacharelado.

Qualidade do ensino se refere, em nossa abordagem, a partir dos referenciais que a literatura oferece, à prática pedagógica que possibilite aos alunos o desenvolvimento da capacidade de construir conceitos; de compreender o processo epistemológico de sua área de atuação; de assumir seu papel na sociedade através da vivência consciente de sua cidadania; de dominar o processo ensino-aprendizagem sob sua responsabilidade, com fundamentação teórica consistente e sintonizada com os avanços da pesquisa; e de, enfim, superar os limites que definem a estrutura social caracterizada pela (proposital) não participação de todos os segmentos nas decisões que refletem nas condições de vida da população.

A formação no conteúdo específico (Química), deve contemplar, certamente, conceitos básicos que são ensinados nos níveis fundamental e médio, envolvendo os aspectos sociais das aplicações em ciência e tecnologia daquele conhecimento, conforme sugere SANTOS.

Na composição curricular concebida para atender aos princípios propostos e às exigências legais, propõe-se uma distribuição homogênea de créditos nas quatro áreas da Química: Analítica, Físico-química, Inorgânica e Orgânica, cabendo a complementação da formação em conteúdo específico com as disciplinas *Química Industrial* (atendendo à tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade) e *Química Ambiental* (integrando todas as áreas).

No que tange à visão epistemológica e, portanto, não-linear da História da Química, incluir-se-á a disciplina *Evolução do Pensamento Químico*, seguindo tendência curricular mundial.

Em cada uma das áreas, propõe-se uma disciplina inicial, contemplando os fundamentos da área. Tal medida expressa a necessidade de se oportunizar aos alunos a articulação entre o conhecimento trabalhado no nível médio e o que será objeto do nível superior, bem como garantir a construção dos conceitos basilares, fundamentais da área específica. A referida articulação e a construção dos fundamentos conceituais da área configuram-se como imprescindíveis para se alicerçar hierárquica-conceitualmente o conhecimento que deve ser consolidado na formação específica no conteúdo químico.

Outra faceta que, a nosso ver, deve ser atentada no processo consubstanciado na licenciatura em Química se refere aos caracteres do fluxo de disciplinas, consoantes aos princípios almejados.

Os pontos que consideramos ser prioritários no contexto vislumbrado seriam: a)ausência de uma rede rígida de pré-requisitos, buscando-se, desse modo, viabilizar a flexibilidade que se antepõe ao "engessamento" do fluxo a ser seguido pelo aluno, sem, entretanto, perder de vista a relação conceitual, em termos hierárquicos, entre os programas das várias disciplinas; b)presença de uma disciplina da área de FPD por semestre, visando a integração já explicitada anteriormente, ao longo de todo o processo; c)presença de, pelo menos, uma disciplina experimental, em média, por semestre, visto ser a Química uma ciência experimental e o seu ensino secundário carente de tal abordagem, também por distorções até agora emergidas dos cursos de formação de professores de química; d)garantia de formação paralela seqüenciada de, pelo menos, duas áreas da Química, visando a integração entre as áreas do conhecimento específico, já explicitada anteriormente; e)equilíbrio entre

número de créditos, densidade dos conteúdos programáticos e disponibilidade viável de horários que o turno oferece, visando possibilitar o melhor aproveitamento possível do processo por parte do aluno.

A qualidade resultante das medidas propostas deverá propiciar a preparação dos licenciados para a continuidade de seus estudos acadêmicos, no que se refere à pós-graduação em Ensino de Química, essência mesma do curso, que pretende ser referencial para a melhoria do processo ensino-aprendizagem em Química. Aqui ressurge a imprescindível correlação ensino-pesquisa-extensão, que deve mesmo permear todo o processo, mormente se tratando de continuidade do aluno na pós-graduação.

Concordamos com a constatação da pesquisa de que existe uma lacuna considerável entre o que planejam os idealizadores de currículo e o que os professores realmente concretizam em sua práxis cotidiana de sala de aula (Vide GAUCHE).

Sugerem PEREZ & CARVALHO que se faz necessária uma profunda revisão da formação - inicial e permanente - do professor, estendendo à mesma as conquistas da investigação sobre a aprendizagem das ciências e, em particular, as propostas da concepção construtivista.

De nossa parte, cremos ser imprescindível que os professores que irão, de fato, atuar diretamente no curso noturno participem ativamente do processo de idealização e consolidação da proposta curricular ora em construção.

Tendo em vista, entretanto, a ausência do corpo docente pleno do curso noturno e a exigência de se concluir de modo urgente a proposta, preliminar que seja, do fluxo e seu detalhamento, optamos pela colaboração direta de professores do diurno, nas áreas envolvidas. Esses professores, na sua maioria, com experiência em ensino secundário ou desejosos da melhoria desse ensino, trabalham, no momento, na consolidação da proposta curricular, no que se refere a programas, ementas e fluxo, no espírito da coordenação pedagógica já citada anteriormente. Em anexo, proposta preliminar na qual se trabalha no momento. Cremos ser imprescindível o compromisso com os princípios norteadores de uma proposta que, de fato, vise superar distorções e que, por essência, seja dinâmica, flexível e, portanto, passível de modificações que viabilizem a constante avaliação e melhoria de seu cerne.

A discussão conjunta, fundamentada, de todos os envolvidos amplia as chances de sucesso desse empreendimento.

É para nós todos uma significativa oportunidade para o exercício de iniciativas que se configurem como inovações didático-administrativas, sem as amarras de currículos pré-estabelecidos e com distorções consolidadas.

Esperamos, dessa forma, com esse documento, subsidiar a estruturação da Licenciatura em Química (Curso Noturno), fazendo com que professores, alunos e funcionários partam da concepção para a desejável realidade de uma formação profunda, séria e competente que redunde na qualidade dos profissionais responsáveis pela educação através da Química.

ANEXO
COMPONENTES CURRICULARES
PROPOSTA PRELIMINAR DA LICENCIATURA EM QUÍMICA
(CURSO NOTURNO)

Estrutura do Curso em Áreas

1 - Formação em Química	76 créditos
2 - Formação Complementar Obrigatória	34 créditos
3 - Formação Profissional Docente (FPD)	54 créditos
4 - Módulo Livre	16 créditos

Desdobramento das Disciplinas em Áreas

1 - Formação em Química	76 créditos
Química Analítica	16 créditos
Química Inorgânica	16 créditos
Química Orgânica	16 créditos
Físico-Química	16 créditos
	64 créditos
Química Industrial	04 créditos
Química Ambiental	04 créditos
Evolução do Pensamento Químico	04 créditos
	12 créditos
Total:	76 créditos
2 - Formação Complementar Obrigatória	34 créditos
Física	14 créditos
Matemática	8 créditos
Bioquímica	4 créditos
Mineralogia	4 créditos
Prática Desportiva	4 créditos
Total:	34 créditos

3 - Formação Profissional Docente (FPD)	54 créditos
Fundamentação Psicopedagógica:	
Desenvolvimento Psicológico e Ensino	4 créditos
Aprendizagem no Ensino	4 créditos
Didática	4 créditos
Organização da Educação Brasileira	4 créditos
Formação em Ensino de Química:	
Metodologia de Ensino de Química 1	4 créditos
Metodologia de Ensino de Química 2	4 créditos
Química para o Ensino Médio	4 créditos
Experimentação em Ensino de Química	4 créditos
Prática Docente:	
Prática de Ensino de Química 1	6 créditos
Psicologia e Prática de Ensino 1	2 créditos
Educação e Prática de Ensino 1	2 créditos
Prática de Ensino de Química 2	6 créditos
Psicologia e Prática de Ensino 2	2 créditos
Educação e Prática de Ensino 2	2 créditos
Projeto de Ensino (Trabalho Final do Curso)	2 créditos
4 - Módulo Livre	16 créditos
Total:	180 créditos (Em estudo, sujeito a alterações)

REFERÊNCIAS:

(1) CANDAU, V. M. F. (coord.) Novos Rumos da Licenciatura Brasília: INEP; Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1987.

(2) MOREIRA, M. A. & AXT, R. "Ênfases Curriculares e Ensino de Ciências" Ciência e Cultura, 39(3):250-258, 1987.

(3) RIBEIRO, V. M. B. "A questão da Qualidade do Ensino nos Planos Oficiais de Desenvolvimento da Educação: 1955-1980" EM ABERTO, Brasília, ano 8, n. 44, out./dez. 1989.

(4) SANTOS, W. L. P. O ensino de química para formar o cidadão: Principais características e condições para a sua implantação na escola secundária brasileira Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1992.

LICENCIATURA EM FÍSICA

Profª Célia Maria Gomes de Souza

Prof. Marco Antônio Amato

I - INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura do Departamento de Física da Universidade de Brasília tem sido oferecido com um currículo inadequado para a formação profissional do futuro professor de Física. Isto porque, embora proporcione uma boa formação relativa ao conteúdo científico, deixa muito a desejar quanto às necessidades específicas da docência. Esta situação permaneceu inalterada durante muito tempo por vários motivos e não cabe, no momento, explicitá-los.

No primeiro semestre de 1991, o Decanato de Ensino de Graduação da Universidade de Brasília apresentou aos respectivos Institutos, uma proposta de implantação de cursos noturnos de licenciatura em Física, Química, Matemática e Biologia. Para viabilizar esta proposta, a administração da UnB assumiu o compromisso de, além de garantir a infra-estrutura física e técnico administrativa no período noturno, efetuar a contratação de docentes em regime de dedicação exclusiva e também incluir na linha de "Projetos Gerais de Recursos Próprios", subprogramas para atender as necessidades específicas dos cursos de Licenciatura.

Diante deste quadro, o Departamento de Física decidiu se engajar no projeto de implantação dos cursos noturnos. Foi criada então, no Departamento, uma comissão com a tarefa de elaborar e apresentar no menor tempo possível uma proposta curricular para o curso em questão.

A maior motivação para o empenho da comissão nesta tarefa, foi a possibilidade de criação de um novo curso, com um novo currículo que, na medida das possibilidades da Instituição, atenda às reais necessidades do futuro docente. Foi com esta expectativa que se decidiu que os trabalhos seriam desenvolvidos no sentido de se estruturar uma proposta curricular eficaz para um curso de Licenciatura padrão, com suas proposições básicas e globais e então, promover as "adaptações" necessárias ao período noturno, levando em conta a realidade do corpo discente deste curso, que em geral desenvolve outras atividades durante o dia. É importante frisar que este procedimento de "adaptações" não trata de diminuir exigências, mas de garantir formas para a boa formação do aluno do curso noturno.

II - O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO

II.1 - As Diretrizes e os Objetivos Gerais do Currículo

As primeiras discussões da comissão giraram em torno dos dados, colocações e sugestões constantes na bibliografia disponível sobre o assunto e tiveram como referência básica as discussões e colocações de Villani (1,2,3) sobre o Currículo de Licenciatura em Física.

O estabelecimento dos objetivos gerais a serem cumpridos pelo currículo foi feito após uma criteriosa análise dos aspectos envolvidos nos princípios heurísticos (1) que direcionaram as decisões por tais objetivos. Aliás, uma constante preocupação em relação a estes princípios está sendo mantida ao longo de todo o processo de estruturação curricular pois eles, além de orientar a definição dos objetivos, definem as tomadas de decisões em relação à estrutura e detalhes do currículo. Basicamente são cinco os princípios heurísticos que nortearam o trabalho, apresentados de forma resumida a seguir:

i) Relativo à transformação da concepção que o estudante tem sobre a atividade do professor. Trata-se da tentativa de se promover no futuro professor, a aquisição de uma visão científico-crítica da atividade docente, uma ampliação de seu repertório de atividades e de suas capacidades de relacionamento social, para que ele consiga assimilar as propostas científicas e transformá-las para a sua utilização em sala de aula.

ii) Quanto à promoção de conhecimento, estímulo às atividades e desenvolvimento de atitudes. A promoção de conhecimentos refere-se à Física, à aprendizagem, às estratégias instrucionais e ao contexto social.

Quanto às atividades trata-se do estímulo ao desenvolvimento individual do estudante por meio da aprendizagem dos conteúdos científicos, sua elaboração e estruturação. Refere-se também à promoção de treinamento na aplicação coletiva e institucional dos conhecimentos adquiridos, ao incentivo à pesquisa e à elaboração, por parte dos licenciandos, de uma visão própria adequada ao seu ambiente e às suas exigências.

Em relação às atitudes devem ser desenvolvidas principalmente abertura e atenção para aprendizagem dos conhecimentos elaborados e possuídos por outros, colaboração em iniciativas que envolvem perspectivas e interesses diferentes, persistência na busca e elaboração de problemas autônomos e de soluções próprias, firmeza na divulgação dos conhecimentos adquiridos e disponibilidade para o assessoramento e ajuda aos colegas.

iii) Referente ao caráter básico e exemplar dos conhecimentos adquiridos e das transformações realizadas. Trata-se de promover uma formação tal que o licenciando seja um indivíduo com experiências intelectuais e práticas bem definidas, consciente de sua competência e capaz de enriquecer seus conhecimentos ao longo de sua prática docente.

iv) Relativo ao procedimento de elaboração do currículo. O currículo deverá ter uma estrutura coerente e satisfazer as exigências, as competências e as motivações da comunidade que vai aplicá-lo.

v) Referente à natureza dinâmica do currículo. A estruturação curricular deverá ser realizada sob a ótica de que se trata de um projeto sujeito à uma contínua evolução e aprimoramento. O caráter dinâmico do currículo exige a incorporação contínua dos novos conhecimentos científicos relacionados às dimensões básicas da licenciatura.

Com a orientação promovida pelas diretrizes heurísticas e considerando as principais atividades profissionais que o futuro professor poderá exercer após a conclusão do seu curso de Licenciatura, passamos ao estabelecimento dos objetivos gerais do currículo.

Em nossa opinião, o Licenciado terá a oportunidade de exercer as seguintes atividades (2):

i) Ser responsável por uma ou mais disciplinas de Física em Instituições de Ensino de 2o. grau.

ii) Integrar comissões ou grupos de trabalho ligados às Instituições, que tenham como função coordenar ou subsidiar o trabalho do professor de 1o. e 2o. graus.

iii) Seguir carreira universitária entrando em uma pós-graduação em Ensino de Física ou em Educação (com eventual período de adaptação).

Para desenvolver com capacidade profissional estas atividades, o Licenciado deverá ter cumprido um currículo de Licenciatura que realize os seguintes objetivos (2):

1. Promover a elaboração, por parte do estudante, de uma sólida visão da Física.

2. Capacitar o estudante a apresentar oralmente, por escrito e mediante demonstrações experimentais o conteúdo básico de sua especialização.

3. Capacitar o Licenciado a organizar as atividades e a planejar os conteúdos de um curso de Física para o segundo grau.

4. Capacitar o futuro professor a localizar e dar significado às dificuldades conceituais e operacionais de seus alunos.

5. Capacitar o Licenciado a fazer levantamento sistemático sobre a situação de aprendizagem de seus estudantes.

6. Capacitar o Licenciado a refletir sobre a sua prática docente.

7. Preparar o Licenciado para programar, sustentar e renovar sua atualização didática, cultural e científica.

Estávamos certos que a elaboração de um currículo que cumprisse todos estes objetivos de forma completa seria o melhor mas, considerando os problemas conjunturais, sabíamos que alguns deles não seriam alcançados em sua plenitude. Logo, o processo subseqüente de estabelecimento dos conteúdos e atividades curriculares foi realizado com o cuidado de se elaborar uma proposta viável dentro das limitações e perspectivas de nosso Departamento.

II.2 - A Definição dos Conteúdos e Atividades Didáticas

Os conteúdos científicos e educacionais foram trabalhados e distribuídos ao longo da estrutura curricular de acordo com suas categorias e funções básicas. O mesmo procedimento foi seguido em relação às atividades didáticas.

Os conteúdos científicos foram tratados de acordo com as seguintes categorias (2):

i) Formal: diz respeito às leis e princípios da Física, às suas simetrias e estruturas, à sua linguagem simbólica com suas propriedades formais, aos problemas e exemplos significativos. Tem a função de mostrar ao estudante o poder sintético da disciplina e exercitá-lo para que possa ter uma visão mais detalhada do seu significado.

ii) Empírica: conhecimento que tem a sua base na experiência e pode ser decomposto em conteúdos experimental e aplicativo. O conteúdo experimental tem a função de encontrar correlações ou produzir efeitos que possam ser comparados com as previsões teóricas. Deve capacitar o futuro professor a integrar e qualificar seu conhecimento teórico tomando contato com a experimentação científica, seus padrões de precisão e seus esforços de avanço tecnológico. O conteúdo aplicativo refere-se à interpretação dos fenômenos naturais e dos produtos da tecnologia, utilizando leis e teorias científicas. Isto envolve um processo de simplificação e um domínio ao menos qualitativo do conteúdo e das leis formais, o que não é fácil de ser alcançado. No entanto, deve-se tentar introduzir este tipo de conteúdo no currículo, pois ele dá uma conotação prática ao conhecimento científico e permite mudanças conceituais nos estudantes, que encontram nos fenômenos familiares e nos

produtos tecnológicos, exemplos eficientes do alcance da ciência. Além de motivador ao futuro docente, este tipo de conteúdo, se levado por ele ao ensino de segundo grau, talvez aumente o interesse dos estudantes para a Física.

iii) Heurística: refere-se aos conhecimentos científicos culturais disponíveis na História e na Filosofia da Ciência. Trata das origens das idéias e das teorias científicas, sua evolução, seus sucessos e fracassos empíricos. Diz respeito também aos pressupostos metafísicos da teoria, seus princípios e suas relações com as hipóteses científicas, seu poder de síntese e de antecipação de possíveis resultados. Esta categoria de conteúdo científico tem a função de apresentar ao estudante um confronto entre modelos diferentes, as justificativas para o sucesso de um modelo, as relações entre pesquisa científica e reflexões filosóficas, as relações entre pressupostos metafísicos e modelos heurísticos, entre linhas de pesquisa e resultados formais entre teoria e experimento. A familiaridade do estudante com este tipo de conteúdo pode ajudar muito nos processos de mudança conceitual do licenciando e de colaboração mútua entre professores e alunos, pois trata-se de um campo de conhecimento interdisciplinar.

Os conteúdos educacionais, indispensáveis à docência, são divididos em três tipos:

i) Psicológico: refere-se principalmente à aprendizagem e deve promover a análise das teorias de aprendizagem e seu desenvolvimento e dos tipos de aprendizagem mais importantes para as disciplinas científicas (resolução de problemas e aprendizagem pela leitura). Neste conteúdo devem ser apresentados os resultados das pesquisas de várias linhas psicológicas junto com suas hipóteses básicas, de modo a levar o aluno a elaborar sua síntese pessoal.

Este tipo de conteúdo é importante porque auxilia a compreensão e conscientização do próprio processo de aprendizagem do licenciando, evidenciando suas limitações e especificidades; auxilia o futuro docente a compreender a aprendizagem de seus futuros alunos com suas possibilidades, dificuldades, etapas e tempos de maturação. Além disso, fornecem subsídios na interpretação e avaliação dos vários recursos metodológicos.

ii) Metodológico: refere-se ao ensino e envolve a aquisição de conhecimentos teóricos sobre as metodologias e os critérios de atuação dentro e fora da sala de aula. Refere-se também à aplicação destes conhecimentos teóricos, o que proporciona a elaboração de uma maneira pessoal de atuar pelo futuro docente.

Os conhecimentos teóricos metodológicos mais imediatamente ligados à prática docente são constituídos pelos vários métodos de ensino, envolvendo o seu planejamento e a sua avaliação, pelas técnicas de produção de material gerador de aprendizagem, pela explicitação dos recursos tecnológicos disponíveis e pela análise dos projetos de alcance, produzidos no Brasil e no exterior (2).

Os conhecimentos práticos metodológicos referem-se à aplicação dos conhecimentos teóricos e abrangem o levantamento da situação anterior à aprendizagem, a programação, execução e avaliação de pequenos projetos de ensino.

iii) Sociológico: diz respeito às relações institucionais, que são analisadas nos aspectos geral e específico.

O conteúdo geral trata dos problemas da educação brasileira com a política do governo, das expectativas das classes sociais, da análise das funções da escola e do ensino da ciência na sociedade.

O conteúdo de aspecto específico trata das relações pedagógicas onde se efetua a análise da prática escolar concreta, e também a análise de projetos exemplares significativos.

O conjunto de atividades didáticas quando bem selecionado e bem distribuído ao longo do currículo, garante ao futuro docente qualidade, profundidade e solidez à sua formação. Elas se dividem em atividades didáticas de aprendizagem e de treinamento.

As atividades didáticas de aprendizagem têm a finalidade de promover a reformulação das idéias sobre a ciência e sobre o ensino. Constituem-se basicamente de:

- Leituras de textos didáticos e artigos de revista.

Deve fornecer ao estudante informações novas juntamente com o contexto teórico ou experimental que dão significado a estas informações.

- Resolução de problemas e exercícios padronizados.

Tem a função de concretizar os conteúdos teóricos aprendidos e explicitar as leis científicas estudadas.

- Elaboração de sínteses conceituais.

Trata-se do processo de seleção das idéias básicas de um trabalho científico e articulação destas idéias, de forma que apareçam destaques e significados.

- Exercícios de análise de conteúdo.

Trata de buscar aspectos significativos em um material escrito que representem sua estrutura implícita.

- Proposta e participação em discussões.

Consiste em questionar e confrontar mutuamente as idéias já elaboradas pelos estudantes com o objetivo de identificar os seus problemas, as suas dúvidas e os seus conflitos.

- Planejamento e execução de projetos experimentais.

Tem a função de concretizar o caráter empírico da Física. Tem duas características fundamentais: a medida de novas grandezas e o aumento da precisão das medidas.

As atividades didáticas de treinamento visam o aperfeiçoamento da docência e devem abarcar os seus vários aspectos, a saber:

- Apresentação do conteúdo.

Esta atividade tem a função de possibilitar que o estudante seja colocado em contato com o novo conteúdo a ser aprendido. O treinamento poderá ser feito por meio de exposições oral, escrita ou experimental.

- Elaboração de exercícios e aplicações didáticas.

Tem a função de familiarizar os estudantes com as teorias e princípios e, principalmente, com suas aplicações.

- Proposta e elaboração de interações do tipo dialógico.

Visa estabelecer um referencial comum de atividades. Consiste no levantamento feito pelo docente das idéias, preferência metodológica, capacidades de aprendizagem, e dúvidas dos seus alunos e na exploração pelo professor das iniciativas e desafios dos seus estudantes.

- Planejamento de conflitos cognitivos.

Consiste em criar situações de aprendizagem onde as previsões dos estudantes não correspondem aos fatos empíricos ou às exigências teóricas mais gerais. Aqui é necessário que se faça um levantamento prévio das idéias espontâneas mais enraizadas dos aprendizes e se estabeleça os objetivos globais de aprendizagem.

- Fomento de atividades de avaliação.

Consiste em propor e explorar situações nas quais os aprendizes deverão explicar e confrontar seus conhecimentos.

A tarefa de incorporação das atividades didáticas ao longo da estrutura curricular é um tanto difícil mesmo quando se conta com um corpo docente que tenha um número significativo de professores com formação voltada para os aspectos educacionais, o que não é o nosso caso no momento. No entanto, com a expectativa de contarmos em breve com este tipo de profissional, nos empenhamos em introduzir o maior número de possibilidades de desenvolvimento de tais atividades ao longo do currículo proposto.

II.3 - A Proposta Curricular

A estrutura curricular proposta tem duas grandes vertentes (Souza e Amato, 1993), ou seja: disciplinas de conteúdo específico e as de formação profissional docente (para maiores detalhes veja anexo 1).

O Quadro I apresenta o conjunto de disciplinas obrigatórias do currículo proposto.

QUADRO I - CONJUNTO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CURRÍCULO

No.de Créditos	DISCIPLINAS	TIPO DE CONTEÚDO
24	Física 1, 2, 3, 4	
24	Cálculo 1, 2, 3, 4	Formal
4	Química Geral Teórica	
2	Química Geral Experimental	
14	Física Experimental 1,2,3,4	Empírico (experimental)
4	História da Física	Heurístico

4	Desenvol. Psicólogico e Ensino	
4	Aprendizagem no Ensino	Psicológico e
4	Didática	Pedagógico
4	Org. da Educação Brasileira	
4	Mecânica Clássica	
4	Teoria Eletromagnética	
4	Física Moderna 1	Formal
6	Física Térmica	
6	Física Matemática	
6	Metodologia do Ensino de Física	
8	Prática do Ensino de Física para o 2o. Grau 1,2	
8	Elaboração e Utilização de Material Didático 1,2	Metodológico
12	Estágio Supervisionado da Física	
2	Psicologia e Prática de Ensino I	
2	Psicologia e Prática de Ensino II	
2	Educação e Prática de Ensino I	
2	Educação e Prática de Ensino II	

A função principal do grupo de disciplinas de conteúdo específico é a construção de uma visão geral e sintética da Física por parte do estudante. A construção desta visão envolve o entendimento e a familiaridade no tratamento com as leis e princípios físicos, o que exige a aprendizagem do instrumental matemático necessário para isto.

Assim, neste contexto a formação em Física e Matemática é comum ao Curso de Bacharelado, no que se refere aos conteúdos da Física Geral. Nesta primeira fase do curso, que consta de quatro semestres, o elenco de disciplinas obrigatórias possui também uma disciplina que trata da história da física e duas outras de conteúdos educacionais. A introdução destas duas últimas disciplinas no ínicio se justifica pelo sentimento adquirido ao longo de anos de atuação no curso de Licenciatura de que o licenciando deve entrar em contato com o conteúdo educacional tão logo quanto possível, tanto para motivá-lo quanto para familiarizá-lo com este tipo de conteúdo, que exige basicamente estratégias de raciocínio diferentes das desenvolvidas no trato com os conteúdos científicos.

Compondo a Física Geral, as disciplinas Física 1, 2, 3, 4 abrangem os conteúdos formais de Mecânica, Termodinâmica, Eletromagnetismo e Ótica Clássica e as disciplinas Física Experimental 1, 2, 3, 4 são compostas dos experimentos significativos referentes àqueles conteúdos. As disciplinas Cálculo 1, 2, 3, 4 envolvem a aprendizagem de Cálculo Diferencial e Integral, Análise Vetorial, Álgebra Linear, Equações Diferenciais e Cálculo Numérico. Química Geral (teórica e experimental) trata da aprendizagem dos conceitos e leis mais gerais desta Ciência. História da Física trata dos aspectos relativos à evolução das idéias e teorias da Física até o final do século XVIII.

Cabe aqui ressaltar que, no processo de definição das ementas das disciplinas de Formação Profissional Docente e no próprio processo de implantação do curso são tomadas providências que garantam a unidade do corpo de disciplinas que compõem este conjunto tanto no que se refere à forma de atuar e de abordar o conteúdo por parte do professor, quanto pela estruturação e planejamento do curso de História da Física que tem também a função de promover a articulação entre estas disciplinas. Para maiores detalhes acerca destas disciplinas, comuns às licenciaturas noturnas, ver projeto geral.

A função das outras disciplinas de conteúdo, além das de Física Geral é a de possibilitar um aprofundamento nos conteúdos científicos. No entanto, as disciplinas que englobam conteúdo e aspectos educacionais promovem a especialização em tópicos significativos da Física e da problemática educacional. Nesta etapa, ao contrário da inicial, a ênfase é na introdução de conteúdos educacionais significativos diretamente ligados ao ensino e aprendizagem de Física. Aqui os conteúdos não serão mais tratados de forma geral e abrangente e sim relacionados de maneira a apresentar temas mais significativos à formação do professor de Física.

A elaboração desta fase curricular tratou então, de promover uma complementação na formação de Física, um aprofundamento teórico da Física Clássica e uma articulação dos conhecimentos científicos e educacionais indispensáveis à docência.

Assim as disciplinas Mecânica Clássica e Teoria Eletromagnética consistem em um aprofundamento nos tópicos da Mecânica e do Eletromagnetismo. Em Física Moderna 1 é apresentada a problemática em relação à Física Clássica quanto aos seus limites de validade e trata do tópico de Mecânica Quântica. Em Física Matemática se fornece o instrumento matemático aplicado aos problemas físicos. Na disciplina Física Térmica, são aprofundados tópicos de Termodinâmica e introduzidos os elementos básicos de Mecânica Estatística. Em História da Física são apresentados e discutidos o desenvolvimento histórico e contextual da Relatividade e da Mecânica Quântica. A Prática do Ensino de Física para o 2o. grau 1 e 2 refere-se ao planejamento e aplicação de experiências de docência referentes a tópicos significativos de todo o conteúdo de Física do 2o. grau. A Elaboração e Utilização de Material Didático 1 e 2 promove a utilização de material de laboratório e produção dos respectivos textos didáticos referente ao conteúdo de física do 2o. grau. Finalmente o Estágio Supervisionado da Física consiste na elaboração e aplicação de uma experiência de docência completa, na rede oficial de ensino, obrigatoriamente.

Cabem aqui alguns esclarecimentos. Nesta fase do currículo, todas as disciplinas com conteúdo de Física apresentam um tratamento mais fenomenológico, com redução no formalismo matemático em relação às disciplinas correspondentes do curso de Bacharelado pois, acreditamos que esta é a abordagem eficaz para suprir as reais necessidades do futuro docente. Uma outra providência tomada com o objetivo de promover um desempenho eficaz nas atividades didáticas de treinamento foi a de tornar co-requisitos as disciplinas Prática de Ensino de Física para o 2o. grau 1 e 2 e Elaboração e Utilização de Material Didático 1 e 2, respectivamente, por possuírem a mesma ementa básica, à intercomplementaridade.

III - A CARACTERIZAÇÃO DO CURSO NOTURNO

Como já foi ressaltado anteriormente, todo o trabalho de elaboração do currículo foi encaminhado no sentido de resultar em uma proposta eficaz para um curso de Licenciatura de maneira geral e depois promover as "adaptações" necessárias ao curso noturno. Este procedimento, em momento algum tratou de diminuir exigências e sim de garantir formas para a boa formação do curso noturno.

Basicamente estas adaptações consistiram dos seguintes procedimentos:

- Aumento de 2 créditos em cada uma das disciplinas Física 1,2,3,4 em relação ao curso diurno, mantendo o mesmo volume de conteúdo. Isto foi feito porque o aluno do curso

noturno em geral desenvolve outras atividades durante o dia, tendo pouco tempo para se dedicar ao estudo fora de sala de aula. Como o domínio dos conteúdos destas disciplinas é de vital importância para o seu futuro desempenho docente, tentamos garantir a elaboração da visão geral e sintética da física ao estudante, dando oportunidade para que ele trabalhe mais dentro de sala de aula.

- Reformulação metodológica e planejamento de atividades didáticas de aprendizagem nas disciplinas Física 1,2,3 e 4 e Física Experimental 1,2,3 e 4 procurando oferecer um atendimento tão individualizado quanto possível com o objetivo de otimizar os desempenhos dos alunos e professores no processo ensino-aprendizagem, pois a maior parte deste processo deverá ocorrer em sala de aula.

- Aumento no número de semestres que compõem o curso (de oito para nove), como conseqüência natural do pouco tempo disponível para se cursar disciplinas do turno em questão e também para se dedicar aos estudos fora de sala de aula.

- Proposta de um curso seriado para o noturno pois, se for mantida a situação do curso diurno, onde o aluno possui bastante liberdade de cursar as disciplinas fora do fluxo normal, aparecerão muitos problemas referentes à demanda de alunos em relação às possibilidades de oferta de disciplinas. Deve-se também adequar a proposta ao fato de haver apenas um turno para oferta de disciplinas, o que reduz significativamente a flexibilização para composição da grade horária.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais serão feitas em termos de colocações a respeito das principais dificuldades encontradas durante o processo de elaboração da proposta curricular e também das expectativas em relação à sua implementação.

As principais dificuldades encontradas foram:

i) Ausência, no quadro docente do Departamento de Física, de um número significativo de profissionais com componentes de sua formação voltados para os aspectos educacionais, o que dificulta o processo de colocação e discussão das questões referentes à formação profissional do docente.

ii) Na proposta curricular apresentada, o número de créditos obrigatórios (156 no total) é muito grande, não oferecendo chance de inclusão de um número significativo de disciplinas optativas. Esta questão está em estudo e, dentro dos limites estabelecidos pelas características do curso e possibilidades da Instituição, os créditos obrigatórios serão reduzidos e o elenco de disciplinas optativas, significativas para a formação do docente, será ampliado.

Mesmo com estas dificuldades, os trabalhos se desenvolveram satisfatoriamente de maneira geral, pois permaneceram as expectativas de que a administração da UnB atuaria decisivamente no sentido de fornecer toda a infra-estrutura necessária à viabilização da proposta.

Vale ressaltar algumas providências que devem ser tomadas, sem as quais a implantação do curso será inviabilizada.

A primeira delas, trata da contratação de professores em regime de dedicação exclusiva. Estas contratações devem ser garantidas em sua totalidade e, o que é mais importante, este profissional a ser contratado deve ter em sua formação, no mínimo, especialização em conteúdos educacionais

aplicados à Física. Uma outra questão muito importante refere-se à necessidade de criação de uma coordenação (institucionalizada) para os cursos de licenciatura cuja função é a de manter articuladas as unidades responsáveis pelos conteúdos científicos, educacionais e de ensino de segundo grau, interagindo de forma a garantir a boa formação do futuro docente.

REFERÊNCIAS*

(1) **VILLANI,** A. - "O Currículo de Licenciatura em Física. I - Diretrizes"- Rev. Ens. Física 10 (1988) p. 153-162.

(2) **VILLANI,** A. - "O Currículo de Licenciatura em Física. II - Objetivos, Conteúdos e Atividades"- Rev. Ens. Física 11 (1989) p. 148-168.

(3) **VILLANI,** A. - "O Currículo de Licenciatura em Física. III - Um Exemplo Concreto"- Rev. Ens. Física (1990) p. 199-210.

(4) **SOUZA,** Célia M. G. de S. e AMATO, M. A. " Um Curso Noturno de Licenciatura em Física: Elaboração do Currículo", Rev. Ens. de Física 14 (1993) p. 134-140.

* Agradecemos aos professores J.M. Rosa Cruz, M.B. Lacerda Santos, N. Makiuchi, T.M. da Rocha Filho e N.M. de Liz Koche pelas discussões e sugestões durante a elaboração da proposta de estrutura curricular do curso noturno de licenciatura em Física.

ANEXO 1

A. Currículo Mínimo

1. Formação em Matemática	28 créditos
2. Formação em Química	06 créditos
3. Formação em Física	56 créditos
4. Formação Profissional Docente	38 créditos
5. Formação em Matérias Pedagógicas	24 créditos
6. Módulo Livre	08 créditos

B. Disciplinas Obrigatórias

1. Formação em Matemática:	28 créditos
Cálculo I	06 créditos
Cálculo II	06 créditos
Cálculo III	06 créditos
Cálculo IV	06 créditos
Física Matemática	04 créditos
2. Formação em Química:	06 créditos
Química Geral Teoria	04 créditos
Química Geral Experimental	02 créditos
3. Formação em Física:	56 créditos
Física I	06 créditos
Física I Experimental	02 créditos
Física II	06 créditos
Física II Experimental	04 créditos
Física III	06 créditos
Física III Experimental	04 créditos
Física IV	06 créditos
Física IV Experimental	04 créditos
Mecânica Clássica	04 créditos
Teoria Eletromagnética	04 créditos
Física Moderna I	04 créditos
Física Térmica	06 créditos

4. Formação Profissional Docente:	62 créditos
4.1. Formação em Ensino de Física	38 créditos
História da Física	04 créditos
Metodologia do Ensino de Física	06 créditos
Prática de Ensino de Física para o 2º grau I	04 créditos
Prática de Ensino de Física para o 2º grau II	04 créditos
Elaboração e utilização de Material Didático I	04 créditos
Elaboração e utilização de Material Didático II	04 créditos
Estágio Supervisionado em Física I	06 créditos
Estágio Supervisionado em Física II	06 créditos
4.2. Formação em Matérias Pedagógicas:	24 créditos
Desenvolvimento Psicológico e Ensino	04 créditos
Aprendizagem no Ensino	04 créditos
Didática	04 créditos
Organização da Educação Brasileira	04 créditos
Psicologia e Prática de Ensino I	02 créditos
Psicologia e Prática de Ensino II	02 créditos
Educação e Prática de Ensino I	02 créditos
Educação e Prática de Ensino II	02 créditos
5. Legislação complementar:	04 créditos
Prática Desportiva I	02 créditos
Prática Desportiva II	02 créditos
6. Módulo Livre:	08 créditos

C. Proposta de Fluxo Semestral

Primeiro Período:	Física I
	Física I Experimental
	Cálculo I
	Optativa
	Optativa
Segundo Período:	Física II
	Física II Experimental
	Cálculo II
	Química Geral Teórica
	Química Geral Experimental

Terceiro Período	Física III
	Física III Experimental
	Cálculo III
	Desenvolvimento Psicológico e Ensino
Quarto Período:	Física IV
	Física IV Experimental
	Cálculo IV
	Aprendizagem no Ensino
Quinto Período:	Mecânica Clássica
	Física Matemática
	Didática
	Metodologia do Ensino de Física
Sexto Período:	Teoria Eletromagnética
	Física Moderna I
	Organização da Educação Brasileira
	História da Física
	Optativa
Sétimo Período:	Física Térmica
	Prática do Ensino de Física para o 2º grau I
	Elaboração e utilização de Material Didático I
	Psicologia e Prática de Ensino I
	Educação e Prática de Ensino I
	Optativa
Oitavo Período:	Prática do Ensino de Física para o 2º grau II
	Elaboração e Utilização de Material Didático II
	Estágio Supervisionado da Física I
	Psicologia e Prática de Ensino II
	Educação e Prática de Ensino II
	Optativa
Nono Período:	Estágio Supervisionado da Física II
	Optativa
	Optativa
	Optativa

D. Proposta de Pré-requisitos

DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
Física	Física I e Cálculo I
Física II Experimental	Física I Experimental
Física III	Física II e Cálculo II
Física III Experimental	Física II Experimental
Física IV	Física III e Cálculo III
Física IV Experimental	Física III Experimental
Mecânica Clássica	Física II e Cálculo IV
Teoria Eletromagnética	Física III e Cálculo IV
Física Moderna I	Física IV e Física Matemática
Física Térmica	Física Moderna
História da Física	Física IV
Metodologia do Ensino de Física	Física IV e Física IV Experimental
Prática de Ensino de Física p/o 2º grau I	Didática e Metodologia para o Ensino de Física
Elaboração e Utilização de Material Didático I	Didática, Metodologia para o Ensino de Física
Prática de Ensino de Física p/o 2º grau II	Prática de Ensino de Física p/ o 2º grau I e Elaboração e Utilização de material Didático I
Elaboração e Utilização de Material Didático II	Prática de Ensino de Física p/ o 2º grau I e Elaboração e Utilização de Material Didático I
Estágio Supervisionado	Prática de Ensino de Física p/ o 2º grau II e Elaboração e Utilização de Material Didático II

E. Disciplinas Optativas

Estrutura da Matéria I
Estrutura da Matéria II
Estrutura da Matéria III
Laboratório de Física Avançada
Tópicos de Física e Tecnologia

Introdução à Microinformática*

Leitura e Produção de Textos*

Português Instrumental I*

Português Instrumental II

Oficina Básica de Música

Oficina Básica de Artes Plástica

Oficina Básica de Artes Cênicas

Língua Estrangeira Moderna I

Língua Estrangeira Moderna II

Introdução à Álgebra Linear

Cálculo Numérico

Equações Diferenciais

Metodologia do Ensino de Química

Metodologia do Ensino de Ciências

---

* Disciplinas do módulo livre